

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 23 – Nº 67
Janeiro/Abril – 2017**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 23, Nº 67, (jan./abr.2017) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 168 p. il.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)
Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e <http://www.filologia.org.br/revista>

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Mario Botelho
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Segunda Secretária:	Profa. Me. Eliana da Cunha Lopes
Diretor de Publicações	Profa. Me. Anne Caroline de Moraes Santos
Vice-Diretor de Publicações	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alicia Duhá Lose	Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Angela Correa Ferreira Baalbaki	Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
João Antonio de Santana Neto	José Mario Botelho
José Pereira da Silva	Luane da Costa Pinto Lins Fragoso,
Maria Lucia Leitão de Almeida	Maria Lúcia Mexias Simon
Mário Eduardo Viaro	Nataniel dos Santos Gomes
Regina Céli Alves da Silva	Renata da Silva de Barcelos
Ricardo Joseh Lima	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Editoração eletrônica	Silvia Avelar Silva
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

Editorial	6
1. A formação do léxico português a partir do particípio passado latino: uma análise histórica do processo de apofonia	9
<i>Rosângela Nobre da Silva</i>	
2. A influência midiática dos programas infantis no processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa	17
<i>Camila Féres Valinho e Laís Teixeira Lima</i>	
3. A língua portuguesa e o Acordo Ortográfico de 1986/1990: retratos de uma polêmica anunciada	26
<i>Maurício Silva</i>	
4. A oposição entre arte e dinheiro no mito de Orfeu	39
<i>Francisco de Assis Florencio</i>	
5. A produção de sentido das línguas indígenas em documentos oficiais	50
<i>Mileide Terres de Oliveira</i>	
6. Blocos de palavras na fala de cariocas: análise de quadrigramas no corpus NURC	62
<i>Gustavo Estef Lino da Silveira</i>	
7. Caminho à igualdade social, através do princípio do letramento para grupos isolados (zona rural e assentamentos)	69
<i>Danilo Marcus Barros Cabral</i>	
8. Derrida e Cruz e Sousa: a desconstrução poética.....	77
<i>Juan Marcello Capobianco</i>	
9. Digressões preliminares sobre as conjunções, usadas por Horácio em sua Ode I, do <i>Liber I</i>	94
<i>José Mario Botelho</i>	
10. Herança de Ferdinand de Saussure no centenário do <i>Curso de Linguística Geral</i>	111
<i>José Pereira da Silva</i>	

11. **Oralidade e escrita: o modelo teórico das linguagens da imediatez e da distância comunicativas, de Koch e Öesterreicher ...** 127
Denise Durante
12. **Os itinerários da edição do livro inédito canções de *Meu Caminho*, de Eulálio Motta** 147
Taylane Vieira dos Santos e Patrício Nunes Barreiros

RESENHAS

1. **Cem anos de heranças e recepções: Saussure, o texto e o discurso** 163
José Pereira da Silva
2. **O *Curso de Linguística Geral* de Saussure e seus efeitos, cem anos depois** 166
José Pereira da Silva

EDITORIAL

O CiFEFiL tem o prazer de apresentar-lhe o número 67 da *Revista Philologus*, do primeiro quadrimestre de 2017, com doze artigos e duas resenhas, que são os seguintes, pela ordem de disposição no volume, que começa com o artigo em que Rosângela Nobre da Silva (p. 9-16) investiga as transformações históricas ocorridas na estrutura dos vocábulos, observando a influência do particípio passado latino na origem de vocábulos do português através da apofonia e colocando em evidência a predominância de elementos latinos em nosso léxico, embora apresentado de forma descaracterizada.

Os seguintes professores, filólogos e/ou linguistas, além de Rosângela Nobre da Silva, colaboraram neste número 67 da *Revista*: Abdelhak Razky (p. 145-156), Camila Féres Valinho (p. 17-25), Danilo Marcus Barros Cabral (p. 69-76), Denise Durante (p. 127-143), Edson de Freitas Gomes (p. 145-156), Francisco de Assis Florencio (p. 39-49), Gustavo Estef Lino da Silveira (p. 62-68), José Mario Botelho (p. 94-110), José Pereira da Silva (p. 111-126, 163-165 e 166-168), Juan Marcello Capobianco (p. 77-93), Laís Teixeira Lima (p. 17-25), Maurício Silva (26-38), Mileide Terres de Oliveira (p. 50-61), Patrício Nunes Barreiros (p. 129-144), Regis José da Cunha Guedes (p. 145-156) e Taylane Vieira dos Santos (p. 147-162).

No segundo artigo, Camila e Laís observam como a presença da mídia televisiva no cotidiano das crianças pode ajudá-las na aquisição do vocabulário de língua inglesa, assim como sua fonética e ortografia.

No terceiro, o Prof. Maurício analisa as relações entre as reformas ortográficas e o nacionalismo linguístico no Brasil, a partir da historiografia linguística e da análise do discurso, revelando o desenvolvimento de ideias linguísticas relacionadas a esse tema.

O Prof. Francisco traduz, no quarto artigo deste número, a primeira elegia do livro III da obra *Amores*, de Johannes Secundus, na qual o poeta utiliza o mito de Orfeu. Verificando os ecos de poesia amorosa do período clássico (de Ovídio, Propércio e outros), o autor analisa alguns vocábulos presentes no texto.

Com a proposta de analisar a produção de sentido das línguas indígenas em documentos oficiais, Mileide demonstra a relação de sentido que se estabelece entre a língua portuguesa e as línguas indígenas a partir

de documentos oficiais como a *Constituição Federal* de 1988, o *Directorio dos Índios* de 1757, denunciando o domínio de línguas de nações não indígenas sobre as línguas dos índios.

No sexto artigo, Gustavo investiga os quadrigramas de falantes cultos do Rio de Janeiro registrados no Projeto NURC, com o propósito de demonstrar que os falantes utilizavam, em grande parte, blocos voltados para a interação verbal com seu interlocutor e, por isso, assemelham-se a outros *corpora* de literatura infantil, abrindo novo espaço para futuras investigações contrastivas entre *corpora* escritos e orais.

Danilo, no artigo seguinte, pretendendo ajudar a consolidar uma harmonia educacional entre as comunidades urbanas e rurais através do letramento, revela o nível de modernos eventos de letramento em assentamentos rurais tocantinenses e apresenta modelos socioeducativos de integração com a finalidade de melhorar a sua qualidade de vida.

Já o Prof. Juan Marcello, no oitavo artigo, propõe uma releitura da poética de Cruz e Sousa, na perspectiva teórica da desconstrução, de Derrida, buscando uma interseção hermenêutica diversa dessa leitura poética, para desconstruir a escrita e deixar vir à tona o não dito. Com isto, demonstra a necessidade de revalorização e reestudo do poeta, a partir dessa nova exegese.

José Mario, no nono artigo, apresenta comentários críticos sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções, na *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio, comparando-o com o comportamento descrito por Bonnet (2005), em *Dosithée: Grammaire Latine*, relativamente aos elementos conjuntivos, para atestar a aplicabilidade dos comentários doutrinários e didático-científicos de Dositeo, citado por Bonnet, na obra referida.

O artigo sobre a herança de Saussure analisa e comenta o livro *A Herança de Ferdinand de Saussure*, publicado como parte da homenagem que o CiFEFiL prestou ao grande filólogo e linguista, no centenário da publicação de seu *Curso de Linguística Geral*, realizando em sua homenagem, em 2016, o II CILF e o XX CNLF.

No penúltimo artigo, a professora Denise reflete sobre o modelo do contínuo concepcional das mensagens, desenvolvido por Koch e Österreicher, apresentando o modelo teórico de imediatez e distância comunicativas nas relações entre oralidade e escrita, já bastante explorado nos estudos da linguagem das últimas décadas.

Através da crítica textual e genética, Taylane e Patrício, no último

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

artigo, sintetizam a pesquisa realizada no acervo do escritor Eulálio Motta para a 3ª edição do *Canções de Meu Caminho* e apresentam edição do poema "Batingas" como exemplo da metodologia adotada.

Ao final deste número 97 da *Revista Philologus*, são apresentadas duas resenhas de obras coletivas relativas ao filólogo e linguista Ferdinand de Saussure, ambas publicadas em 2016 como parte da comemoração do lançamento do livro *Curso de Linguística Geral*, pelo qual o autor começou a ser conhecido, servindo de base para o desenvolvimento do método estruturalista, predominante nos estudos linguísticos em boa parte do século XX e ainda seguido por muitos, com algumas variações.

Concluindo, o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos agradece pelas críticas que nos puder enviar sobre este número da *Revista Philologus*, já que pretende produzir um periódico cada vez melhor e mais importante para o aperfeiçoamento da interação acadêmica entre os profissionais brasileiros de linguística e letras.

Rio de Janeiro, abril de 2017.



**A FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS
A PARTIR DO PARTICÍPIO PASSADO LATINO:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE APOFONIA**

Rosângela Nobre da Silva (FGF; UCAM)
rosangela.nobre@ymail.com

RESUMO

Os estudos linguísticos têm se revelado pouco favoráveis a pesquisas no aspecto etimológico do português, embora seja indiscutível que o percurso histórico de uma língua constitui um valioso subsídio para a análise e compreensão das particularidades que envolvem a sua formação. Baseando-se nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo investigar as transformações históricas intralinguísticas ocorridas na estrutura dos vocábulos, observando a influência do participípio passado latino na origem de vocábulos do português por meio do processo de apofonia. Para isto, serão utilizados como referenciais teóricos: Manuel Said Ali (1931), Mário Eduardo Viaro (2004 e 2014), Eduardo Carlos Pereira (1935), Francisco Torrinha (1942), Antônio Houaiss e Mauro Villar (2009), entre outros, com respaldo nos pressupostos da fonética histórica e da etimologia. Realizou-se a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se extraíram dos *corpora* mencionados exemplos de verbos latinos na forma de participípio passado, e se investigou a permanência da raiz desses verbos nas suas palavras derivadas, submetidas a alterações fonéticas (metaplasmos). A análise permitiu evidenciar a predominância de elementos latinos no léxico do português, ainda que apresentando forma descaracterizada, em virtude das modificações históricas, o que dificulta a identificação de vestígios da língua de origem nas palavras derivadas, se observadas na sincronia atual. Tal ocorrência sugere a necessidade do estudo diacrônico desses termos.

Palavras-chave:

Léxico. Língua latina. Língua portuguesa. Mudança histórica. Apofonia

1. Introdução

O processo de formação de uma língua é marcado por questões históricas e envolve mudanças de natureza extralinguística, como as conquistas territoriais de um povo, e as de natureza interna ou linguística, que estão intimamente relacionadas às transformações ocorridas no interior da língua e afetam diretamente a estrutura das palavras.

O português, ao lado das demais línguas românicas, teve origem no latim vulgar, modalidade inculta da língua, falada no meio popular na região central da Roma antiga. Nesse contexto, os romanos, à medida que conquistavam novas terras, impunham sua cultura e seu idioma aos povos vencidos. Esses, por sentirem dificuldade em reproduzir sons es-

tranhos, acabavam mesclando o seu idioma nativo com a língua imposta, o que resultou na fragmentação do latim, e, como consequência, surgiram os dialetos, ou romances, que resultaram nas línguas neolatinas, entre elas o português, que se constitui de um léxico de origem predominantemente latina. (ALI, 1931). Baseando-se nessa íntima relação entre língua-fonte e língua originada, Francisco Evaristo Leoni (1858) afirma que a língua portuguesa é a filha primogênita da língua latina.

O percurso histórico de transição do latim ao português foi caracterizado por mudanças fonéticas, alterações ocorridas na estrutura das palavras. Essas transformações são inconscientes e se manifestam na linguagem coloquial oral por ser esta a modalidade espontânea da língua. Sobre o caráter da fonética histórica, Eduardo Carlos Pereira (1935) afirma que:

A evolução fonética opera-se por uma modificação espontânea e inconsciente dos fonemas vocabulares, sob o influxo do meio ou das aptidões variáveis do aparelho de fonação. Deste modo, os vocabulos latinos foram-se transformando, na bocca do povo e das gerações, sem intervenção da vontade humana [...]. (PEREIRA, 1935, p. 43)

Ao se mencionar o contexto da comunicação coloquial oral, pressupõe-se que essa modalidade da língua corresponde a um falar despreocupado, movido pelo dinamismo, o que revela que o falante na sua linguagem corriqueira, preza por uma comunicação ágil e eficaz, fator responsável pela omissão ou adição de fonemas nas palavras proferidas. Nessa perspectiva, Eduardo Carlos Pereira (1935) afirma que tais alterações respondem a leis glóticas, em particular a lei do menor esforço, segundo a qual há uma “tendência constante da língua em realizar o seu fim do modo mais simples” (PEREIRA, 1935, p. 45). Tal simplificação, de acordo com Mário Eduardo Martelotta (2011), manifesta-se na linguagem cotidiana e, após atingir um *status* de prestígio na sociedade, migra para a escrita, por um processo lento ao qual não se pode estabelecer precisão entre o intervalo de um fenômeno e outro.

A pesquisa será embasada nos pressupostos da fonética histórica, com ênfase nas transformações metaplásmicas, que envolvem as alterações ocorridas nas palavras durante o processo histórico de passagem do latim às línguas românicas. As transformações envolvidas na evolução da língua-fonte à língua originada receberam a denominação de metaplasmos e são caracterizadas de acordo com o tipo de mudança na palavra, que pode ocorrer por acréscimo, supressão, transição, deslocamento e transformação de fonema, que, ainda, de acordo com a posição da mu-

dança, pode se manifestar no início, no meio ou no fim da palavra, conforme será exemplificado mais adiante. Devido à brevidade deste estudo, será privilegiada a análise da apofonia, um caso particular de metaplasmo que consiste na mudança da vogal da raiz por influência do afixo, mais precisamente a vogal da raiz de verbos na forma de particípio passado na evolução do latim ao português.

Optou-se por abordar as questões linguísticas de caráter histórico por se considerar que existe uma lacuna motivada pelo descaso com o tratamento dos estudos no campo da etimologia do português, que se constitui de um acervo inferior em extensão nas bibliotecas brasileiras se comparado com outras vertentes da linguística. Portanto, pretende-se contribuir para a ampliação do acervo científico dos estudos etimológicos envolvidos no processo de formação da língua portuguesa. Este trabalho tem como objetivo investigar o processo histórico de alguns vocábulos latinos na forma evoluída para o português, em especial o processo de apofonia no particípio passado, que contribuiu para a formação de inúmeras palavras.

Para evidenciar as questões propostas, serão utilizados, para fins de ilustração, exemplos extraídos dos *corpora* anteriormente mencionados. Para abordar as contribuições dos autores consultados, será preservada a grafia do texto na edição citada.

2. As transformações históricas e o processo de apofonia no português

As mudanças ocorridas no processo de formação das línguas naturais envolvem as transformações que concorrem entre si em um período simultâneo no tempo, como as diferenças de falares de uma região para outra (sincronia), e aquelas que se caracterizam pelas alterações ocorridas historicamente e que são observadas considerando-se a evolução das palavras no decorrer do tempo por meio do método histórico-comparativo. Esse fenômeno denomina-se diacronia.

Ao se observar o léxico do português em uma sincronia isolada das demais que envolvem todo o processo de evolução das palavras, torna-se dificultoso recuperar o elemento no vocábulo que pertencente à língua de origem, pois o estágio atual pode apresentar-se tão modificado a ponto de não deixar vestígios da língua-fonte. Daí a importância de se examinar o processo à luz da diacronia, levando em consideração o passo

a passo dessas transformações no decorrer do tempo do início até o estágio atual, para que a compreensão de tais mudanças seja efetivada. (VIARO, 2004)

Conforme anteriormente mencionado, as transformações ocorridas nas palavras das línguas românicas receberam a denominação de metaplasmos, que são as mudanças fonéticas ocorridas no nível estrutural das palavras. O termo metaplasmo tem origem no grego: *metaplasmos* = transformação. “[...] são as alterações fonéticas ou accidentaes do sistema phonetico, que soffrem os vocabulos em suas transformações historicas” (PEREIRA, 1935, p. 53). Essas mudanças podem ocorrer por acréscimo: *stare* > estar; *scholam* > escola; por supressão: *colorem* > *coor* > cor (VIARO, 2004, p. 128 e 148); por transposição – deslocamento de fonema ou de acento tônico da palavra: *pro* > por; *inter* > entre (PEREIRA, 1935, p. 62); por transformação: *focum* > fogo; *formosum* > formoso; *ille* > ele; *illam* > ela (VIARO, 2014, p. 169). Tais fenômenos se subdividem em casos mais específicos, os quais não se faz necessário detalhar neste estudo.

Dentre os tipos de transformação, ocorre a apofonia, um caso particular de metaplasmo que consiste na mudança fonética da vogal da raiz por influência do afixo, que pode vir antes da raiz (prefixo) ou depois da raiz (sufixo). Tal fenômeno é mais especificamente definido como: “Apophonia ou deflexão é a permuta de uma vogal por outra sob a influencia de um prefixo em vocabulos compostos. Este metaplasmo se opera largamente no dominio do latim” (PEREIRA, 1935, p. 58). O autor trata por vocábulo composto por ele ser formado pela junção do prefixo a uma palavra já existente. Exemplos: *ad* + *cantum* > *accentum*; *con* + *factum* > *confactum* > confeito; *ob* + *jactum* > *objecto* (PEREIRA, 1935, p. 59). Os exemplos ilustram a mudança fonética da vogal por meio da transformação do *-a* da raiz em *-e*.

É comum, em uma análise superficial, ocorrer o equívoco de se classificar como sinônimos os termos raiz e radical. Contudo, de acordo com Mário Eduardo Viaro (2004), é imprescindível esclarecer as peculiaridades de cada um: enquanto a raiz representa a origem da palavra, constituindo-se de uma só sílaba, o radical consiste no prolongamento da raiz pelo processo de afixação, a incorporação de um prefixo ou sufixo à raiz. Ainda segundo Mário Eduardo Viaro, “o particípio passado [...] é responsável por um sem número de radicais, muitas vezes originados de formas irregulares latinas”. É a partir dessa forma verbal que surgem muitas de nossas palavras, que, na maioria das vezes, se encontram des-

caracterizadas na forma atual, devido ao grande número de transformações históricas.

Partindo da perspectiva da mudança histórica na estrutura dos vocábulos, observa-se o termo *-iactus* (lançado, jogado, arremessado), particípio passado de *-iacio*. O dicionário latino-português apresenta a seguinte definição: *Jacio* ou *iacio*, *ieci*, *iactum* [...] Lançar, arremessar, atirar: arrojar contra [...]; *jactus* ou *iactus*, *a*, *um*, part. de *iacio*: 1. Lançado, arremessado. 2. proferido, dito. (TORRINHA, 1942, p. 453). O motivo de a palavra ora ser grafada com a inicial *-j* ora com *-i* se explica pelo fato de que no latim não havia distinção de pronúncia da vogal *-i* e da consoante *-j*, que surgiu com o tempo – o *-i* passou a *-j* – por meio do processo de palatização, em que há a transformação de um fonema comum em uma consoante palatal – que ocorre quando pronunciado o fonema, a língua entra em contato com o palato. Ex.: *iam* > **já**, *pluvia* > **chuva**.

Segundo Antônio Houaiss e Mauro Villar (2009), “[...] Etim. lat. *Subjectus*, *a*, *um*, 'posto de baixo, colocado, situado abaixo' [...]” (HOUAISS & VILLAR, 2009, p. 1787). Quando um termo se refere a um adjetivo, o dicionário latino o emprega nos três gêneros: masculino, feminino e neutro, sendo o primeiro gênero a forma do masculino, seguido da desinência do feminino e a do neutro: *subjectus*, *a*, *um*. Neste exemplo se observa a transformação caracterizada pela passagem do *-a* da raiz em *-e* (*subjectus* > *subjectus*), o que implica depreender que nessa etapa de sua evolução, a palavra já havia sido submetida ao processo de apofonia. Outras transformações ocorreram até resultar na forma atual (sujeito), porém detalhar o passo a passo não se faz necessário para o propósito deste estudo.

O mesmo processo ocorre no percurso do verbo latino *capere* (pegar), com a raiz $\sqrt{\text{cap-}}$ e a forma *captus* no particípio passado. Desse particípio originou-se o verbo *cap.t. are* (pegar), constituindo um novo radical: $\sqrt{\text{cap.t.}}$. No processo de apofonia, o *-a* do radical passa a *-e*: *cap.t* > *cep.t*. Com o acréscimo do prefixo *-ex* (para fora), gerou-se a palavra *exceptio* no latim, que em português resultou nos termos *exceto* e *exceção*. (VIARO, 2004, p. 25). De acordo com o autor, a palavra exceção remonta a ideia de retirada de um caso particular de dentro de uma regra geral.

Em relação à forma infinitiva (captar), Antônio Houaiss e Mauro Villar a definem da seguinte forma: “[...] Etim. lat. *capto*, *as*, *avi*, *atum*, *are*, 'tentar apreender, obter, conquistar' [...]” (HOUAISS & VILLAR,

2009, p. 397). As formas *capto*, *as*, *avi*, *atum*, *are* se referem aos tempos primitivos do verbo (comumente apresentadas nos dicionários latinos) e que, segundo Napoleão Mendes de Almeida (2000, p. 208), correspondem, respectivamente, à primeira e segunda pessoa do singular do presente do indicativo, à primeira do singular do pretérito perfeito, ao supino¹ e ao infinitivo. A partir das formas primitivas, são gerados os demais tempos verbais, denominados tempos derivados. Sobre a forma do adjetivo, Francisco Torrinha afirma: “1. *captus*, *a*, *um*, part. de *capio*: **1.** Tomado; apanhado. **2.** cativo; privado. [...]” (TORRINHA, 1942, p. 124). É notória a permanência do radical *capt*, que coincide nos exemplos apresentados pelos referidos autores.

O verbo *peller*, que no latim significa lançar, atirar, tem a forma *pulsus* (lançado, arremessado) no particípio passado. Essa forma deu origem a *expulsare*, que em português resultou em expulsar. A partir da raiz *pel-*, surgiu o verbo *expellere* (expelir). Ao se associar o prefixo *-re* (para trás) à mesma raiz, forma-se a palavra *re.pell.ere*, que significa jogar para trás, ou seja, repelir (VIARO, 2004, p. 27). Para Antônio Houaiss e Mauro Villar (2009), o adjetivo *expulso*, que tem a mesma forma do particípio, apresenta a seguinte etimologia: “[...] lat. *expulsus*, *a*, *um*, part. pass. de *expellere*, 'lançar para fora de, repelir, expelir [...]’ (HOUAISS & VILLAR, 2009, p. 861). Francisco Torrinha (1942) define o termo da seguinte forma: “[...] *pulsus*, *a*, *um*, part. de *pello*: **1.** Batido, tocado. [...] **3.** Lançado, arremessado; repelido, batido [...]” (TORRINHA, 1942, p. 710). É notável a permanência da raiz latina a partir da observação das formas derivadas no português, mesmo que a forma atual se apresente descaracterizada devido ao grande número de transformações históricas sofridas, sendo necessário utilizar-se da diacronia, com a missão de resgatar o elemento que representa a língua de origem.

3. Conclusão

Neste estudo se propôs a realização de uma análise da formação do léxico português a partir de formas verbais no particípio passado latino, tomando como elementos norteadores o comportamento dos vocábu-

¹ *Supino*: é uma forma especial de infinitivo, invariável, para indicar finalidade, geralmente terminada em *tum*: *amatum*, = para amar; *delectum*: para destruir; *auditum*: para ouvir. (ALMEIDA, 2000, p. 206)

los no percurso histórico por meio das transformações metaplásmicas à luz da fonética histórica.

A partir da consulta aos *corpora*, percebeu-se que o português representa documentalmente um prolongamento histórico do latim, constituindo-se de uma contribuição significativa de vocábulos dele provenientes, e isso é notável a partir da observação das alterações fonéticas ocorridas ao longo do tempo por um processo lento, o qual pode ser comprovado através de consulta a gramáticas históricas e dicionários, que constituem valiosas testemunhas para o exame minucioso de tal evolução.

As formas do português atual são, na verdade, derivações do latim, que se encontram descaracterizadas, pelo fato de terem sido submetidas a um processo lento de mudanças fonéticas, o que dificulta a recuperação do elemento da língua de origem, se observado apenas um estágio isolado no tempo. Nesta perspectiva, infere-se que a compreensão do estágio de um vocábulo atual só será possível se observados todos os estágios ocorridos historicamente, isto é, a partir da comparação do estágio mais antigo que se conhece até o atual. Deste modo, admite-se que o motivo de os estudantes contemporâneos apresentarem dificuldades de compreensão do léxico do idioma materno se explica pelo fato de hoje inexistir o ensino da língua-fonte na educação básica, pois, conforme visto neste estudo, a partir da análise histórica e da etimologia, o que era obscuro se torna claro, passando a ter sentido completo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Grammatica histórica da língua portuguesa*. 2. ed. melh. e augm. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>>. Acesso em: 05-06-2016.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*: curso único e completo. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva/Instituto Antônio Houaiss, 2009.

LEONI, Francisco Evaristo. *Genio da lingua portuguesa, ou causas racionaes e philologicas de todas as reformas e derivações da mesma lingua*. Lisboa: Typ. do Panorama, 1858. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/>>

FranciscoEvaristoLeoni_tomoI.pdf&mn=gramatica6menu.php>. Acesso em: 05-06-2016.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica histórica*. 9. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>>. Acesso em: 05-06-2016.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino-português*. 2. ed. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. 1. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo, 2004.

**A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA DOS PROGRAMAS INFANTIS
NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
DA LÍNGUA INGLESA**

Camila Féres Valinho (CEUCLAR; UNIFSJ)

milavalinho@homail.com

Láís Teixeira Lima (UENF; UNIFSJ)

laisbj@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como principal objetivo observar como a presença da mídia televisiva no cotidiano das crianças pode afetá-las direta ou indiretamente no processo de aprendizagem do vocabulário de língua inglesa. Para isso, realizamos um levantamento dos canais televisivos, disponibilizados no Brasil, que têm as crianças como público-alvo, a fim de compreender a sua dimensão no meio de comunicação. Percebemos que a maior parte destes canais possui sua sede em outros países – como Estados Unidos e Canadá – o que implica uma significativa carga cultural e linguística oriunda desses países. Diante desse fato, realizamos um estudo de como estes programas podem auxiliar as crianças na aquisição de vocabulário na língua inglesa. Observamos como seus estímulos visuais e sonoros podem levar o telespectador a assimilar e apreender o vocábulo, sua fonética e ortografia. Portanto, para o desenvolvimento deste artigo, partimos da seguinte questão-problema: Como os programas infantis podem influenciar crianças na aquisição de uma segunda língua e ser uma metodologia diferenciada para o ensino de uma língua estrangeira? Então, este trabalho é qualitativo e trouxemos como principais fontes teóricas autores como Maria Aparecida Baccenga (2002), Lígia Maria Nogueira Barioni (2015), J. Michael O'Malley (1995) e Maria Cristina Fernandes Pereira (2008).

Palavras-chave:

Língua estrangeira. Língua inglesa como L2. Vocabulário. Programa televisivo.

1. Introdução

Este artigo almeja compreender como ocorre a aquisição de uma segunda língua por uma criança por meio de programas infantis televisivos, já que há uma grande variedade de canais nesse meio de comunicação de massa, alguns ainda destinados apenas a este público, e uma gama significativa de tipos de programas em suas exibições.

Com o estilo de vida agitado que as famílias têm atualmente, as atividades físicas, brincadeiras, e momentos ao ar livre estão cada vez menos presentes na rotina das crianças. Isso porque estamos vivendo em uma sociedade em que as cidades são aglomeradas, os pais (ou responsá-

veis) atarefados, os apartamentos pequenos em edifícios imensos, grandes distâncias entre os locais na cidade, e funções que devem ser realizadas no cotidiano. Estão associados ainda a atração pela tecnologia e sua imersão, e a composição familiar hoje com um número menor de membros. Estes são alguns dos fatores a intervirem no modo de vida de uma sociedade. Eles podem ser os responsáveis por deter as crianças em casa por mais que o desejado ou necessário.

Entretanto, os fatores desfavoráveis são aqueles relacionados ao desenvolvimento desta criança, e que, conseqüentemente, podem afetar sua formação de forma negativa. A falta de comunicação e o contato com outras pessoas – especialmente seus familiares e outras crianças – não auxiliam na formação desses pequenos indivíduos, uma vez que estão sozinhos ou sem o importante convívio com pessoas de sua faixa etária.

Todos esses fatores podem indicar que essas crianças passarão mais tempo em casa e mais tempo sozinhas. O que fazer para entretê-las, então? A tão popular e famosa televisão recebeu uma nomeação referente a esta sua nova função, a de “babá eletrônica”. Com inúmeros programas em incontáveis canais é fácil encontrar algo da preferência infantil. Tão fácil que, após a criação de emissoras dedicadas somente ao conteúdo para os pequenos, há uma programação exclusiva para eles vinte e quatro horas por dia, com direito à propaganda de produtos feitos para este público, com os mais diferenciados e inovadores brinquedos e acessórios.

Porém, esta questão desencadeou reflexões acerca do crescimento dessas crianças. Tanto tempo diante de uma tela, não poderia influenciá-las? Surge então a preocupação com o conteúdo a que elas assistem. Busca-se, a partir desta compreensão, um ideal para auxiliar no desenvolvimento infantil e encontrar uma forma de união entre televisão e educação infantil, ou seja, os programas podem ensinar, enquanto divertem seus telespectadores. O primeiro canal infantil a ser fundado na TV a cabo foi a *Nickelodeon*, em 1979. Esta emissora e outras muitas mais existem atualmente com o tipo de programação já citados anteriormente.

Portanto, o foco desta análise é a perspectiva da aprendizagem da criança a partir de desenhos apresentados pelas emissoras de televisão, uma vez que os mesmos podem auxiliar no processo de aprendizagem das crianças, em diversos aspectos, tais como: desenvolver suas habilidades motoras com o estilo *Do it yourself* (faça você mesmo); ensinar as letras do alfabeto e as cores; como respeitar às leis de trânsito, além de vocabulários de sua língua materna e de uma língua estrangeira. Com tantas

habilidades a serem ensinadas, e sob incontáveis maneiras de serem transmitidas, as crianças aprendem, e da forma mais agradável a elas, se divertindo.

Como consequência, as crianças aprendem coisas desconhecidas a partir de novas informações, logo, aprendem palavras importantes para seu léxico. Se elas podem compreender esses vocábulos, também podem assimilar termos de um idioma diferente com a mesma facilidade ou semelhante.

2. *Perspectiva das emissoras infantis no Brasil*

Com a globalização e todo seu processo grandioso nos séculos XX e XXI, a televisão se tornou uma preponderante fonte de informação, sendo ainda hoje uma das mais influentes no mundo. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2013, em um total de 65,1 milhões de domicílios no Brasil, 63,3 milhões (97,2%) possuíam televisão. Deste total de 63,3 milhões de casas com televisores, 29,5% delas tinham a recepção de sinal por meio de assinatura, ou seja, cerca de 18,7 milhões de brasileiros tinham TV a cabo em suas residências.

Os canais de televisão com o sinal aberto possuem uma gama significativa de opções para entretenimento para jovens e adultos, porém, mesmo nos dias atuais, ela é carente de programas educativos destinados, principalmente, a crianças. Como tentativa de disponibilizar este tipo de programa televisivo, houve a implementação de canais como, a TV Escola, TV Cultura e Futura. Esses canais não atenderam às expectativas do público, possivelmente, pela falta de recursos financeiros, uma vez que tais programas podem não gerar lucro como alguns outros.

Diante desta carência na televisão aberta, os telespectadores buscaram os programas educativos disponibilizados pelos planos por assinatura, fato que proporciona o crescimento pela busca por estes canais, aumentando, consequentemente, o número de canais com a programação exclusivamente infantil.

Atualmente, há aproximadamente dez emissoras que têm como proposta atender este público infantil e/ou jovem: TV Rá-Tim-Bum (a única nacional), Cartoon Network, Tooncast, Nickledeon, Nick Jr., Disney Channel, Disney XD, Disney Junior, Discovery Kids e Boomerang. A programação destes canais apresenta desenhos animados, seriados e

filmes dedicados aos mais novos na sociedade, além de propagandas também direcionadas a eles. O interessante desses dados é que as emissoras fazem parte da rede fechada de canais, ou seja, estão disponíveis apenas para os assinantes de TV a cabo. A sua maioria, nove, são multinacionais com produções adaptadas para o público infantil brasileiro, (são canais com polos no Brasil, mas sede nos Estados Unidos) ou, em poucos casos, produções nacionais.

Ao tratar de televisão e educação, Maria Aparecida Baccenga (2002) diz ser preciso deixar de encarar este meio de comunicação em massa como inimiga da educação, por ela ser divertida, e ainda afirma que o divertido também pode educar por trazer outra linguagem, diferente da tradicional.

3. A interação entre o telespectador e o inglês

A partir dessa análise, pode-se confirmar a presença da língua inglesa indiretamente na rotina das crianças, em seus momentos de lazer. Ao assistir um desenho americano, a criança compreende as situações apresentadas pelos personagens, que são baseados nos moldes de vida dos EUA, assim como suas roupas, comidas, lugares e principalmente, as circunstâncias dos acontecimentos mostrados em tal animação. Tratando-se de cultura, mais evidentes são os seriados, pois atores escalados expõem o *American Way of Life* (estilo de vida americano) perfeitamente, com cenários representando residências, escolas, restaurantes e ruas.

Atualmente, mesmo nos programas infantis traduzidos para a língua portuguesa, há aqueles que apresentam expressões ou mesmo palavras em língua inglesa, justamente para que o telespectador aprenda o vocabulário utilizado e o assimile ao relacioná-lo com a situação mostrada na tela.

Esses desenhos animados que usam vocabulário original entre as falas traduzidas e dubladas dos personagens são ainda mais influentes na aprendizagem de um idioma. Expressões usuais como *Let's go*, *Thank you*, e palavras como *Hello*, *Good*, *Sorry* e *Bye* estão se tornando comuns nas animações transmitidas no país. Ao associar os termos às imagens, o telespectador assimila essa informação e a transforma em conhecimento. Com isso, as crianças são estimuladas a aprender outro idioma (palavras e estruturas simples) fora dos padrões tradicionais de ensino.

Um caso exemplar desse modelo de desenho animado é a série

Dora, a Aventureira, criada nos Estados Unidos em 1999. A personagem principal é uma menina de origem latina e com a fala bilíngue, portanto é capaz de se comunicar em dois idiomas²: o português e o inglês.

Ligia Maria Nogueira Barioni (2013), em sua pesquisa exclusiva a este desenho, exemplifica o uso bilíngue citado na animação:

Vejamos um exemplo, em Egg Hunt (2003): Dora e Botas chegam à fazenda à procura de ovos, mas no cenário há muitos - 61 – animais [...]. Lá está Tico, uma personagem que só se comunica em inglês. Dora diz: “Hi Tico, we are looking for eggs”. Tico responde: “There’s an egg next to the animals that say ‘oinc, oinc, oinc’”. Dora traduz o que Tico disse e pergunta quais são os animais que fazem “oinc, oinc”. Eles pegam o ovo perto dos porcos, mas querem os outros ovos escondidos por ali também e Tico dá a dica: “There’s another egg next to the animals say ‘muuumuuuu’”. Dessa vez, Dora não traduz e pergunta diretamente ao telespectador quais são os animais que fazem “muuumuuuu”. Por fim, há outro ovo “next to the animal that says ‘miau miu’”. Dora pergunta qual animal faz “miau miu”. A tradução foi necessária, a princípio, para que a criança não se sentisse perdida diante de tantas possibilidades, mas perdeu a importância com a repetição constante da pergunta e da estratégia para responder. Assim, espera-se que a criança aprenda o que precisa fazer. (BARIONI, 2013, p. 61)

A partir deste exemplo proposto por Ligia Maria Nogueira Barioni (2013), é possível evidenciar que, ao entrar em contato com pequenas frases em inglês associadas a imagens e a sons considerados universais – como por exemplo o som que os animais produzem: *oinc oinc, miu miu e muuu* –, a criança poderá ser capaz de compreender o contexto onde aquela frase está inserida, aumentando, assim, a probabilidade de assimilar o que está sendo exposto pelo desenho.

Outro exemplo de produção animada que ensina a língua inglesa por meio de canções e palavras é o desenho *Super Why!*, uma animação produzida nos Estados Unidos da América e no Canadá. A série tem como objetivo ensinar habilidades referentes à leitura, e envolve elementos como as letras do alfabeto, palavras e ainda frases do inglês. Assim, são principalmente trabalhadas as habilidades de *listening* e *reading* (ouvir e ler), pois faz uso da ortografia, pronúncia, canções e ainda fonética de algumas palavras. É transmitida pela emissora *Discovery Kids* e nomeia os telespectadores e personagens de Superleitores.

Estes modelos de animações são eficazes no auxílio do processo

² Nos Estados Unidos, Dora usa a língua inglesa para a comunicação geral, mesclando com palavras e expressões na língua espanhola.

de ensino-aprendizagem da criança. J. Michael O'Malley e Anna Uhl Chamot (1995) sugerem que a aquisição de uma segunda língua deve ser estudada sob a interação entre linguagem e cognição, e isto leva à reflexão sobre o processo de aprendizagem de outra língua por meio do desenvolvimento de habilidades cognitivas (procedimentos mentais de instrução para efetivação de conhecimentos).

Diante disso, observa-se que as emissoras de televisão utilizam diversos aspectos para prender a atenção das crianças, tais como imagens extremamente coloridas, músicas, personagens atrativos, entre outras estratégias. Quando a criança está muito interessada no que está assistindo, ela geralmente estabelece uma interação com o desenho e, conseqüentemente, aprende com mais facilidade e dinamicidade. Dessa maneira, os canais também conseguem conquistar os pais ou responsáveis das crianças, pois eles passam a observar esses canais como aliados da aprendizagem dos filhos, uma vez que seus filhos passam a descobrir novos conhecimentos e desenvolver novas habilidades. Tal perspectiva pode, talvez, estar atrelada ao motivo do crescimento significativo dessas emissoras dedicadas exclusivamente ao público infantil.

4. *A aprendizagem de inglês a partir dos programas televisivos*

Compreender outro idioma em uma fase na qual está descobrindo o mundo e sua língua materna pode-se tornar algo com certo grau de dificuldade para as crianças. Como elas ainda não possuem os pré-requisitos necessários para a aprendizagem mais formal de uma língua estrangeira, é essencial que essa aprendizagem seja regida por metodologias próprias e específicas da idade, aliadas aos estágios do desenvolvimento infantil.

Sobre a aquisição de conhecimento infantil, Raquel Cristina Mendes de Carvalho (2009) ensina que "o processo de aprendizagem deve seguir o desenvolvimento natural da criança, evitando o uso de temas e habilidades que estão além do seu alcance, ou seja, os conteúdos devem focar o mundo infantil e os interesses das crianças". (CARVALHO, 2009, p. 320)

Outro fator favorável à instrução de crianças na língua inglesa por meio de programas infantis é o fato de eles permanecerem concentradas mais facilmente ao assistir uma história na televisão, por exemplo. A atenção é voltada para a tela colorida, com figuras em movimento, falan-

do e cantando, interagindo com eles. Em algumas situações, a criança até repete o que observa, imitando as ações dos personagens, e, o mais indicado para o estudo do idioma, memorizando e criando uma relação das palavras ditas em Inglês à imagem que veem.

A forma com a qual ocorre este tipo de aprendizagem pode compreendida, seguindo a aquisição de conhecimento dos definidos como *global learners* (aprendizes globais), por exemplo. Este tipo de aprendizagem se encaixa no modelo apresentado anteriormente, no qual as crianças se apresentam aptas (também os jovens, sendo as crianças o público-alvo desse estudo) a assimilar mais facilmente novos vocábulos da língua inglesa por meio de programas infantis.

Segundo Richard M. Felder e Eunice R. Henriques (1995, p. 25),

aprendizes globais assimilam informações aparentemente em fragmentos desconectados e alcançam o entendimento em grandes saltos holísticos. Antes dos aprendizes globais dominarem os detalhes de um assunto, eles precisam entender como o material apresentado se relaciona com seus conhecimentos e experiências anteriores [...] (tradução nossa)

A facilidade de aprendizagem de vocabulário em uma segunda língua é comentada por Claudia Hilsdorf Rocha (2007, p. 294):

[...] alguns fatores devem ser levados em consideração no que diz respeito ao ensino de vocabulário. Dentre eles, citamos a demonstrabilidade (facilidade de se atribuir sentido às palavras), a similaridade com a língua materna, a brevidade (tamanho da palavra), a regularidade de forma, a carga semântica na aprendizagem (o fato de a palavra estar relacionada a outras já conhecidas) e a relevância da palavra para a criança. Algumas técnicas apontadas [...] para o ensino de vocabulário incluem o uso de objetos concretos, desenhos, figuras, fotos, ilustrações, técnicas verbais (explicações, definições, entre outras) e corporais (gestos, mímica etc.), bem como o uso dos sentidos (tocar, degustar, sentir o cheiro, entre outros) e da tecnologia.

Então, na maioria das vezes, os desenhos buscam seguir o processo de desenvolvimento natural das crianças e seus interesses, utilizando estratégias, imagens, sons, gestos e personagens atrativos para que a criança coloque sentido no que está vendo, oportunizando, assim, uma aprendizagem mais atrativa, aliando a aprendizagem ao lúdico.

5. Considerações finais

São incontáveis os programas produzidos em países cujo idioma oficial é o inglês, destacando-se as produções norte-americanas. Filmes,

séries, programas de competições, transformações de lugares ou aparência, e desenhos animados são algumas das produções mais exibidas, seja por canais abertos ou canais fechados (TV a cabo). É inegável, então, a presença da língua inglesa na televisão, e isso afeta diretamente as crianças – uma vez que são telespectadores assíduos.

Portanto, recebendo, então, o público infantil, tanta informação de outra origem idiomática, o processo ensino-aprendizagem ocorre de modo indireto. Ao assistirem essas programações, aos poucos e com observação, palavras da língua inglesa são ensinadas pela televisão para as crianças.

Sob estas perspectivas, compreende-se o quão intenso pode ser o efeito de um programa infantil televisivo no despertar de novas informações em língua inglesa. A realização efetiva da aquisição de novo vocabulário por desenhos animados, como exemplificado neste trabalho, é uma frutuosa ferramenta de estudos de uma segunda língua dentro da própria residência do telespectador, e benéfica por completo se utilizada de forma eficaz, fornecendo às crianças novos conhecimentos em língua inglesa, satisfatórios aos estudos posteriores ou concomitantes do idioma, pois despertam a vontade de adquirir mais informações da língua estrangeira em questão.

Entretanto, a mídia televisiva apresenta contras em relação à sua programação, e isso influencia a aprendizagem de língua inglesa por este meio de comunicação. Se não fiscalizado o tempo de acesso à televisão e não for praticado o que foi aprendido pelo telespectador, ele pode, no primeiro caso, tornar-se dependente deste meio de distribuição de conteúdos audiovisuais e não desenvolver o pensamento próprio e instigante, tão importante nas crianças, ou ser desestimulado por falta de provações intelectuais, o que pode acarretar na perda do conhecimento adquirido pelo mesmo meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. 2. ed. São Paulo: Moderna. 2004.

BACCENGA, Maria Aparecida. Televisão e escola: aproximações e distanciamentos. In: *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Salvador (BA), set. 2002.

BARIONI, Ligia Maria Nogueira. *O lúdico e o pedagógico em “Dora, a aventureira”*: um desenho animado televisivo contemporâneo. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=55874>>

Acesso em: 08-11-2015.

CARVALHO, Raquel Cristina Mendes de. *A educação infantil descobrindo a língua inglesa: interação professor/aluno*. Guarapuava: Unicentro, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132009000200009>. Acesso em: 08-11-2015.

CELANI, Maria Antonieta Alba. *Reflexões e ações (trans)formadoras no ensino-aprendizagem de inglês*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

FELDER, Richard M.; HENRIQUES, Eunice R. Learning and Teaching Styles in Foreign and Second Language Education. *Anais de língua estrangeira (Foreign Language Annals)*, vol. 28, n. 1, 1995, p. 21-31.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. *Crianças e adolescentes em frente à TV: o que e quanto assistem de televisão*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

HAMER, Jeremy. *How to Teach English*. 3. ed. England: Longman. 1998.

IBGE, *Televisão*. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/8311-televisao.html>>. Acesso em: 08-11-2015.

O'MALLEY, J. Michael; CHAMOT, Anna Uhl. *Learning Strategies in Second Language Acquisition*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PEREIRA, Maria Cristina Fernandes. *Mídia e infância: a influência dos meios de comunicação no desenvolvimento infantil*. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2008.

ROCHA, Claudia Hilsdorf. O ensino de línguas para crianças no contexto educacional brasileiro: breves reflexões e possíveis provisões. *DELTA*, São Paulo, vol. 23, n. 2. 2007.

**A LÍNGUA PORTUGUESA
E O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1986/1990:
RETRATOS DE UMA POLÊMICA ANUNCIADA**

Maurício Silva (USP)
maurisil@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações entre as reformas ortográficas e o nacionalismo linguístico no Brasil, a partir de uma metodologia que se apoia tanto na historiografia linguística quanto na análise do discurso. Procura, além disso, revelar o desenvolvimento de algumas ideias linguísticas relacionadas à ortografia da língua portuguesa no Brasil do começo do século XXI.

Palavras-chave: Nacionalismo linguístico. Ortografia. Língua portuguesa.

1. Introdução

Ao longo do século XX, ocorreram em torno da língua portuguesa algumas de suas mais contundentes querelas linguísticas: aquelas que dizem respeito à ortografia e suas inúmeras propostas de unificação. Tais disputas decorreram – e ainda decorrem – da variedade de registros ortográficos que nosso idioma conheceu historicamente, podendo-se apontar pelo menos três momentos marcantes de nossa ortografia: o de uma ortografia fonética, que procurava se assentar, com certo rigor, na pronúncia (séculos XIII-XVI); o de uma ortografia que se caracterizava pela escrita erudita, de natureza pseudoetimológica (séculos XVI-XIX); e o de uma ortografia em que se privilegiou a simplificação gráfica, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (século XX).

Diante desse quadro, faz-se necessário, numa época em que vicejam ideias oficiais e não oficiais de unificação ortográfica da língua portuguesa no mundo lusófono, analisar com olhar crítico a mais recente proposta de unificação e simplificação ortográficas do português – o Acordo de 1986/1990 – e refletir acerca das consequências que semelhante proposta pode acarretar ao nosso idioma.

O objetivo deste trabalho, portanto, é expor, analisar e, em especial, destacar as divergências ideológicas em torno do Acordo Ortográfico de 1986/1990, questão bastante polêmica, que tem despertado a atenção

dos mais variados estratos da sociedade, sem que se tenha chegado, pelo menos no presente momento, a um consenso mínimo.

2. Ortografia da língua portuguesa: uma história

Nas discussões em torno da língua portuguesa no Brasil, o discurso nacionalista encontra um campo fértil para seu desenvolvimento: desde nossos primeiros documentos, é possível perceber laivos de um sentimento em que se mesclam anseios pela independência política e embates em torno da emancipação linguística. No âmbito da ortografia, semelhante sentimento parece atingir o ponto culminante, já que em muitos aspectos a grafia de uma língua revela um modo particularmente “nacional” de se exprimir.

Apesar disso, não se pode negar que, ainda dentro de uma mesma nação, as divergências ortográficas multiplicam-se a ponto de comprometer qualquer correspondência imediata entre unidade política e linguística: no caso do Brasil, pelo menos, a relativa unificação política – que começou a ser forjada já no início do século XVII – não encontrou correspondência na unidade linguística, sobretudo se pensarmos nas inúmeras divergências ortográficas que existiram até pelo menos o começo do século XX.

Com efeito, não era difícil encontrar, durante quase toda a primeira metade do século XX, autores que se utilizavam dos mais diversos e disparatados recursos gráficos, quase sempre em desacordo com as gramáticas ou os manuais de ortografia que prescreviam normas para uma escrita padronizada. Havia ainda aqueles autores que absolutamente se recusavam a adotar qualquer tipo de regra ortográfica por considerar uma imposição insustentável (como Antônio Torres) ou aqueles que simplesmente não as seguiam por comodidade, inadaptação ou por considerá-las um atentado à índole do falar brasileiro (como Mário de Andrade).

Tais exemplos são modelares ao apontar as divergências ortográficas existentes nas primeiras décadas do século XX, além de revelarem a necessidade premente – na época – de se estabelecerem regras mais ou menos rígidas, relativas à ortografia da língua portuguesa. É a tentativa de estabelecimento dessas regras, a qual se estenderá por todo o século, que irá ocasionar as mais acirradas disputas – explícitas ou não – entre Portugal e Brasil, dando origem ao que aqui chamamos de discurso nacionalista ou nacionalismo linguístico.

Não é recente a tentativa de unificação ortográfica da língua portuguesa; tampouco são novas as mudanças sofridas pela grafia do português ao longo de sua existência. Desprezando suas fases pré-histórica (séculos I-IX) e proto-histórica (séculos IX-XII), e levando em consideração apenas sua fase histórica (século XIII-XX) (FONSECA, 1959), podemos depreender pelo menos três momentos marcantes de nossa ortografia: um primeiro momento, em que a ortografia assentava-se na pronúncia, isto é, uma ortografia fonética (séculos XIII-XVI); um segundo momento, caracterizado por uma grafia erudita, de natureza pseudoetimológica (séculos XVI-XIX); e um terceiro momento, em que se privilegiou uma ortografia simplificada, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (século XX). (HOUAISS, 1991; TORRES, 1972)

A identidade cultural de um país faz-se também pelo idioma falado por seus representantes e isso se torna mais verdadeiro quando se trata de povos e nações cuja língua se originou por meio de um processo de colonização, como é o caso do Brasil.

Desde o século XVII, mas com mais ênfase a partir do XIX, cresce a necessidade de uma emancipação política e linguística do Brasil com relação a Portugal. Mas é sobretudo ao longo do século passado, em que, de fato, tiveram lugar os principais embates acerca da ortografia portuguesa, que começaram a surgir discussões mais acaloradas a respeito da questão ortográfica em Portugal e no Brasil, em consonância com o crescimento do mercado editorial, com o incremento das relações multilaterais e sobretudo, com a intensificação do intercâmbio cultural entre os dois países. No Brasil, a Academia Brasileira de Letras tomou, em primeiro lugar, as rédeas da reforma ortográfica no solo nacional, assumindo um importante papel na luta pela simplificação e/ou unificação da língua portuguesa, mas também representou um foco de resistência a determinadas modificações ortográficas. (SILVA, 2001)

Neste contexto, as divergências não demoraram a aparecer, e as primeiras discórdias começaram com o século que se inaugurava: nosso primeiro projeto de reforma ortográfica nasce em 1907, com a proposta da Academia Brasileira de Letras, tendo à frente a figura de Medeiros e Albuquerque, a qual seria complementada, em 1912, a partir de uma série de críticas que recebera, tanto por parte dos portugueses quanto dos brasileiros. (SILVA, 2003)

Contudo, a reforma mais polêmica dessa primeira década não se-

ria realizada no Brasil, mas em Portugal: em 1911, uma comissão encabeçada por Gonçalves Viana e composta por eminentes personalidades lusitanas iria executar a primeira reforma ampla de simplificação da língua portuguesa, a qual, a despeito das inúmeras críticas que recebera no Brasil, acabou sendo aceita pela maior parte da intelectualidade nacional, inclusive por eminentes representantes de nossa academia, apesar de uma tácita recusa de suas prescrições nos albores da décadas de 1920.

O primeiro projeto de reforma ortográfica que teve aceitação por e concordância entre Brasil e Portugal foi o *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro*, em 1931, organizado pelas Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa com o objetivo de unificar a ortografia da língua portuguesa, já que a reforma de 1911 logrou revelar, sobretudo, as divergências que existiam entre brasileiros e portugueses nesse campo.

Apesar das boas intenções de ambas as partes, esse primeiro acordo não surtiu o efeito esperado, e se a década de 1930 foi marcada por vários decretos que tentavam estabelecer um consenso em relação à ortografia do idioma, a primeira metade da década seguinte seria caracterizada, principalmente, pela publicação de vocabulários ortográficos que buscavam normatizar as leis ortográficas, dando-lhes um aspecto mais sistemático e oficial: trata-se, principalmente, do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Portugal, 1940) e do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Brasil, 1943).

Em 1945, ocorreu a célebre *Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*, que procurou – sem sucesso pleno – aparar as arestas relacionadas à ortografia utilizada pelas duas principais nações lusófonas. Depois desta última tentativa de acordo, decisões parciais foram aprovadas, até o surgimento da principal proposta de unificação ortográfica, justamente o acordo de 1986/1990, do qual procuraremos tratar com mais detalhes. (Cf. ESTRELA, s./d.)

3. Ortografia e nacionalismo linguístico

Nas discussões em torno da língua portuguesa no Brasil, o discurso nacionalista encontra um campo fértil para seu desenvolvimento: desde nossos primeiros documentos, é possível perceber laivos de um sentimento em que se mesclam anseios pela independência política e embates em torno da emancipação linguística. No âmbito da ortografia, semelhan-

te sentimento parece atingir o ponto culminante, já que em muitos aspectos a grafia de uma língua revela um modo particularmente “nacional” de se exprimir.

Apesar disso, não se pode negar que, ainda dentro de uma mesma nação, as divergências ortográficas multiplicam-se a ponto de comprometer qualquer correspondência imediata entre unidade política e linguística: no caso do Brasil, pelo menos, a relativa unificação política - que começou a ser forjada já no início do século XVII - não encontrou correspondência na unidade linguística, sobretudo se pensarmos nas inúmeras divergências ortográficas que existiram até pelo menos o começo do século XX, configurando, nas palavras de José Veríssimo, uma verdadeira “anarquia ortográfica”, explicitada pelo eminente crítico nos seguintes termos: “Herculano, Castilho, Garret, Castelo Branco, os quatro mais consideráveis escritores da moderna literatura portuguesa, cada um tem a sua grafia especial. E de cada escritor português ou brasileiro se pode dizer o mesmo”. (VERÍSSIMO, 1977, p. 109)

Tais fenômenos, como era de se esperar, foram desde o princípio acompanhados de tentativas de normatização da ortografia da língua, normatização que nascia exatamente da necessidade de se estabelecer alguma ordem no que parecia aos homens de letras e estudiosos do assunto incomodamente caótico. Por esta razão, a problemática ortográfica foi – desde os primeiros estudos da língua portuguesa, ainda no século XVI – uma das principais preocupações dos nossos gramáticos, o que resultou em obras escritas por nossos primeiros ortógrafos, como Pero de Magalhães de Gândavo (*Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da Língua Portuguesa*, 1574), Duarte Nunes de Leão (*Ortografia da Língua Portuguesa*, 1576), Álvaro Ferreira de Vera (*Ortografia ou modo para escrever certo na Língua Portuguesa*, 1631), Bento Pereira (*Regras gerais e breves da melhor Ortografia*, 1666), Ioam Franco Barreto (*Ortografia da Língua Portuguesa*, 1671) e outros. Nesta mesma época, a ortografia se tornava problema central de algumas obras de outras línguas românicas, como a francesa (PELETIER, *Dialogue de l’orthographe*, 1517) ou a espanhola (NEBRIJA, *Reglas de Orthographia en la Lengua Castellana*, 1517). (Cf. FÁVERO, 1996 e BUESCU, 1984)

Nesse contexto, já na passagem do século XIX para o XX, nossa Academia Brasileira de Letras assumiu, desde sua fundação, um papel de destaque na luta pela simplificação e/ou unificação da língua portuguesa, mas também representou – em momentos diversos – um foco de resistência a determinadas modificações gráficas que pudessem representar – de

algum modo – uma ameaça à nossa identidade nacional. Daí sua atuação ambígua no que se refere a essa questão, ora colocando-se à frente das iniciativas de unificação da ortografia portuguesa, ora mantendo uma posição de intransigência diante de algumas cláusulas dos acordos de unificação ortográfica, mesmo daqueles dos quais era signatária. De qualquer maneira, a Academia Brasileira de Letras nasce sob os auspícios da ideologia da *arte de bem escrever*, o que significa que uma de suas propostas centrais era a defesa da própria língua portuguesa. (Cf. NEVES, 1940; LIMA, 1942; GALVÃO, 1937)

Especificamente no que diz respeito à ortografia, o papel da Academia não pode ser minimizado: ao contrário, poucas entidades culturais se empenharam com tanta diligência quanto aquela. Apenas a título de exemplo, pode-se lembrar que a Academia Brasileira de Letras participou – direta ou indiretamente – de todos os acordos e reformas ortográficas neste século, além de, a partir da década de 1940, ser elevada à categoria de órgão consultivo do Governo Brasileiro em matéria de ortografia, graças ao esforço de seu presidente na época, José Carlos de Macedo Soares; nas páginas de sua revista, além disso, travaram-se infindáveis discussões acerca da ortografia da língua portuguesa. Evidentemente, isto não impediu que alguns de seus mais ilustres representantes – como é o caso de um Humberto de Campos ou um Augusto de Lima – se posicionassem de modo francamente contrário às propostas de reforma ortográfica forçadas pela Academia, considerando-as, às vezes, levianas e irresponsáveis. (Cf. CAMPOS, 1935; LIMA, 1923)

De qualquer maneira, este fato emerge como uma atitude mais ou menos isolada, de forma alguma comprometendo a atuação da Academia como uma espécie de porta-voz oficial do Brasil em assuntos relacionados à ortografia da língua. É por isso ainda que não hesitamos em afirmar que a história da ortografia da língua portuguesa no país conhece, com o aparecimento da Academia, um novo e definitivo capítulo. Um capítulo, aliás, que tem no discurso nacionalista um de seus pilares de sustentação, como veremos mais detalhadamente adiante. O nacionalismo linguístico no Brasil, contudo, não se limita apenas a questões relativas à ortografia, mas tem uma incidência muito maior na problemática que concerne à própria consolidação da língua portuguesa por aqui, como se pode verificar por meio de estudos que tratam dos mais diversos fenômenos ligados a essa discussão.

Apesar da importância dessas discussões, a ligação entre o nacionalismo linguístico e a questão ortográfica ganha particular relevância no

século XX, em especial no que se refere à linguagem literária, já que se trata de uma época em que, como em nenhuma outra, se valorizou o emprego de uma grafia prosódica, bem de acordo com o falar brasileiro, no intuito de se opor ao retoricismo e ao purismo linguístico luso-brasileiro prevalecente no século passado. (Cf. PINTO, 1988)

4. O Acordo Ortográfico de 1986/1990: prós e contras

O Acordo Ortográfico de 1986/1990 propõe uma unificação linguística parcial, não solucionando definitivamente o “problema” das diferenças ortográficas entre os países lusófonos, principal argumento empregado por seus defensores. Versando sobre uma série de detalhes da escrita em língua portuguesa, que vão da utilização do hífen à acentuação gráfica, passando pelo emprego de letras maiúsculas ou pela separação silábica (HOUAISS, 1991; LUFT, 1983), o novo acordo pretende homogeneizar ao máximo a grafia dos vocábulos, promovendo, para tanto, modificações estruturais na forma de se escrever algumas palavras do idioma. Embora o acordo pretenda manter a maior parte dos recursos ortográficos atualmente vigentes, não resta dúvida de que as poucas modificações propostas já são suficientes para colocar os escritores, editores, professores, linguistas e utentes da língua sob reserva e suspeição.

Os principais argumentos contrários ao acordo, empregados por seus detratores e críticos, nascem do reconhecimento da falta de um debate mais amplo e democrático em torno das mudanças propostas, as quais, segundo eles, acabaram sendo monopolizadas por alguns poucos representantes das academias portuguesa e brasileira.

A partir daí, condena-se ainda o que se podem considerar equívocos linguísticos resultantes do acordo, os quais promoveriam irreversível descaracterização do idioma, tais como a supressão das consoantes mudas (*intersecção/interseção, facto/fato*); o surgimento, em razão do motivo anterior, de maior quantidade de homônimos (*ato*, substantivo/*ato*, forma verbal) e também, por outros motivos, de homógrafos (*história*, substantivo/*historia*, forma verbal); a opacidade etimológica de alguns vocábulos (*preistórico*); o exagero permissivo de formas facultativas (*falâmos/falamos*); a obliteração da diferenciação semântica garantida pelo uso do hífen (*mesa-redonda/mesa redonda*) etc.

Para além das questões aqui assinaladas, de ordem interna do código linguístico, há, ainda segundo seus opositores, fatores extralinguísti-

cos que deverão – caso o acordo seja viabilizado – sofrer alterações com consequências imprevisíveis: o mais evidente de todos diz respeito ao mercado editorial e à indústria cultural dos países signatários do acordo, já que milhões de volumes – sobretudo obras didáticas, dicionários e livros escolares – ficarão inutilizados, uma vez que a produção de obras para substituí-los acarretaria custos de produção e aquisição demasiadamente altos.

Há que se salientar o fato de que, na perspectiva dos críticos lusitanos, Portugal estaria em franca desvantagem no que diz respeito à maneira como os vocábulos deveriam ser grafados a partir da vigência do acordo, já que, a seu ver, praticamente todas as alterações representam uma concessão da ortografia portuguesa em relação à brasileira, além de acreditarem que quase todas as alterações constituem uma violência imposta aos conhecimentos e sensibilidade dos portugueses que aprenderam a ortografia anterior. (CASTRO, DUARTE & LEIRIA, 1987)

Mais importante do que um acordo ortográfico preocupado meramente com a unificação gráfica do idioma e imposto a seus utentes de modo unilateral, reconhecem os críticos dos dois lados do Atlântico, seria um empenho governamental no sentido de promover a difusão da língua portuguesa mundialmente, valorizar seu legado cultural ao Ocidente, sobretudo o escrito, torná-lo idioma oficial dos órgãos internacionais, por meio de uma ação diplomática dos países lusófonos, e, finalmente, promover ações conjuntas de caráter pedagógico, no sentido de conferir aos habitantes dos territórios que tem o português como língua oficial condições de adquirirem competência linguística no próprio idioma.

Desde sua primeira aparição na imprensa, o Acordo Ortográfico sofreu diversas contestações por parte de seus opositores, possibilitando toda sorte de críticas, que vão do reconhecimento de seus limites práticos, responsáveis por tornar a grafia do português, em alguns aspectos, ainda mais complexa, até, do ponto de vista pedagógico, as dificuldades de aprendizagem que as mudanças podem gerar, bem como sua ineficácia como elemento inibidor do analfabetismo. É sobre este último aspecto, aliás, que Alice Saboia reconhece – a partir da pesquisa com dados que coletou, acerca do sistema gráfico-acental do português oficial, em escolas brasileiras – que as discussões em torno da última proposta de reforma ortográfica revelam um descompromisso com a fase de aquisição da escrita por seus usuários. (SABOIA, 1997)

Ao longo dos séculos a história da ortografia portuguesa foi pro-

curando aperfeiçoamentos progressivos de legibilidade, tentando tornar, tanto quanto possível, a escrita num verdadeiro *retrato* da língua. Lamentavelmente, dizem os críticos, a nova proposta não reduz o número de regras, além de continuar mantendo várias exceções. Para piorar ainda mais o quadro, as poucas modificações realizadas foram formuladas de modo relativamente complexo, além de, em quase todos os casos em que sugere alterações gráficas, o novo Acordo copiar as mesmas regras usadas nos acordos anteriores, como o de 1945 e o de 1971. As poucas modificações que há nele são formuladas de tal maneira que poderá confundir ainda mais os usuários já acostumados com as regras ortográficas vigentes. Como lembra Evanildo Bechara, é preciso levar em consideração, nesse novo Acordo, uma série de fenômenos linguísticos (a acentuação tônica relativa aos contrastes de timbre aberto e fechado, as variantes fonéticas de língua, o uso do hífen etc.), a fim de se realizar um trabalho realmente condizente com as necessidades práticas da língua escrita. (BECHARA, 2000)

5. Conclusão

O percurso histórico da questão ortográfica no Brasil do século XX revela a preponderância de um discurso de fundo nacionalista, o qual acabava por transformar toda discussão linguística num embate tipicamente político, na medida em que buscou utilizar a ortografia da língua como instrumento de afirmação da nacionalidade brasileira, fato aliás já constatado por alguns estudiosos do assunto: “a querela ortográfica, que agitou quase toda a primeira metade do século, (foi também) reflexo direto do sentimento nacionalista dos brasileiros, em face de Portugal”. (PINTO, 1988. p. 15)

Assim, pode-se dizer que grande parte da discussão em torno da ortografia da língua portuguesa - como, de resto, em torno da própria linguagem - redundava na tentativa de afirmação nacionalista de uma vertente brasileira do idioma, em franca oposição à vertente lusitana. Daí, também, seu sentido político, expresso em questionamentos diversos a respeito da problemática da ortografia: a quem interessa a unificação ortográfica da língua portuguesa? De que maneira essa unificação poderia acabar impedindo o desenvolvimento de um possível registro linguístico caracteristicamente brasileiro? Quais seriam os interesses econômicos que estariam por trás de uma reforma ortográfica ampla e que certamente teria um profundo impacto, por exemplo, no mercado editorial das na-

ções envolvidas? Estas são apenas algumas questões que poderiam ser colocadas no âmbito da *política do idioma*, apesar de fugirem aos propósitos desse ensaio. (CUNHA, 1976)

De qualquer maneira – e até como contrapondo a alguns desses questionamentos políticos – pode-se afirmar sem tergiversações que toda essa questão foi norteada por um forte sentido de nacionalidade brasileira, inviabilizando acordos e interesses que porventura pudessem estar por trás de uma discussão que deveria se estabelecer num campo meramente linguístico.

A questão é reconhecidamente polêmica, pois extrapola a ideia do estabelecimento de uma política do idioma, para esbarrar numa discussão mais profunda: a da fundação – por meio de uma língua nacional – da própria nacionalidade brasileira. Com efeito, pode-se pensar numa necessária articulação dialética, quando se está tratando desse assunto: a fundação da nacionalidade brasileira passa pela constituição de um discurso autônomo e a constituição desse discurso pressupõe um sentido ativo de nacionalidade. (ORLANDI, 1990)

Estas são, contudo, abordagens que – ao lado da problemática da política do idioma – fogem aos limites desse trabalho, motivo pelo qual não vamos nos ater aos mesmos. Por motivos semelhantes, outras abordagens relativas à questão ortográfica da língua portuguesa não foram privilegiadas nesse ensaio, como a perspectiva comparatista: um estudo mais detalhado do assunto não poderia, por exemplo, deixar de comparar as bases analíticas dos principais acordos ortográficos da língua, a fim de analisar aspectos ligados às convergências, divergências e prevalências gráficas entre o português do Brasil e de Portugal; ou comparar a produção literária das duas nações, a fim de enfatizar aspectos ligados especificamente à história interna da língua, no que concerne à ortografia.

Tais fatos não invalidam uma perspectiva histórico-discursiva do assunto, levando-nos à conclusão de que o discurso nacionalista acabou prevalecendo, nas discussões ortográficas, sobre todos os demais discursos, inclusive sobre aqueles que se pretenderam puramente linguísticos. E se esse não era um fenômeno consciente para muitos daqueles que se achavam envolvidos direta ou indiretamente nesses embates, pode-se afirmar com certeza que a prevalência do discurso nacionalista era, no âmbito das discussões ortográficas, inconscientemente pressentido. É o que se pode perceber, por exemplo e de modo sintomático, a partir das querelas travadas pelos mais eminentes intelectuais do começo do século

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(como José Veríssimo ou Medeiros e Albuquerque) em torno da grafia da palavra *Brasil*, cujo teor é dado por essa elucidativa passagem de um romance de Coelho Neto:

Ha aqui almas tão displicentes que até negam historia ao paiz tão desconhecido na sua grandeza que ainda não conseguiu registrar o nome na lista das nações por não saber, ao certo, se o ha de graphar com *s* ou com *z*. Absurdo dos absurdos! Crime de lesa patria! (COELHO NETO, 1926, p. 233)

Várias tentativas de reforma, muitos decretos oficiais, divergências indelévelis: parece ter sido esse o saldo, de um ponto de vista histórico, das infinitas discussões travadas em torno da ortografia da língua portuguesa ao longo de todo o século XX. Já de um ponto de vista da lógica discursiva que atuou como substrato dessas mesmas discussões, não passaria despercebido nem mesmo aos mais desatentos estudiosos da questão o fato de ter prevalecido um discurso irretorquivelmente nacionalista, que via no registro ortográfico aqui empregado uma das últimas reservas do *instinto de nacionalidade* brasileiro de que já se falou alhures.

A língua portuguesa – que, apesar das enormes diferenças de pronúncia, léxicas, sintáticas e outras, é falada em vários países – conhece uma diversidade que nunca prejudicou substancialmente seu intercâmbio cultural, científico e econômico. Feito de maneira unilateral, o novo Acordo pode, de certo modo, descaracterizá-la, uma vez que interfere artificialmente na língua, resultando inclusive na redução de sua pluralidade. Tendo participado, desde o início, da formulação da proposta para o novo Acordo Ortográfico, o eminente linguista português Herculano de Carvalho lembra, primeiro, que as regras ortográficas devem ter mais um caráter normativo (isto é, condizentes com a necessidade da escrita) do que compulsivo; e, segundo, que a reforma ortográfica deve visar tanto à unificação gráfica do português quanto à simplificação de sua escrita, o que, segundo ele, não está totalmente contemplado na última proposta do Acordo. (CARVALHO, 1997)

Sem apoiar-se substancialmente na realidade linguística e cultural dos falantes da língua portuguesa, dificilmente o novo Acordo permitirá que se chegue a um consenso, transformando em equívoco algo que teria nascido repleto de boas intenções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. Em demanda dos enlaces na sistematização ortográfica. *Brasil e Portugal*. 500 anos de enlaces e desenlaces. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, p. 130-138.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa*. Século XVI. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- CAMPOS, Humberto de. A língua portuguesa no Brasil. In: _____. *Crítica*. Primeira série. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 98-109.
- CARVALHO, José G. Herculano de. Ortografia e as ortografias do português. *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 39-46, 1997.
- CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Orgs.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- COELHO NETO. *O paraíso*. Excelsa fantasia. Porto: Chardron, 1926.
- CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- ESTRELA, Edite. *A questão ortográfica*. Reforma e acordos da língua portuguesa. Lisboa: Notícias, [s./d.].
- FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII*. A gramática portuguesa. Campinas: Unicamp, 1996.
- FONSECA, Fernando Peixoto. *Noções de história da língua portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1959.
- GALVÃO, Francisco. *A Academia de Letras na intimidade*. Rio de Janeiro: A Noite, 1937.
- HOUAISS, Antônio. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Augusto de. *A questão ortographica*. Noites de sabbado. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, 1923, p. 196-199.
- LIMA, Joaquim Bento Alves de. *Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.
- LUFT, Celso Pedro. *Grande manual de ortografia Globo*. Porto Alegre, Globo, 1983.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras*. Notas e documentos para a sua história (1896-1940). Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1940.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. Século XX. São Paulo: Ática, 1988.

SABOIA, Alice Maria Teixeira de. A dupla perspectiva de abrangência das regras ortográficas. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 05, p. 182-192, 1º semestre, 1997.

SILVA, Maurício. Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil: uma abordagem histórico-discursiva. *Letras*, Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, vol. 20, n. 1/2, p. 99-122, 2001.

_____. Superando a "anarquia ortográfica": a Academia Brasileira de Letras e a reforma ortográfica da língua portuguesa (1907). In: PETTER, Margarida Maria Taddoni. (Coord.). *Língua: uma questão de regras e de usos*. São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2003, p. 135-143.

TORRES, Artur de Almeida. Unidade da língua portuguesa. Histórico da ortografia luso-brasileira. *Romanitas*, Rio de Janeiro, vol. 11, p. 417-418, 1972.

VERÍSSIMO, José. A questão ortográfica. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*. Terceira série. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, p. 99-112.

**A OPOSIÇÃO ENTRE ARTE E DINHEIRO
NO MITO DE ORFEU**

Francisco de Assis Florencio (UERJ)
ff017066@gmail.com

RESUMO

O nosso artigo pretende, primeiramente, traduzir a elegia I, livro III da obra *Amores*, escrita pelo poeta renascentista Johannes Secundus. Esta obra, composta de três livros de elegias e endereçada à primeira grande paixão do poeta, Júlia, está assim dividida: o primeiro livro foi intitulado *De Julia Monobiblos*; o segundo também foi dedicado a ela, mas o seu nome é substituído pelos pseudônimos Lídia e Vênus; já o terceiro é uma coleção de epístolas escritas em versos, e é dele que separamos, para tradução e análise, a elegia I, por meio da qual o elegíaco renascentista faz uso do mito de Orfeu, num tom que muitas vezes desmerece a figura feminina, para dizer que toda mulher tem seu preço, pois são gananciosas e de coração duro. Além da tradução verificaremos ainda: a presença de ecos da elegia amorosa latina nos versos do poeta renascentista, aqui, em especial, a de Ovídio e a de Propércio; avaliaremos, também, o emprego da mitologia como argumento para sua tese e, por fim, analisaremos alguns vocábulos presentes no texto, em especial *carmen* e *munus*.

Palavras-chave: Arte e dinheiro. Johannes Secundus. Elegia amorosa.

1. Introdução

Para construir seus textos, os poetas renascentistas recorriam frequentemente à *imitatio*. Já presente na literatura latina, ela foi uma prática comum entre os escritores dos séculos quinze e dezesseis e Johannes Secundus, é claro, também enveredou por esse caminho. Vejamos o que Clifford Endres (1981) diz a respeito disso: “Os poetas neolatinos tinham um bom precedente clássico para imitar os autores anteriores em vez de criar um estilo original: a fundação da literatura latina, afinal, se deu a partir da literatura grega”.³

Vemos, então, que os escritores renascentistas seguiram o mesmo caminho dos latinos, ou seja, fizeram uso de um modelo já existente para, a partir dele, produzir a sua própria literatura ou, de acordo com as palavras do eminente professor Fred J. Nichols, realizar um trabalho de poeta

³ “Neo-latin poets of the Renaissance had good classical precedent for imitating previous authors rather than creating an original style: the foundation of Latin literature, after all, was Greek literature”. (ENDRES, 1981, p. 59)

e não de copista: "... é importante destacar que estamos lidando aqui com um processo de imitação (a palavra latina *imitatio* é útil para denotar o processo renascentista específico) e não mera cópia" (Nichols, 1979).⁴ A prática de imitar os clássicos naquele contexto também estava ligada à educação da época, que via o ato de imitar os modelos greco-latinos como uma forma de se produzir bons oradores e bons poetas. No caso do vate batavo, para falar de amor em versos elegíacos, o modelo a ser seguido foi o da elegia amorosa latina: "Além da influência direta de seus modelos clássicos, a poesia elegíaca de Secundus foi afetada pela concepção renascentista prevaemente da elegia amorosa, de alguma forma entrelaçada com o lamento funerário". (*Id.*, p. 67)⁵

Assim, a sua obra elegíaca está cheia de alusões, citações e citações dos principais elegíacos latinos, dentre os quais, destacam-se Propércio, Ovídio, Tibulo e Catulo: "Apesar de assumir as formas e convenções de seus modelos antigos, ele os torna novos, infundindo-os com a energia de sua paixão romântica e dando-lhes um novo contexto para operar". (*Id.*, *ibid.*)⁶

Como percebemos com o comentário acima e como veremos na análise do poema, embora o poeta se aproprie do modelo clássico para a composição de sua obra, ele consegue inovar ao colocar em seus versos muito do que se passava em seu coração constantemente apaixonado e também por não deixar de fora o contexto em que estava inserido. Em seus versos aparecem duas grandes paixões: uma cortesã que veio a conhecer quando trabalhou como secretário do arcebispo de Toledo, em Espanha e graças a qual veio a ter a sua vida amorosa renovada, conforme as palavras de Frederick Adam Wright: "Agora, de todos esses gemidos e lamentações, não ouvimos nada nos "Beijos": eles são brilhantes e alegres, e Johannes percebe que ele é um homem de sorte por encontrar

⁴ "... it is important note that we are dealing here with a process of imitation (the Latin word *imitation* is useful to denote the specific Renaissance process) and not mere copying". (NICHOLS, 1979, p. 14)

⁵ "In addition to the direct influence of his classical models, Secundus's elegiac poetry was affected by the prevailing Renaissance conception of the love elegy as somehow intertwined with funerary lament". (*Id.*, *ibid.*, p. 67)

⁶ "While taking on the forms and conventions of his old models, he makes them new, infusing them with the energy of his romantic passion and giving them a new context to operate". (*Id.*, *ibid.*, p. 50)

em Neera uma amante encantadora”.⁷

Ao falar de “gemidos” e “lamentações” o professor está se referindo à primeira paixão do poeta: Júlia. Esse amor não correspondido foi, como já dissemos, a inspiração para a composição de *Amores* e percebemos, no poema que aqui analisaremos, uma pitada de mágoa por parte do poeta, provavelmente por ter sido trocado por alguém com mais posses do que ele, como deixam transparecer as palavras de Frederick Adam Wright: “... uma paixão que chegou a um fim inoportuno quando a plácida Julia teve o mau gosto, ou talvez a boa fortuna, de escolher outro homem em lugar de seu impetuoso amante por marido”. Fica claro, então, que, embora o seu primeiro amor o tenha feito sofrer, a separação foi o estopim necessário para que ele compusesse a maioria de suas elegias.

No que concerne à mitologia, vejamos o que diz Clifford Endres: “O uso que Secundus faz da mitologia nas elegias é variado. Seu papel é importante e sua presença penetrante, como as convenções do gênero, se nada mais, iria ditar”. Dito isso, veremos quão importante e significativo foi o mito de Orfeu para essa elegia. Ele serviu de argumento para mostrar que as vicissitudes e dificuldades pelas quais o amado de Eurídice passou para trazê-la de volta ao mundo dos vivos teriam sido minimizadas e abreviadas, se ele, em lugar de sua maviosa voz e seus versos, tivesse recorrido a bens materiais.

2. *Texto*

Liber Tertius

Elegiae 3.1

Carminibus potuit torrentia sistere quondam
Flumina, et arrectas saepe tenere feras;
Carminibus rigidas potuit deducere quercus
Orpheus, et celeres continuisse notos,
5 Carminibus durum potuit mollire Charontem,
Adplicuit ripae protinus ille ratem;
Carminibus potuit, qui servat pervigil atra
Limina, tergeminum, perdomuisse canem;
Carminibus mulcere Hecatem, mulcere Sorores,

⁷ “Now of all this whining and lamentation we hear nothing in the ‘Kisses’: they are bright and gay, and Joannes realizes that he is a lucky man to find in Neaera a charming mistress”. (WRIGHT, 1930, p. 30)

- 10 Sistere et anguineae sibila dira comae;
Carminibus potuit crudelem flectere regem,
Tristiaque inferni soluere jura fori;
Carminibus tandem victa omnis turba, petenti
Eurydicen vati restituere suam.
- 15 Sed non carminibus potuit revocare relapsam,
Nec rata Tartarei fallere pacta dei.
At, bene si cautus, quod carmine fecerat ante,
Muneribus Stygias sollicitasset anus,
Munera Plutoni, Rhadamantho dona dedisset,
- 20 Sensisset faciles in sua vota deos.
Irrita lex fuerat, fuerat mox reddita conjunx,
Et fuerat rursus lex data nulla viro.
Orpheu, quid? Tantum tua carmina posses putabas
Ut non credideris munera posse magis?
- 25 Jupiter ad Danaen non carmina inania misit,
Misit in optatos aurea dona sinus.
Illa, leves fuerat quae rejectura camenas,
Coepit inauratum laeta fovere deum.
Carmina, formosis olim haud ingrate puellis,
- 30 Jam pridem vacuum nil nisi nomen habent.
Munera sola beant, sola addunt munera formam;
Munere sollicites Pallada, Cypris erit.
Carminibus falsos, vates, meditabere amores,
Cantans ad surdas carmina vana fores:
- 35 Muneribus dulces mercabitur intus amores
Barbarus, et ludet teque tuosque sonos.
Munera fecissent cunctos ex ordine sponso
Participes thalami, Penelopea, tui;
Sed non dona dabant, vel, si tibi dona dederunt,
- 40 Falsa tuae fertur fama pudicitiae.

3. Tradução

Há muito tempo, com seu canto, Orfeu foi capaz de parar rios caudalosos e muitas vezes domou animais ferozes; com seu canto, ele tirou do lugar os rápidos carvalhos e conteve os rápidos ventos do sul. Com seu canto, amoleceu o duro Caronte, o qual afastou seu barco para longe da margem; com seu canto, domou o cão de três cabeças que guarda, como uma sentinela, as negras entradas; com seu canto, acalmou Hécate e as Fúrias, e conteve os assustadores sibilos da cabeleira de cobras; com seu canto, fez chorar o cruel rei e violou as tristes leis da porta do inferno; com seu canto, vencida, enfim, toda aquela gente, eles restituíram ao vate que suplicava a sua Eurídice. Mas não pôde, com seu canto, chamar de volta aquela que fora tomada, nem cumprir os seguros pactos do rei do Tártaro. Mas se, antes de fazer aquilo com seu canto, aquele que é bastante cuidadoso tivesse seduzido as velhas do Estige com presentes; tivesse oferecido bens a Plutão e presentes a Radamanto, teria sensibilizado mais facilmente, com suas preces, os deuses. A lei iria se tornar nula, em seguida a esposa lhe seria devolvida e nenhuma lei teria sido dada de novo

ao marido. Por que, Orfeu? Acaso achavas que teus versos tinham tanto poder que não poderias supor que o dinheiro tinha mais poder (que eles)? Júpiter não enviou a Dânae cantos vazios, mas enviou presentes de ouro ao seu desejável colo. Ela, que haveria de rejeitar os leves poemas, começou alegremente a aquecer o dourado deus. Os cantos, outrora não ingratos às jovens formosas, agora, enfim, não têm nada a não ser um nome vazio. Se vieres a instigar Pallas com dinheiro, ela se tornará Vênus. Com teu canto, ó vate, tu praticarás apenas falsos amores, entoando canções vãs para as portas surdas. Um bronco, com dinheiro, comprará para si os doces amores e rirá de ti e dos teus sons. Presentes teriam feito com que todos os teus pretendentes, ó Penélope, viessem a se tornar participantes, um por um, do teu leito; mas não davam presentes, ou, se te deram, diz-se que falsa é a fama do teu recato.

4. Comentários

Antes de destacarmos o protagonista do poema, Orfeu, teceremos comentários sobre o vocábulo *carmen*. O poema se inicia com ele, pois será o instrumento a ser usado pelo vate para conseguir o seu intento. Ao analisarmos o contexto em que *carmen* se encontra, fica claro que ela está sendo usada como sinônimo de *cantus*. A sua origem, porém, vem do campo da religiosidade, sendo empregada, nesse campo semântico, como uma “fórmula mágica”, um tipo de “encantamento” lançado sobre alguém. O fato de esta fórmula mágica ser cantada, recitada, foi o que deu origem ao emprego desta palavra na área da literatura, sendo empregada, por isso, para designar qualquer tipo de composição em versos. A sua repetição, neste poema, em vários casos, é denominada de *annominatio* e se deve, segundo Clifford Endres (1981, p. 179), à influência do poeta Ovídio:

carminibus cessere fores, insertaque posti,
quamvis robur erat, carmine victa sera est.
Quid mihi profuerit velox cantatus Achilles?
quid pro me Atrides alter et alter agent,
quique tot errando, quot bello, perdidit annos,
raptus et Haemoniis flebilis Hector equis?
at facie tenerae laudata saepe puellae,
ad vatem, pretium carminis, ipsa venit.

(AMORES, 2. 1. 23ff)

Ao compararmos, porém, os versos das duas obras, com exceção do emprego de *carmen*, a abordagem que cada elegíaco faz toma caminhos totalmente opostos. Embora o poeta batavo, assim como Ovídio, enfatize o poder do canto de Orfeu, a diferença está no fato de que, enquanto o segundo apresenta o amado de Eurídice como alguém invencível, in-

superável, o primeiro, ainda que não negue isso, ressalta que se ele tivesse recorrido ao *munus*, sua caminhada teria sido menos árdua e penosa.

Segundo Clifford Endres, a descrição do vate trácio, nos versos de Secundus, foi inspirada numa elegia de Propércio:

A figura de Orfeu, aqui, sem dúvida, deve algo a Propércio, Eleg. 3.2 (...) onde Propércio trata Orfeu como um poeta de poder que poderia encantar a natureza e os animais, assim como ele próprio pode encantar a turba puellarum.⁸

Vejamos o texto de Propércio:

Carminis interea nostri redeamus in orbem,
gaudeat ut solito tacta puella sono.
Orphea delenisse feras et concita dicunt
flumina Threicia sustinuisse lyra;
saxa Cithaeronis Thebanam agitata per artem
sponte sua in muri membra coisse ferunt;
quin etiam, Polypheme, fera Galatea sub Aetna
ad tua rorantis carmina flexit equos:
miremur, nobis et Baccho et Apolline dextro,
turba puellarum si mea verba colit?

(Eleg. 3.2 1-10)

A partir da leitura dos versos acima, percebemos o quanto o poeta renascentista bebeu nas fontes clássicas. Além de fazer uso do mesmo gênero, a elegia, do mesmo tema, o poder de Orfeu de atrair a si todos os seres, quer animados, quer inanimados, ele também foi buscar na obra do elegíaco latino o vocabulário para a composição de sua obra, como podemos constatar em exemplos como *carmen*, *feras* e *flumina*.

O fato de Orfeu, com seu canto e com sua lira, atrair a si todos que o ouviam, fez com que, desde os primórdios do cristianismo, Cristo, que também tinha o poder, na condição de *Verbum Dei*, de cativar a todos que ouvissem as suas palavras, fosse identificado como o antítipo do vate trácio. Quanto a isso, vejamos o que diz Robin Raybould: “São Clemente já tinha usado o exemplo de Orfeu como um tipo de Cristo. 'Esticado na lira da Cruz, ele fez uma música tão doce que atraiu a si to-

⁸ “The figure of Orpheus here no doubt owes something to Propertius, 3.2 (...), where Propertius treats Orpheus as a poet of power who could charm nature and beasts just as he himself can charm the turba puellarum”. (*Id.*, *Ibid.*, p. 179)

das as coisas”⁹. Essa capacidade é representada, no texto, pelo verbo *potuit*. Dentre as suas múltiplas acepções, destacamos, aqui, “ser capaz de”, “ter a capacidade”, “o poder” de realizar alguma coisa ou, no caso de Orfeu, o poder de cativar a todos a sua volta.

Quanto ao vocábulo *quercus*, acreditamos que a sua escolha, dentre as inúmeras opções do reino vegetal, não foi feita de maneira aleatória, mas com certeza toma como base o emprego religioso desta árvore. Vejamos o que diz Richard Folkard a respeito dela:

Egípcios, gregos, romanos, teutões e celtas, todos consideravam o Carvalho como uma árvore sagrada, e os druidas ensinavam ao povo da Grã-Bretanha a considerar esta árvore com peculiar reverência e respeito. É frequentemente mencionado pelos poetas romanos como a árvore de Júpiter, a quem foi dedicado;...¹⁰

No comentário acima, percebemos o quão significativo era esta árvore para os povos antigos e suas práticas religiosas. Vale lembrar que a palavra *Druida*, de origem celta, tem como correspondente, em grego, o vocábulo *δρυς*, ou seja, “carvalho”. Além de os poetas romanos destacarem a supremacia desta árvore sobre as demais, o que se evidencia pelo fato de ser ela a árvore consagrada ao deus dos deuses, os gregos acreditavam que a raça humana tinha se originado do carvalho.

Até o verso vinte estão em destaque seres e divindades infernais: o barqueiro Caronte, Cérbero, o cão de três cabeças, Hécate, as Fúrias, Medusa, Plutão e Radamanto. A aparição dessas criaturas se dá na ordem crescente de importância: para entrar, ele passa pelo barqueiro responsável por fazer a travessia entre o mundo dos vivos e o dos mortos; para seguir o seu caminho, Orfeu, ao vencer o seu primeiro obstáculo, parece não dar muita atenção à placa que diz: “*cave canem*”; em seguida se defronta com Hécate, deusa da magia e da bruxaria, que, assim como o guardião infernal, é representada com três cabeças; quanto ao emprego do número três na descrição da criatura e da divindade, vale ressaltar que ele é mais simbólico nas religiões de mistérios do que nas Escrituras, ra-

⁹ “St. Clement had already used the example of Orpheus as a type of Christ. ‘Stretched on the lyre of the Cross, he made such sweet music that ‘he attracted all things to himself’”. (RAYBOULD, 2005, p. 42)

¹⁰ Egyptians, Greeks, Romans, Teutons, and Celts, all considered the Oak as sacred, and the Druids taught the people of Britain to regard this tree with peculiar reverence and respect. It is frequently mentioned by the Roman poets as the tree of Jove, to whom it was dedicated. (FOLKARD, 1930, p. 30)

ção pela qual o teólogo Hemer assim o comenta: “Embora 'três' tenha sido considerado número sacro, de modo generalizado, os empregos especificamente religiosos deste número na Bíblia parecem ser relativamente poucos” (COENEN & BROWN, 2007, p. 1413). O mesmo, porém, não ocorre no pensamento religioso greco-latino, conforme testemunha o professor Viktor: “Cada triângulo representa o número sagrado, que era “o nobre, o bom e o belo”. Eram as três forças da espiritualidade, que transformavam a matéria de nosso corpo em espírito, não importando sua origem” (SALIS, 2003, p. 23). Vemos, então, que o fato de o cão possuir três cabeças e Hécate ser, muitas vezes, representada como uma divindade triceps não é mera coincidência, mas sim uma forma de simbolizar o caminho que o homem tem de percorrer para alcançar a espiritualidade, ou seja, deve despir-se dos bens materiais para que, praticando a nobreza, a bondade e a beleza, como fez Orfeu, alcance a imortalidade.

Não se pode falar de imortalidade na mitologia greco-latina sem que se fale, primeiramente, na religião de mistérios. Mistérios eram ritos secretos da religião grega e romana, aos quais apenas os iniciados tinham acesso. Os três ritos mais importantes eram os mistérios eleusinos, os dionísíacos e os órficos. O primeiro rito recebeu esse nome porque era realizado, inicialmente, na cidade de Elêusis, em honra a Deméter; o segundo celebrava os poderes de êxtase de Dionísio; o terceiro, que teria sido fundado por Orfeu, possuía uma literatura própria, uma doutrina a ser seguida, segundo a qual a alma migrava para outro corpo (metempsicose), e que a alma de uma pessoa seria, conforme as suas obras em vida, castigada ou recompensada após sua morte.

Após seduzir as Fúrias e Medusa, restava apenas convencer Plutão. Para tanto, o vate trácio traz à lembrança do rei do Tártaro a sua história de amor com a filha de Ceres. Este também não resiste ao canto de Orfeu e, por fim, o “Amor omnia vincit”.

Para fazer referência ao *rex inferorum*, o vate holandês emprega alguns epítetos, a saber: rei do Tártaro, Plutão e Radamanto. O primeiro epíteto enfatiza o lugar de onde ele é rei. O Tártaro, de forma genérica, é sinônimo de Hades, mas pode ser também, por metonímia, um compartimento deste para onde iam as almas das pessoas ou seres maus e criminosos. Já Plutão, segundo Junito Brandão (1986), é um eufemismo para Hades. Isso se deve ao fato de as pessoas terem medo de pronunciar o nome do deus dos infernos, substituindo-o, por isso, por outro que não o ofendesse, daí Plutão, o “rico”, uma forma de elogiá-lo não apenas pelo fato de ele receber um número incontável de almas, mas também pelo fa-

to de governar as entranhas da terra de onde se origina toda a vida vegetal. Quanto a Radamanto, o vate renascentista o emprega aqui como sinônimo de Plutão, o que se torna óbvio graças à construção em forma de quiasmo: “Munera Plutoni, Rhadamantho dona dedisset”. A sua função, porém, no mundo dos mortos era a de julgar as almas que lá chegavam.

A partir do verso dezoito, aparecerá no poema o vocábulo que irá se opor a *carmen*: *munus*, *-eris*. Embora ele possa ser traduzido como “dinheiro”, o mais comum, em latim, para este era *pecunia* e *nummus*. Seus principais significados são “dever”, “taxa”, “imposto”, “presente”, “pagamento”, daí “remuneração”, significados estes que, como veremos, vão se encaixar perfeitamente no contexto deste poema.

Nos versos dezoito e dezenove a sua tradução é facilitada pela presença de *dona*, “presentes”, que, na construção quiásmica, é seu sinônimo; no verso vinte e quatro, ao opô-la a *carmen*, o eu-poético, por meio de uma pergunta de retórica, questiona Orfeu sobre o fato de este acreditar que seus versos teriam mais poder de convencimento do que um bem material. Este vocábulo aparecerá ainda nos versos trinta e um e trinta e dois, nos quais um tom misógino se faz presente ao se dizer que a casta Atená se tornaria tão ferosa quanto a impudica Vênus, caso o vate trácio recorresse ao numerário em lugar de seus versos.

Continuando a enfatizar o poder de sedução do vil metal, o poeta faz referência, primeiramente, ao episódio de Dânae. Sendo vaticinado de que seria morto pelo próprio neto, o rei Acrísio resolveu prender a sua filha, Dânae, numa torre de bronze. Zeus, porém, apaixonado pela jovem, arquitetou um plano para ficar a sós com ela e possuí-la. Para tanto, ele não foi ao seu encontro com palavras sedutoras, mas se metamorfoseou em uma chuva de ouro e entrou no aposento da donzela. Ela, seduzida pela visão dourada, não conseguiu resistir ao seu encanto e, assim, o deus pôde chover sobre o corpo da virgem, possuí-la e engravidá-la, vindo a nascer desta união, Perseu.

Insistindo ainda na tese de que nenhuma mulher consegue resistir a um bem material, o poeta usa como exemplo a deusa Palas. A alusão a esta deusa certamente se dá pelo fato de ser ela uma diva casta, que nada nem ninguém consegue seduzir, mas que, segundo ele, também cederia tal qual seu irmão Vênus, caso se lhe fosse oferecido o bem ou o presente certo, afinal, “... ele só pode zombar da ingenuidade de Orfeu e, claro, dele mesmo, ao ter acreditado uma vez que as mulheres atribuíam mais

valor à arte do que ao ouro”.¹¹

Por fim, nem o arquétipo da esposa fiel e incorruptível escapa à pena mordaz do poeta. Em um tom de desalento e de mágoa, ele diz que nem mesmo ela teria sido capaz de resistir a presentes e que, caso isso tivesse acontecido, ela não teria se deitado apenas com um, mas com todos que se lhe apresentassem, afinal, até ela, como diz Clifford Endres: “... teria sido corrompida se os seus pretendentes tivessem oferecido dinheiro”.¹²

5. Conclusão

Ao chegarmos às considerações finais, acreditamos ter atingido os nossos objetivos, os quais eram: a) traduzir o texto: embora o texto não apresente grandes dificuldades neste aspecto, principalmente por abordar um mito bastante conhecido, ele também não se mostra dos mais fáceis, requerendo, por isso, certo conhecimento da parte do tradutor de determinadas construções, como no caso do paralelismo quiásmico, e figuras de retóricas, como ocorreu no caso da *annominatio*; b) mostrar que, embora a influência clássica esteja presente na obra de Secundus, aqui, em especial, Propércio e Ovídio, ele a utiliza como matéria-prima para confeccionar algo diferente, novo, com uma nova roupagem; c) analisar o modo como ele fez uso do mito de Orfeu para chegar ao seu intento final, a saber, provar que o dinheiro é mais convincente e mais forte do que a arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*, vol. 1. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário internacional de teologia do novo testamento*, vol. II. São Paulo: Vida Nova, 2007.

ENDRES, Clifford. *Johannes Secundus: The Latin love Elegy in the Renaissance*. Hamden-Connecticut: Archon Book, 1981.

¹¹ “... he can only mock the naiveté of Orpheus, and of course himself, in having once believe that girls placed more value on art than on gold”. (ENDRES, 1981, p. 179)

¹² “... would have been corrupted had the suitors but offered money”. (*Id., ibid.*, p. 53)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FOLKARD, Richard. *Plant Lore, Legends, and Lyrics: Embracing the Myths, Traditions, Superstitions, and Folk-Lore of the Plant Kingdom*. London: Hardpress, 1930.

NICHOLS, Fred J. *An Anthology of Neo-Latin Poetry*. New Haven and London: Yale University Press, 1979.

PRICE, David. *Janus Secundus*. Tempe, Arizona: Medieval & Renaissance texts & studies, 1996.

RAYBOULD, Robin. *An Introduction to The Symbolic Literature of the Renaissance*. Oxford, UK: Trafford Publishing, 2005.

SALIS, Viktor D. *Mitologia viva: aprendendo com os deuses a arte de viver e amar*. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.

SMITH, William; LOCKWOOD, John. *Chambers Murray Latin-English Dictionary*. Great Britain: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, Frederick Adam. *The love poems of Johannes Secundus*. A revised latin text and an english verse translation. New York: E. P. DUTTON & CO., INC., 1930.

A PRODUÇÃO DE SENTIDO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Mileide Terres de Oliveira (UNICAMP/IFMT)
mileide.oliveira@jna.ifmt.edu.br

RESUMO

Neste trabalho de caráter bibliográfico, filiado à teoria da análise de discurso das escolas francesa e brasileira, propomos analisar a produção de sentido das línguas indígenas em documentos oficiais. Nosso *corpus* é composto pela *Gramática do Tupi*, publicada em 1595 pelo Pe. José de Anchieta, o *Diretório dos Índios*, publicado em 1757, e os artigos 210 e 215 da *Constituição Federal de 1988*, que reconhecem as lutas e reivindicações dos povos indígenas. Buscamos demonstrar a relação de sentido que se estabelece entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, as quais sempre foram objeto de dominação no período da colonização, e começam no século XX a conquistar seu espaço. No entanto, mesmo esse direito sendo amparado juridicamente, ainda se percebe o domínio da língua das nações não indígenas sobre a língua dos índios, que aos poucos vêm perdendo suas línguas e deixando seu tesouro linguístico em detrimento da imposição do português.

Palavras-chave: Línguas indígenas. Diversidade. Sentido.

1. Considerações iniciais

Este trabalho propõe analisar a produção de sentido das línguas indígenas nos seguintes documentos: a gramática do tupi, *Artes de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, publicada em 1595 pelo Pe. José de Anchieta, o *Diretório dos Índios*, publicado em 1757, pelo marquês de Pombal, e os artigos 210 e 215 da *Constituição Federal de 1988*, ou seja, mostrar nesses documentos como aconteceu o processo de construção da língua geral, seu silenciamento e o direito constitucional dado aos indígenas para a preservação das suas línguas, assim como a preservação de suas culturas.

Para o desenvolvimento da análise, utilizamos a teoria da análise do discurso das escolas francesa e brasileira, em que mobilizamos os conceitos de silenciamento¹³ e os efeitos de unidade (imaginária), dominação e diversidade. (ORLANDI, 1998)

¹³ O silenciamento é constitutivo da política do silêncio e subdivide em silêncio constitutivo e local. Entende-se por silenciamento, quando outros dizeres são silenciados.

Diante disso, no século XX se estabelecia no Brasil uma política integracionista com o intuito de integrar os índios à comunhão nacional, com a criação da Lei 6001, denominada de *Estatuto do Índio*. Esta política buscava estender a proteção das leis brasileiras às comunidades indígenas, resguardando suas culturas. Deste modo, os indígenas passaram a ser protegidos por lei, assim como a garantia de seus direitos na *Constituição Federal de 1988*, através dos artigos 210 e 215, que garante o uso das línguas indígenas e a manifestação de sua cultura em seus espaços. E essa língua, que sempre foi objeto de dominação no período da colonização, começa a conquistar seu espaço, rompendo com a tradição da política de dominação linguística que por séculos silenciou as línguas indígenas e impôs o português.

2. Colonização linguística no Brasil

Desde o início da colonização do Brasil os indígenas sofrem com os portugueses que invadiram suas terras para adquirir riquezas. Na época do extrativismo vegetal, os portugueses e índios tentavam manter uma convivência pacífica, na troca de mercadorias, baseada na exploração do pau-brasil, mas com a mão de obra era escassa, os portugueses começaram a raptar os indígenas para servirem de escravos. A colonização pode ser definida como a “[...] coexistência de povos com suas histórias e línguas distintas em um dado momento histórico” (MARIANI, 2004, p. 09), e o ato de colonizar se baseia no contato pelo uso da força e dos confrontos.

A colonização do Brasil aconteceu concomitante à colonização linguística, em que pode ser caracterizada pelo encontro de línguas imaginárias constituídas por povos com memórias, histórias e políticas de sentidos diferentes, em que podem, em determinadas condições de produção, ter uma língua colonizadora impondo-se sobre a língua colonizada (MARIANI, 2004). No caso do Brasil, temos a língua portuguesa como colonizadora e as línguas indígenas, tidas como colonizadas e submetidas às imposições portuguesas.

Diante disso, a produção de sentido acontece nos espaços de enunciação, em que o “enunciar é estar na língua em funcionamento (...) a língua funciona no acontecimento, pelo acontecimento, e não pela assunção de um indivíduo” (GUIMARÃES, 2005, p. 22). E é neste processo que se dá a constituição dos sentidos, pois as palavras significam e ressignificam no seu percurso infundável de dizer e redizer um determi-

nado texto.

Para demonstrar historicamente como foi realizando a produção de sentido nos documentos oficiais, buscamos brevemente esboçar o percurso da imposição da língua portuguesa (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001). O primeiro momento se inicia em 1500 e prossegue até a expulsão dos holandeses em 1654. Durante este período, a língua portuguesa era falada apenas pelos letrados, uma parcela pequena da população que tinha acesso ao conhecimento. A língua geral predominava nas terras brasileiras, sobretudo a falada pelos indígenas e negros, mas os documentos eram redigidos no português europeu que era ensinado nas escolas católicas. Desta forma os primeiros escritos eram na língua portuguesa de Portugal e tinham o intuito de informar ao Rei como eram as terras brasileiras, nos relatos dos viajantes. “A valorização da arte da marinha se dá em conformidade com os interesses expansionistas da metrópole [...]” que visava à exploração da colônia e isto acontece por meio do tráfico e da catequese, pois “a virtude heroica do viajante-conquistador vêm somar as virtudes do missionário” (NUNES, 1996, p. 20). Para a metrópole, os povos indígenas eram vistos como mão de obra barata e a sua dominação traria a subordinação dos mesmos aos seus costumes e interesses.

3. A gramática do tupi (gramatização)

Para dominar os povos indígenas era necessário estabelecer laços sociais comunicativos, pois é através da linguagem que dominamos o outro. Sendo assim, Portugal envia para o Brasil missionários da Companhia de Jesus com o objetivo de converter os nativos à fé cristã. Os jesuítas queriam aprender a língua dos índios para poder manipulá-los, a escola indígena tinha a função de transformar a comunidade por meio de regras e padrões impostos, modificando seus costumes e principalmente a linguagem (CARVALHO; SANTOS & LOPES, 2008). “Para os missionários era preciso antes transformar o índio em ser polido e civil para em seguida torná-lo cristão” (ORLANDI, 2007, p. 106-107), assim a civilidade era uma condição da catequese.

O processo de dominação foge ao controle dos portugueses quando os índios passam a criar espaços de resistência linguística, sobretudo pelos falares da língua materna. No século XVI, como parte do movimento de gramatização massiva das línguas do mundo, o Pe. José de Anchieta publica, em 1595, a primeira gramática do tupi, *Artes de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* (1990). Ela é composta por

dezesesseis capítulos, sendo três para letra, ortografia e acento, um para nomes, um para pronomes, um para preposições e dez para verbos. Apontam noções particulares do tupi, sobretudo em relação às línguas aglutinantes, a incorporação, os grupos nominais com marcas temporais e a predicação sem verbo, havendo uma tensão entre as regras descritivas, pragmáticas, morais e técnicas.

A gramática do tupi é um instrumento linguístico em meio à heterogeneidade das línguas no Brasil. Esta publicação eleva a língua geral “[...] a um patamar de língua europeia, pois seu funcionamento gramatizado permite a construção de uma escrita que venha dar forma jurídica às novas relações sociais e políticas presentes na colônia” (MARIANI, 2004, p. 32). Desta maneira, a língua não é vista como algo corriqueiro, mas possui uma busca pela oficialização no território nacional, dando à língua dos nativos um estatuto de idioma da metrópole, ou seja, um idioma tão importante quanto a língua portuguesa. A língua que possui uma gramática é garantia de sustentabilidade de qualquer processo cultural. (SCHIMIDT-RIESE, 2010)

As políticas linguísticas se configuram em três posições: unidade, dominação e diversidade, sendo que a gramática do tupi nos remete ao valor de unidade “imaginária” que a coloca como um valor único perante as demais línguas que circulavam no Brasil (ORLANDI, 1998). Nesse caso, quando falamos na gramática do tupi, nos remetemos a um processo histórico de determinação e de construção dos sentidos. Um movimento de construção do imaginário linguístico sustentado pela criação de uma gramática que visa a uma identidade própria, unívoca do tupi, com o apagamento das demais línguas existentes no território brasileiro.

A gramatização do tupi foi um processo de exotransferência (NUNES, 1996, p. 140), no qual, os sujeitos que efetuam a transferência da língua nativa para a língua oficial, neste caso o português, não são locutores nativos da língua alvo, assim o Pe. José de Anchieta é o sujeito que transcreve a língua indígena, denominado por Matoso Câmara Júnior de “tupi-jesuítico” (GALLO, 1996, p. 101). Observamos que o registro da língua tupi na gramática é feito por um não índio, dando lugar a um tupi “imaginário”, silenciando o sujeito índio na constituição de sua própria gramática.

Com este pressuposto, nos remetemos ao silêncio local (ORLANDI, 2007), em relação ao espaço de identificação, em que onde os conceitos aparecem como um “já-lá”, o “pré-construído”, numa relação

deles com os discursos que os constituem. Deste modo, as gramáticas europeias são estes discursos que silenciam as línguas indígenas como imposição aos modelos e fórmulas ocidentais. Tanto que a gramática do tupi é feita por um não índio e seus padrões são europeus. “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não dito visto no interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significativo” (ORLANDI, 2007, p. 23), em que os múltiplos discursos fazem sentido pela historicidade. O índio é silenciado na história, pois ele não fala, mas é falado pelos missionários, cientistas e políticos em documentos oficiais, assim como a gramática do tupi. Percebemos que este apagamento é uma maneira de excluir o índio do processo de identidade nacional brasileira.

Constatamos que a gramática do tupi constitui uma política que visava à normatização da língua indígena, dando visibilidade ao tupi, enquanto língua autônoma, que era utilizada no dia a dia em várias regiões do Brasil. Mas a metrópole percebe tal ação como individualização e cria novos mecanismos para silenciar a língua oficial indígena.

4. O Diretório dos Índios (imposição da língua portuguesa)

A partir do século XVIII a Coroa Portuguesa começa a demonstrar interesse pela situação linguística do Brasil, pois a descoberta de minas de ouro neste território e a influência jesuíta na Colônia começam a incomodar a Corte (DIAS, 2001). Neste contexto, em 1654 começa o segundo momento de colonização, o qual perdura até 1808. Em relação à política linguística, observa-se nas relações entre povos, nações e Estados, o princípio de dominação como valor (ORLANDI, 1998). Deste modo, em 1757, o marquês de Pombal expulsa os jesuítas da colônia e determina o uso da língua portuguesa no território brasileiro por meio do *Diretório dos Índios*, como “[...] imposição da gramática portuguesa vigente na Corte e com sua memória de filiação ao latim” (MARIANI, 2004, p. 13). A língua portuguesa se expandia com a vinda dos portugueses, porém os negros escravos estavam constantemente adentrando o nosso território, constituindo um espaço de diversas línguas e falantes que tiveram forte influência na composição da língua nacional (ORLANDI & GUIMARÃES, 1991). A imposição da língua portuguesa, visando ao silenciamento das outras línguas provenientes no Brasil, sobretudo das línguas indígenas, tidas como diversidades, dificultavam a hegemonia do português de Portugal no Brasil. Nesse caso, o português era

a língua do Estado e, por conseguinte a dominante, reprimindo a língua geral.

Segundo Rita Heloísa de Almeida (1997), o artigo 6º do *Diretório* diz que

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, *introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável*, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mesmo passo, que ao mesmo passo, que *se introduz neles o uso da língua do príncipe*, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneration, e a obediência ao mesmo príncipe. Observando, pois todas as nações polidas do mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos diretores, *estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que os meninos, e as meninas, que pertencerem às escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral*; mas unicamente da portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína espirital, e temporal do Estado. (Grifo nosso)

Conforme a formulação do artigo acima, “introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma como um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade de seus antigos costumes”, entende-se por “desterrar”, segundo o dicionário on-line *Priberam*, “sair da pátria, emigrar, expulsar da terra”. E no que tange a “desterrar os antigos costumes”, ou seja, a língua geral, entende-se a introdução da língua portuguesa como um ritual antropofágico, no qual a língua geral é devorada, extinta pela língua do príncipe, significando que os nativos eram estrangeiros em seu próprio território, e estranhos em sua própria cultura.

A língua portuguesa como herança de Portugal, quando entra em funcionamento no Brasil, no período da colonização, não encontra um povo desprovido de língua, de história e cultura, os contatos entre os índios aconteciam pela língua geral, a qual era falada pela maioria da população. A colonização ocorre não apenas no que concerne às terras, ao território, mas também linguisticamente, num conflito entre línguas com culturas totalmente diferentes. Esse conflito se instaura entre tensão, na qual, a metrópole, detentora do poder, determina o apagamento das for-

mas culturais dos indígenas, a perda da identidade, a língua.

O *Diretório* de Pombal funciona como uma censura (ORLANDI, 1996), pois modifica a relação com uma diferença existente no dizível de brasilidade que se firmava. O *Diretório* intervém deste modo, no processo de construção da identidade linguística brasileira, já que visa impedir a brasilidade de enunciar-se de dentro da formação discursiva que lhe é própria. (Cf. MARIANI, 2004)

Nesse sentido, os índios passam a ser vítimas de uma violência do silêncio, tão pungente quanto a violência física já vivenciada por eles em confrontos por territórios. O *Diretório* procurou silenciar a língua geral, seus falantes, seu meio fundamental de manifestação cultural, a língua, que nas palavras do artigo 6º, a língua geral é “uma invenção verdadeiramente abominável, e diabólica”.

A ideologia de língua institui o uso de uma linguagem que tinha contato direto com os mecanismos de regulação do Estado, tais como as forças política, social e econômica da língua majoritária, ou seja, a língua de prestígio. É essa língua que é ensinada nas instituições educacionais e exigida como uso na sociedade. Deste modo, o *Diretório dos Índios* deu voz ao português de Portugal, sendo que “a sua fala é falada pela memória do outro (europeu)”. (ORLANDI, 2008, p. 59)

O sujeito (falante-índio) é assujeitado a essa dominação da língua do príncipe, a língua portuguesa, ou seja, foi necessário um ato político-jurídico

o já mencionado *Diretório dos Índios* – para institucionalizar, oficializar de modo impositivo que era essa, e apenas essa, a língua que devia ser falada, ensinada e escrita, exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte. (MARIANI, 2004, p. 33)

5. A diversidade linguística no Brasil

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, enceta o terceiro momento até 1826, quando a língua portuguesa passa a ser oficialmente a língua nacional brasileira. O Rei Dom João VI criou a imprensa e a Biblioteca Nacional com o intuito de consolidar a vida cultural e intelectual dos brasileiros. E o quarto momento inicia-se em 1826 e decorre até os dias atuais. (ORLANDI & GUIMARÃES, 1991)

No século XX, com a política integracionista que se estabelecia

no Brasil, os indígenas passam a integrar a comunhão nacional, depois de incansáveis lutas e reivindicações em busca da preservação das especificidades étnico-linguísticas das etnias, eles conquistam, em 1973, o *Estatuto do Índio* através da Lei 6001. Deste modo, os indígenas passaram a ser protegidos por lei específica, e em 1988 pela Constituição Federal, através dos artigos 210 e 215, foi dada a liberdade de escolha e preservação da cultura, amparados judicialmente. Conforme afirma o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* – RCNEI (1998, p. 29),

O Título VIII "Da Ordem Social" contém um capítulo denominado "Dos índios", onde se diz que "são reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Para a análise de discurso ao analisar um texto o importante é entendê-lo "[...] como prática constitutiva da cultura de uma época" (ORLANDI, 2008, p. 124), ou seja, como um lugar de constituição da memória, dos sentidos estabelecidos no texto. Assim, a *Constituição Federal de 1988* traz a memória de um sujeito-índio silenciado ao longo dos anos e agora é retomado como evidência no cenário jurídico brasileiro. Esse reconhecimento constitucional trouxe mudanças significativas na legislação e na política governamental dos povos indígenas (SANTANA, 2010). Pelo conceito de diversidade percebemos que, a partir do século XIX, o cenário brasileiro passa a evidenciar as particularidades culturais existentes. Desta forma, o artigo 210 da CF de 1988 assegura às comunidades indígenas, no ensino fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngue em suas escolas.

Neste contexto, vemos a reversão da dominação imposta no período colonial pela metrópole, agora é assegurado o direito à fala e proporcção da identidade linguística. Se o branco tivesse dominado o índio, ele "reproduziria, em si, a identidade de branco" (ORLANDI, 2008, p. 255), mas não é isso que acontece, pois a identidade do índio não se completa com a ação do branco, assim rompe-se o discurso e passa a haver a necessidade de uma completude. Esta identidade vai se formulando no século XIX com as conquistas políticas indígenas, se antes o discurso era do colonizado e do colonizador, hoje temos os limites nacionais e multinacionais, "a universalidade do discurso mercantil cede lugar à multinacionalidade do discurso empresarial moderno" (ORLANDI, 2008, p. 265). As influências capitalistas regem a hegemonia mercantil do país e os resquícios de uma colonização imposta são percebidos até hoje em

nosso meio. No entanto, a preservação das particularidades indígenas passa a ser garantida pela lei, conforme o artigo 215 da *Constituição Federal* de 1998 que traz no § 3º:

A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

O artigo 215 também garante ao sujeito-índio direitos de expressão, pois afirma que é dever do Estado a proteção das manifestações culturais indígenas. O silenciamento da cultura indígena, o apagamento de suas especificidades, agora passa por um processo de restauração, protegido por lei, vemos que o Estado, na posição sujeito de dominação, agora passa para a posição sujeito de proteção, o qual inverte seu papel e busca “amenizar” as decadências sofridas no início da colonização. Esta “proteção” é evidenciada no § 4º do referente artigo, que afirma “os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei”, ou seja, há uma tentativa de apagamento do massacre das culturas indígenas oriundos do processo de colonização pela reescritura da lei, no sujeito-Estado, como lugar jurídico que visa a proteger o índio e punir aqueles que ameacem sua cultura.

Percebemos como essa lei é antagonica e nos leva a algumas indagações: se hoje a lei pune quem ameaça a cultura indígena, poderá o Estado punir quem massacrar o índio, sobretudo a língua no passado? Obviamente que a resposta a tal indagação é negativa, pois percebemos pelas memórias descritas que o processo de colonização linguística do Brasil aconteceu por meio do silenciamento da língua indígena em prol da imposição da língua portuguesa e este procedimento aconteceu regido e regulamentado por ações do próprio Estado, sob a dominação da metrópole que visava à hegemonia da língua.

6. Considerações finais

Perseguindo nosso objetivo de dar visibilidade às línguas indígenas nos documentos oficiais, percebemos primeiramente, que a *Gramática do Tupi* constrói uma unidade imaginária para a língua indígena visando a sua regulamentação oficial. Silencia a diversidade existente e busca elevar a língua da metrópole por meio da gramática. Além disso, evidenciamos o apagamento do sujeito-índio na gramática do tupi, pois é escrita por um não índio, o Pe. José de Anchieta, de modo que o índio não fala, mas é falado pelo outro.

A publicação do *Diretório dos Índios* configura-se um espaço de dominação, no qual o funcionamento da língua imaginária é ancorado pelos aparelhos ideológicos do estado, mais especificamente a escola, que passa a ser um mecanismo de controle institucional, uma vez que o *Diretório* exige somente o uso da língua portuguesa em detrimento da língua geral, cabendo, portanto, à escola o ensino dessa língua. A imposição da língua da metrópole silencia toda a diversidade concreta, dominando as línguas indígenas e impondo um falar sob a perspectiva de uma nação hegemônica e unívoca.

Diferentemente desses dois acontecimentos, no século XX, evidencia-se a diversidade linguística. Sob a égide da *Constituição Federal de 1988*, especificamente nos artigos 210 e 215, importantes medidas são determinadas em prol dos povos indígenas, sobretudo o respeito à diferença cultural e linguística, permitindo a manifestação de sua cultura em seus espaços, rompendo paulatinamente com a tradição da política de dominação linguística.

Deste modo percebemos a visibilidade dada às línguas indígenas nos documentos oficiais como um processo de constituição de sentidos de unidade (imaginária), dominação e diversidade. Entretanto, muitas vezes, o índio foi silenciado, não aparece nos dois primeiros documentos citados, ele é representado pelo “branco”, dominado, impondo a opinião da metrópole sob seus interesses. Somente depois de muita luta, reivindicação, união dos povos indígenas, é que conseguem um espaço na *Constituição Federal de 1988*, mas a briga continua, pois o reconhecimento de suas particularidades é uma luta constante, pois mesmo a Lei garantindo o direito do índio, as terras ainda são invadidas, suas culturas ainda são exploradas, estão perdendo suas línguas nativas, muitos já perderam. E este processo de perda cultural está se intensificando, cabendo às etnias promover ações de revitalização da cultura indígena, como um tesouro de

cada povo, e cabendo também às instituições responsáveis a criação de políticas linguísticas para as comunidades indígenas, em prol do resgate e manutenção da cultura destes povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: UnB, 1997. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm>. Acesso em: 01-06-2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multifacetadas*. Salvador: Edufba, 2007.

ANCHIETA, Pe. José de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

CARVALHO, Jailda Evangelista do Nascimento; SANTOS, Jânio Ribeiro dos; LOPES, Edinéia Tavares. *Educação escolar indígena: um estudo em um contexto indígena*, ano 2, vol. 3, 2008, p. 67-73. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/arg_forum_ind_3/dossie_forum_pg_67_73.pdf>. Acesso em: 11-08-2011.

DICIONÁRIO Priberam. <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 31-05-2013.

GALLO, Solange Leda. O ensino da língua “materna” no Brasil do século XIX: a mãe outra. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Língua e cidadania: o português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

NUNES, José Horta. A gramática de Anchieta e as partes do discurso. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). *Língua e cidadania: o português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). *Língua e cidadania: o português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. Ética linguística. In: _____. *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes, 1998.
- _____. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. O estado, a gramática, a autoria – língua e conhecimento linguístico. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 4/5. Campinas: Pontes, dez./1999-jun./2000.
- _____. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.
- _____; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ____; _____. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.
- SANTANA, Áurea Cavalcante. *Linguística como disciplina nos cursos de formação de professores indígenas: uma experiência no projeto hayô – magistério intercultural*. Disponível em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/aurea.pdf>. Acesso em: 11-08-2011.
- SCHMIDT-REISE, Roland. Anchieta 1595 e Figueira 1621. Representações da gramática do tupinambá. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. (Orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

**BLOCOS DE PALAVRAS NA FALA DE CARIOCAS:
ANÁLISE DE QUADRIGRAMAS NO CORPUS NURC**

Gustavo Estef Lino da Silveira (UERJ)
gutolino@oi.com.br

RESUMO

Análise de blocos de quatro palavras dentro de um *corpus* formado por falantes cariocas da língua portuguesa (NURC). Como base teórica, foi utilizada a classificação de Ken Hyland (2008) acerca de blocos lexicais, que divide as palavras quanto ao tamanho (denominado feixe) e quanto ao uso (de acordo com o gênero utilizado ou a modalidade: escrita ou oral). O *corpus* foi analisado com o auxílio de um programa de computador e os cinquenta blocos de quatro palavras (quadrigramas) mais presentes foram selecionados. Os resultados demonstraram que os falantes utilizavam, em grande parte, blocos voltados para a interação verbal com seu interlocutor e, por isso, assemelham-se a outros *corpora* de literatura infantil. Sendo assim, o estudo abre espaço para uma futura investigação contrastiva entre *corpora* escritos e orais.

Palavras-chave: Linguística textual. Feixes lexicais. Quadrigramas.

1. Introdução

Muitos são os estudos acerca do conceito de que a linguagem consiste não de palavras isoladas, mas sim de blocos de palavras que carregam sentido em si e unem-se a outros blocos para trazer significação a uma mensagem. Tais trabalhos têm estudado estes blocos de palavras que podem ser denominados de diversas maneiras, tais como: *chunks*, *bundles*, *lexical chunks*, *lexical units*, *multi-word units*, *ready-mades*, *prefabricated language*, *holophrases*, *clusters*, entre outros. Ken Hyland (2008) faz uso da denominação *lexical bundles* – aqui traduzida por feixes lexicais – para denominar os blocos de palavras que carregam um sentido único, sendo vistas como inseparáveis. Haja vista que este artigo tratará da visão de Ken Hyland sobre os agrupamentos de palavras usaremos a denominação dada por este autor.

Ken Hyland (2008) afirma que os feixes lexicais são um componente importante da fluência da produção linguística e um fator-chave na mensuração do sucesso da aprendizagem de uma língua. Com isso, o autor propõe que analisemos os feixes lexicais em n-gramas, que são feixes lexicais contendo “n” palavras que se repetem em um número considerável de vezes ao longo de textos escritos. Sendo assim, Ken Hyland avança na classificação dos n-gramas ao sugerir a subdivisão dos mesmos em:

trigramas, quadrigramas e pentagramas. No entanto, o autor parece priorizar a análise dos quadrigramas em suas pesquisas, pois, segundo o autor, estes carregariam maior significação e poderiam vir a ser encontrados com maior frequência.

Pode-se afirmar também que um n-grama vem a ser um feixe lexical que tem um número “n” de palavras que completam seu sentido e que não podem ser analisadas separadamente, mas apenas dentro do feixe. Assim sendo, um quadrigrama seria um feixe lexical de quatro palavras que forma um único sentido. Tais palavras não se agrupam por acaso, mas andam juntas no discurso como um bloco de significado único. Segundo John Sinclair (1991, p. 108), a maioria das palavras não tem um significado independente, ou seja, fazem apenas sentido dentro de um feixe lexical.

A análise de feixes lexicais pode vir a permitir com que possamos reconhecer se um texto pertence a um determinado gênero. Todavia, a ausência de feixes lexicais em um texto poderia demonstrar que um autor ainda não tem o domínio necessário tanto da língua da qual faz uso quanto do gênero em que está escrevendo.

Em textos de aprendizes iniciantes de uma língua estrangeira, por exemplo, pode-se notar pouco uso de expressões idiomáticas ou de feixes lexicais, enquanto que, em falantes que dominam mais a língua, o uso de tais feixes pode ser mais comum de ser encontrado.

O uso de alguns feixes lexicais específicos, especialmente, no início de um texto, antecipa ao leitor que tipo de texto o mesmo tem em mãos, facilitando assim sua leitura e compreensão. Por exemplo: ao ler um texto que se inicia com um pentagrama “o objetivo deste relatório é”, já é antecipado ao leitor o gênero do texto em questão (um relatório) fazendo com que o mesmo ative seu conhecimento prévio de outros exemplares prototípicos desse gênero. Assim também, ao nos depararmos com o feixe lexical “era uma vez”, sabemos que estamos prestes a iniciar a leitura de uma história infantil. Assim sendo, os feixes auxiliam o processo de leitura. Também é mister ressaltar que um feixe lexical usado inadequadamente em um determinado texto pode vir a causar estranheza ao leitor, pois é possível relacioná-lo a outros exemplares de textos do mesmo gênero e perceber que aquela escolha linguística não foi apropriada.

2. Fundamentação teórica

Ken Hyland afirma que seu modelo teórico de classificação dos feixes lexicais originou-se do sistema criado por Douglas Biber (2006). O estudo do primeiro autor agrupa os feixes lexicais em três tipos de orientação, sendo eles: os feixes orientados para o tópico, os orientados para o texto e os orientados para a interação. As categorias em questão também estão calcadas nas três meta-funções da linguística sistêmico-funcional *hallidayana* (meta-funções textual, ideacional e interpessoal).

Passamos agora a descrever cada uma dessas categorias de classificação de feixes lexicais. Primeiro, tratemos dos feixes orientados para o tópico, ou pesquisa. Esses, ajudam o escritor a estruturar a sua argumentação em termos de localização de tempo e espaço, os procedimentos e propósitos do texto, quantificações, descrições de algo e os relacionados ao campo de pesquisa.

Em segundo lugar, os feixes lexicais orientados para a organização textual. Estes ampliam o significado do texto auxiliando na coesão e coerência do mesmo. Estabelecem relações de contraste ou de adição de ideias entre elementos, marcam relações de causa e consequência, organizam e estruturam sequências do discurso e situam argumentos especificando condições específicas.

Por último, temos os feixes lexicais orientados para a interação. Estes estão focados na relação entre leitor e escritor. Podem indicar a atitude ou avaliação do autor e também podem dirigir-se diretamente ao leitor.

Tendo apresentado os preceitos teóricos que norteiam a análise de dados deste trabalho, passamos a seguir a detalhar os passos da metodologia da presente pesquisa.

3. Metodologia

Nesta seção, trataremos tanto da descrição da metodologia usada no estudo de quadrigramas feito por Ken Hyland (2008), quanto da metodologia de pesquisa deste estudo.

Ken Hyland compilou um *corpus* próprio de textos acadêmicos formado por artigos de pesquisa, teses de doutorado e dissertações de mestrado, sendo essas últimas das áreas humanas e exatas. O autor deci-

diu analisar quadrigramas porque esses são muito mais comuns que pentagramas e oferecem uma gama de estruturas e funções bem mais claras que os trigramas.

Já para o estudo que originou este artigo foi utilizado o *corpus* NURC. O *corpus* faz parte do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro, um projeto da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse *corpus* é formado por entrevistas gravadas nas décadas de 1970 e 90 do século XX, num total de 350 horas, com informantes com nível superior completo, nascidos no Rio de Janeiro e filhos de pais, preferencialmente, cariocas.

O *corpus* foi analisado através do programa de computador Wordsmith Tools 5.0 e uma lista dos cinquenta quadrigramas mais frequentes foi criada e, conseqüentemente, classificada de acordo com o arcabouço teórico proposto por Ken Hyland. Conseqüentemente, os quadrigramas foram separados de acordo com as três categorias de feixes lexicais previamente mencionadas: tópico, interação e organização.

Trataremos da análise dos dados obtidos no *corpus* NURC na próxima seção.

4. Análise dos dados

A partir do *corpus* NURC, foi-se em busca dos cinquenta quadrigramas mais frequentes com o auxílio do programa de computador. Também foi feita a classificação dos quadrigramas de acordo com os três tipos de orientação mencionados por Ken Hyland.

Conforme podemos ver na tabela que segue abaixo (Tabela 1), 90% dos quadrigramas encontrados no *corpus* (um total de 45 quadrigramas) são de orientação interacional, ou seja, estabelecem uma relação entre autor e leitor.

Apenas 10% dos quadrigramas mais frequentes (5 exemplares) são orientados para o tópico, ajudando o leitor a se localizar em relação ao tempo, local, quantidade etc. Por fim, não encontramos feixes lexicais orientados para a organização textual entre os cinquenta quadrigramas mais frequentes.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

	Quadrigramas – NURC	Categorias de Ken Hyland		
		Tópico	Interação	Organização
1	COMO É QUE É		X	
2	QUE EU ACHO QUE		X	
3	EU ACHO QUE É		X	
4	EU ACHO QUE O		X	
5	EU ACHO QUE EU		X	
6	O QUE QUE É		X	
7	EU ACHO QUE A		X	
8	MAS EU ACHO QUE		X	
9	O QUE É QUE		X	
10	EU VER QUE MAIS		X	
11	LOC EU ACHO QUE		X	
12	EU ACHO QUE TEM		X	
13	COMO É QUE VOCÊ		X	
14	EU ACHO QUE NÃO		X	
15	DEIXA EU VER QUE		X	
16	COMO É QUE SE		X	
17	QUE MAIS QUE TEM		X	
18	VER QUE MAIS QUE		X	
19	EU ME LEMBRO QUE		X	
20	O QUE QUE VOCÊ		X	
21	O RIO DE JANEIRO	X		
22	NÉ EU ACHO QUE		X	
23	DOC E O QUE		X	
24	QUE MAIS QUE EU		X	
25	EU ACHO QUE ISSO		X	
26	O QUE A GENTE		X	
27	É EU ACHO QUE		X	
28	QUE HOJE EM DIA	X		
29	QUE O RIO DE	X		
30	QUE É UMA COISA	X		
31	COMO É QUE O		X	
32	QUE A GENTE TEM		X	
33	ENTÃO EU ACHO QUE		X	
34	A GENTE TEM QUE		X	
35	O QUE QUE TEM		X	
36	QUE MAIS QUE TINHA	X		
37	DOC O QUE QUE		X	
38	É QUE O SENHOR		X	
39	E EU ACHO QUE		X	
40	E COMO É QUE		X	
41	E O QUE QUE		X	
42	EU VER O QUE		X	
43	ACHO QUE TEM QUE		X	
44	O QUE QUE EU		X	

45	NÃO EU ACHO QUE		X	
46	QUE VOCÊ ACHA QUE		X	
47	COMO É QUE CHAMA		X	
48	DOC COMO É QUE		X	
49	NÃO SEI O QUE		X	
50	DEIXA EU VER O		X	

Tabela 1: Tabela de quadrigramas extraídos e classificados do NURC.

O gráfico abaixo (**Gráfico 1**) nos auxilia a visualizar a frequência dos quadrigramas encontrado no *corpus* NURC:

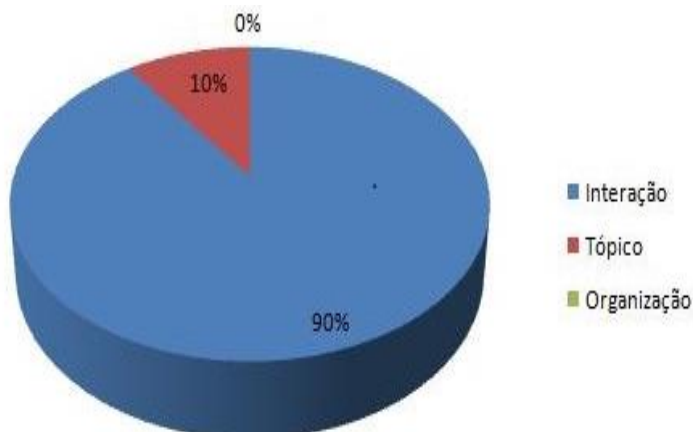


Gráfico 1: Gráfico com a divisão dos feixes encontrados no NURC

5. Conclusão

Ken Hyland, em seu estudo, afirma que mais da metade dos feixes mais comuns de cada tipo de texto dentro de seu *corpus* de estudo não era comum a outros tipos de texto. Isso quer dizer, que os feixes mais comuns no *subcorpus* de linguística aplicada, por exemplo, pouco se assemelhavam ao de ciências exatas. Isso nos leva a constatar que o gênero influencia as escolhas léxico-gramaticais e fala por si mesmo. Com isso, cada tipo de texto e cada área de estudo terá sua própria léxico-gramática e, por conseguinte, seus feixes lexicais próprios.

Em relação ao *corpus* de estudo do *Corpus Digitalizado do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro*, devemos levar em consideração sua especificidade, pois, por se tratar de um *corpus* de lin-

guagem oral, onde entrevistas foram gravadas e depois transcritas para análise, há a prevalência de quadrigramas orientacionais de interação.

Esse *corpus* de discurso oral se assemelha a *corpora* de literatura infantil, por exemplo, onde também são encontrados muitos feixes lexicais interacionais, pelos quais o escritor estabelece uma conversa com seus pequenos leitores.

Também podemos afirmar que não encontramos quadrigramas de orientação organizacional possivelmente por não se tratar de um *corpus* de textos escritos.

Com isso, poderíamos dizer que esse estudo nos abre a perspectiva para um futuro estudo comparativo entre uma análise baseada na comparação entre *corpora* de textos escritos e falados a fim de se traçar um perfil das escolhas de tipos de quadrigramas orientacionais e suas frequências entre os dois *corpora*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBER, Douglas. *University language: a corpus-based study of spoken and written genres*. Amsterdam: Benjamin, 2006.

HYLAND, Ken. As can be seen: lexical bundles and disciplinary variation. In: _____. *English for Specific Purposes*. London: Elsevier, 2008, vol. 27.

NURC. *Corpus digitalizado do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj>>. Acesso em: 16-04-2016.

SINCLAIR, John. *Corpus, concordance, collocation*. Oxford: OUP, 1991.

**CAMINHO À IGUALDADE SOCIAL,
ATRAVÉS DO PRINCÍPIO DO LETRAMENTO
PARA GRUPOS ISOLADOS
(ZONA RURAL E ASSENTAMENTOS)**

Danilo Marcus Barros Cabral (IFPA)
danilobarros227@gmail.com

RESUMO

Tem-se na presente pesquisa um fator para consolidar uma realização, ou seja, o desejo constante de ver uma terra se transformar na mais autêntica harmonia educacional. Com um nível elevado de questionamentos foram recolhidos dados nos pequenos assentamentos de Manchete e Piracema no município de Marianópolis (TO), onde foi revelado que os eventos modernos de letramento, contextualizados às informações constantemente atualizadas, levam o desenvolvimento urbanístico junto aos avanços tecnológicos ao cidadão de comunidades rurais isoladas. Com pareceres didáticos, foi feita a constatação de caminhos precisos e fáceis, que, aliados à consciência política, trarão à sociedade fórmulas de integrações socioeducativas com a finalidade de evoluir a qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Didática da língua materna. Linguagem e sociedade. Letramento.

1. Introdução

Atualmente, percebemos convictamente que se norteiam equívocos quanto ao processo de inclusão social no que se refere à educação para grupos minoritários e/ou grupos isolados dos centros urbanos. Conclui-se, também, que a prática ideal de letramento provém de estruturas que competem às diversas situações contextuais, o que comprova, cientificamente, que o ensino da leitura e da escrita, onde se requer necessariamente a inclusão do aspecto oral em primeiro lugar, torna-se enfático quando se trata de um convívio extremamente urbanístico, ao mesmo tempo em que devem ser respeitadas as diferenças culturais de cada indivíduo.

A massa metropolitana, no que se refere ao cotidiano maiúsculo de opções de entretenimento e entendimento cultural, torna-se essencial pelo exercício mental de leitura em que o indivíduo está submetido, sem que o próprio perceba as vantagens do aprendizado na prática situacional. É importante que se deixe claro que o processo educativo com referência ao letramento sofisticado e urbanístico não quer que se encerrem os pequenos grupos já existentes, considerando suas respectivas culturas e

modos de vidas essenciais para o desenvolvimento intelectual de seus habitantes. O que se propõe são formas e direcionamentos de ensino, levando em consideração o avanço tecnológico dos grandes centros, para que se considerem os vários contextos de leitura, escrita e oralidade, sem que sejam extintos os referentes grupos minoritários.

A inclusão no processo intercultural e tecnológico, quando se trata de situações práticas da sociedade, eleva o educando a um patamar em que ele se dignifica pela constante atualização dos sistemas que proporcionam a comprovação do aprendizado.

Há de ressaltar que o letramento não se resume às regras normativas da escola. Configura-se como práticas sociais e eventos que vão além da escrita, leitura e oralidade, ou seja, ensinar os processos didaticamente inovadores em relação ao contexto real da situação faz com que se assimilem tecnologias urbanísticas modernas, de maneira que haja uma rápida inclusão do indivíduo ao processo de avanço educacional.

Uma mudança significativa nos procedimentos metodológicos de compreensão leitora e de habilidade com a escrita, transferindo os eixos científicos e tecnológicos do progresso social e, levando em consideração os diversos contextos orais para o ensino-aprendizado, configura-se essencial ao acompanhamento da sofisticação de uma sociedade moderna que sofre períodos constantes de mutação.

2. Justificativa

As motivações que devem levar ao auxílio e a transferência dos isolados a serem letrados sofisticadamente são baseadas no princípio da autoestima e, principalmente, na oportunidade que tem que ser dada a todos sem exceção. Com isso, é necessário lembrar em termos técnicos, as hipocrisias dos governos, quando se trata, por exemplo, do alcance da média em exames nacionais referindo-se à verificação da educação, atribuindo-a a um valor de extrema importância, enquanto os índices de qualidade com referência à prática contextual do aprendizado continuam baixos, porém camuflados por um sistema político preocupado apenas com números e não com qualidade de ensino no que se tende ao letramento moderno e inclusivo.

Nos últimos tempos, tornou-se exorbitante a falta de ligação de pessoas carentes com a cultura urbanística social, fator primordial que facilitaria o modo delas agirem, debaterem, discordarem e até tomarem

decisões. Tais pessoas, sem os devidos contatos e instruções, ficam retraídas no sentido de defender seus direitos em relação a todos os assuntos e até mesmo para uma educação contextualizada, no que se refere ao letramento moderno de qualidade. A partir daí, contribui-se, simultaneamente, para o não discernimento dos grupos minoritários da sociedade como um todo e muda-se a concepção do letramento “dominante”, onde o ensino está interligado somente à adaptação das necessidades sociais do uso da escrita e leitura, para o letramento inovador e crítico, onde se resgata a autoestima e se constroem fortes identidades.

Acrescentando mais, as sociedades em processo de avanço científico e tecnológico, esperam e exigem pessoas astutas e corajosas. Isso só é possível com pessoas que tenham capacidade de se expressarem melhor, de se mostrarem aptas aos discernimentos da escrita, leitura e oralidade, ampliadas aos diversos eventos do cotidiano. Portanto, o ponto de partida para formação de uma sociedade sofisticada é o letramento contemporâneo, trabalhado com rigor, fazendo com que o ser humano se encorage e se prepare para qualquer tipo de desafio, ou seja, concretizando os fatos específicos. Certamente ele sentirá orgulho ao saber que pode caminhar com suas próprias pernas e colocar o que é chamado de zonas rurais, assentamentos e outros pequenos grupos no meio da elite cultural, evidentemente não necessitando acabar-se fisicamente com esses locais.

Para uma nação globalizada e suportada em todos os aspectos sociais é preciso que as pessoas vivam em comunhão, e para que isso aconteça, todos terão de ter acesso às múltiplas formas de letramento com níveis de conhecimento elevado, obviamente respeitando as diferenças culturais. A conclusão é que as pessoas dos pequenos grupos isolados, elevadas a um patamar elitizado, da escrita, leitura e oralidade contextualizadas, assim como de eventos, conseguirão somar para o avanço tecnológico e, também, para a salvação da humanidade de si mesma.

Detalhando esta posição, o contato desses indivíduos com um processo de letramento, que leva em consideração as práticas sociais de uma comunidade ativa, levam-nos à percepção da extrema importância da escrita e da leitura trabalhadas de formas contextualizadas. Assim, alguns eventos de letramento como: leituras de sinais de trânsito, contato com nomes fixos de ruas e avenidas, contato com ofícios e processos formais e informais e o contínuo convívio com propagandas, instigam o aprendizado de forma mútua e participativa, causando o encaixe dos sistemas funcionais e progressivos associados aos ensinamentos escolares. Os eventos de letramentos modernos tanto fundamentam a progressivi-

dade educacional, quanto potencializam as comunidades com relação à cultura e à economia, quando se coloca o indivíduo de zonas afastadas no convívio urbanístico contemporâneo.

Há de se enfatizar a importância das assinaturas de revistas e jornais, escritas e leituras de correspondências, recebimentos de contas, preenchimentos de cheques e cupons como usos funcionais, contextuais e/ou situacionais da escrita, assim como também, participações em igrejas e associações, participações efetivas nos processos das descobertas tecnológicas, com uma série de atividades de eventos de letramento e interações verbais, referindo-se à oralidade que tem de ser exercitada em casa, com a família, antes da entrada à escola. Todas essas opções devem ser incluídas nos processos didáticos de ensino, a partir de consciências políticas, e fará com que sejam desenvolvidos os grupos, que ainda são patenteados como isolados, no que se refere ao ensino e aprendizado, acompanhados das exigências socioculturais modernas.

Todos esses modelos de “urbanização” dos grupos isolados fazem com que surjam lacunas ou dilemas de como se concretizar este fato na prática paralelamente às realizações desses processos inovadores de ensino, mas que, propositalmente, podem se resolver com atitude política, comunitária, participativa e restauradora para o bem comum. O fator essencial de organização dos níveis práticos sociais, no que se refere ao ensino contextualizado nas metrópoles, é exatamente o incentivo, com a isenção de impostos, que a administração pública pode dar a todo esse processo que pode ser levado aos pequenos grupos, destacando-se a industrialização, comercialização, ruptura de barreiras tecnológicas, acesso à internet e aos serviços públicos em geral. Isso pode fazer com que se fortaleça a interação com sociedades contemporâneas urbanas, escolarizadas, burocratizadas e padronizadas pelo conhecimento científico e pelos efetivos meios de comunicação de massa. As práticas de um letramento inovador são ligadas às formas diversas de conhecimento e não podem ser compreendidas somente no âmbito escolar de uma comunidade distante da cidadania e da urbanização.

Essa inversão, que dita o fato de se urbanizar as pequenas comunidades se justifica pelo fato de que levar o cidadão de uma comunidade isolada aos centros educacionais das grandes cidades acabaria com a essência cultural dos pequenos grupos. A escola falha ao considerar que os cidadãos destes grupos já estão conectados à escrita e à leitura, aliadas às práticas urbanas, ao mesmo tempo em que desconsideram suas características individuais principalmente em relação à oralidade.

3. Fundamentação teórica

Analistas, professores e pesquisadores atuantes em todas as áreas já comprovaram e é, possivelmente, fato, que uma nação se torna desenvolvida tendo como base princípios educativos, ou seja, a propagação da instrução primária junto à oportunidade de o indivíduo se apropriar da escrita e da leitura (levando em consideração os processos orais personificados) em um ambiente em que se lhe demonstre ser o suporte didático e cultural atualizado essencial para se conseguir um resultado positivo ao longo da vida.

O ser humano de qualquer classe ou categoria e a qualquer momento de sua história, tendo oportunidade de adquirir formas revolucionárias de letramentos e apoiado pelo sistema político e pedagógico, torna-se um cidadão letrado, impulsionado a dar um salto progressivo com vistas a uma vida ativa em todos os níveis sociais.

Gerando níveis éticos, o cidadão pode influenciar seus descendentes na prática do estudo, baseando-se conscientemente no poder de compreensão de leitura e escrita em contextos tecnológicos. Também pode fazer com que se transformem gradativamente as pequenas comunidades existentes, confirmando um futuro promissor a todos. Por isso, a globalização e avanço sociocultural, antes de tudo com soberania cristã, as formas de letramentos críticos, no que diz respeito à informação e aos diversos conhecimentos práticos, são formas de estar buscando mudanças significativas para que o ser humano viva com qualidade de vida, pois segundo Paulo Freire, "o ato de estudar enquanto ato curioso dos sujeitos diante do mundo é a expressão da forma de estarem sendo seres humanos transformadores, que não apenas sabem, mas sabem que sabem". (FREIRE, 1989, p. 58-59)

Sobretudo, para se formatar esse indivíduo nos moldes destacados acima, é possível acrescentar, tendo como escopo os grandes artigos sobre formas de letramentos modernos, que há urgência na urbanização desses pequenos grupos no que se refere ao ensino contextualizado. Zonas de difícil acesso não têm utilitariamente em grande parte, uma movimentação comercial e industrial, onde é bastante facilitado o ato de comunicação (leitura e escrita). Isso faz com que se dificulte o trabalho de exercício mental do subconsciente humano, ou seja, nos grandes centros, em todo e qualquer tipo de comércio, existe em prioridade a realidade da comunicação com as pessoas através de: fachadas, stands, banners, outdoors, rótulos de mercadorias, maneiras de vender um produto oral-

mente etc. Portanto, uma pessoa que nasce e vive em zonas carentes sofre por não ter contato com um mundo letrado, em todo o sentido literal, devendo haver necessariamente o entendimento e a contextualização do que é escrito, lido e falado.

4. Metodologia

Esta pesquisa teve caráter qualitativo, no que se refere à inferência de comportamentos, pois visou à exploração com o intuito de se obter resultados para a tomada de decisão quanto aos direcionamentos corretos das práticas sofisticadas de letramento. Também teve caráter quantitativo, porque apontou a intensidade das atitudes das pessoas desses grupos em relação aos vários eixos educacionais. Focalizando os campos da pesquisa, foram escolhidos os assentamentos Manchete e Piracema e as zonas rurais interligadas ao distrito de Marianópolis (TO).

Na investigação, foram entrevistados todos os estudantes que estão no processo educacional em todas as etapas, fazendo uma comparação entre os suportes necessários ao contexto de letramento educacional com as respectivas culturas e objetos disponíveis na realidade atual.

Todo esse trabalho foi feito destacando e buscando o convencimento participativo à essência da mudança. O trabalho consistiu em descobrir inicialmente o hábito e o contato que esses habitantes têm com a leitura e a escrita. Foram distribuídos, em primeira instância, questionários, cujos ícones das questões foram separados em gêneros como: revistas diversas atualizadas, bíblia, jornais impressos e virtuais (reportagens), receitas de culinária, bulas de remédio, manuais de instrução, gibis, embalagens, letras de músicas, literatura, e-mails, ofícios, panfletos e propagandas em geral, assim como também, processos formais e correspondências do cotidiano, relevando a frequência, intensidade e necessidade do uso da comunicação por escrito e quais são os assuntos mais discutidos diariamente.

Explicitando, foi investigada, a vivência cultural de cada indivíduo e foram associadas as formas de contato de cada um com a escrita e a leitura aos seus próprios contextos e situações práticas orais, dentro e fora da escola. Ademais, a sindicância visou a explorar a expectativa de cada morador dessas zonas isoladas em relação à vivência urbanizada de seus setores e o que eles pretendem que venham a auxiliá-los no aprendizado contextualizado com o avanço científico e tecnológico.

Essas propostas foram ao encontro dos propósitos específicos de transações metropolitanas que foram expostos acima, exortando todos a buscar um ensino especializado.

Quanto ao processo administrativo escolar, foi investigada a frequência dos alunos nas aulas, descobrindo-se automaticamente os motivos das faltas, que era a carência de suportes pedagógicos e tecnológicos, da biblioteca, de incentivo à leitura e de esforço para melhorias por parte da equipe escolar.

Aprofundando a pesquisa, o questionário teve perguntas aos estudantes em relação ao incentivo ao estudo, infraestrutura escolar (ambiente de trabalho e estudo, acervo literário e internet), alimentação, ajuda de custo, importância do futuro profissional, autoestima, perspectiva de vida, convívio familiar, interação família-escola e principalmente se foi feita uma relação dos conteúdos de leitura, literatura e produção textuais aliados às situações práticas de seus cotidianos.

A partir disso, durante o processo de pesquisa, foram feitas simulações de vários modos de urbanização dessas zonas, como, por exemplo: mostra de teatros (cines), mostra de notícias e *marketings* atualizados através de *softwares* sofisticados, revistas e periódicos modernos, simulações de processos tecnológicos nas mais diversas situações do cotidiano.

Tudo isso, traçado com o fim de acompanhar a reação das respectivas comunidades em uma possível modificação do processo de ensino/aprendizagem. Assim também, foi direcionado um questionário aos professores, com as mesmas perguntas, acrescentando tópicos como: reformulação bibliotecária com diversos gêneros literários, proveitosa formação continuada, suporte psicológico, assistência social, planejamento financeiro e principalmente a instigação às opiniões em restaurar modelos de didáticas de ensino, adaptados aos contextos socioculturais modernos.

5. Considerações finais

Estamos em uma realidade cultural onde se vê muito pouco, porém, com protestos implícitos como este artigo, temos a possibilidade de escoar com facilidade a obrigação que têm as autoridades com o nívelamento intelectual. A reclamação surge diante da necessidade de uma nação manter-se imune aos problemas críticos e sociais, pois a educação é o

ponto de partida para a organização em todos os setores. Essa elaboração de pensamento nos alegra infinitamente, pois a plebe, depois de cada protesto feito, irá saber que parte da sociedade está em constante alerta.

Ainda existe e esperamos que nunca deixará de existir mesmo que sejam poucas, pessoas comprometidas de fato com a educação e que não sejam essas as pessoas, as quais o poder gostaria de calar, através de qualquer uma das possíveis leis elaboradas de maneira quase absurda, subestimando em um ato, que às vezes parece brincadeira, a inteligência de todos os que lutam pela causa. Dessa forma, fica registrada uma das milhares de consciências do mundo, que não se leva por qualquer atitude governamental.

A esperança de dignidade é regida pela única saída que o carente pode encontrar: O estudo, porém, o medo de que alguém, que só tenha bagagem cultural chegue ao ápice, pode atrasar a ação das autoridades, pois seria uma grande ameaça aos “princípios políticos” que conhecemos no Brasil de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Vera Maria. *Sociedade educação e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural. *Novamérica*, Rio de Janeiro, n. 82, 1999.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____; MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KLEIMAN, Angela. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

DERRIDA E CRUZ E SOUSA: A DESCONSTRUÇÃO POÉTICA

Juan Marcello Capobianco (UFRJ)
juanmarcello@id.uff.br

RESUMO

Propomos, por meio deste artigo, uma releitura da poética do simbolista catariense João da Cruz e Sousa (1861-1898) diretamente em algumas composições, sob a perspectiva teórica do conceito de Desconstrução, do filósofo Jacques Derrida. Analisando os desdobramentos desta matriz, buscamos uma interseção hermenêutica marcadamente diversa da leitura poética, para desconstruir a escrita e deixar vir à tona o não dito – mas que pode sugerir possíveis gêneses da criação de Cruz e Sousa. O objetivo é demonstrar a necessidade de revalorização e reestudo do artista, dadas as novas possibilidades que se descortinam quando a obra é vista por um ângulo que mergulha nos recônditos do que não aparece em uma exegese tradicional.

Palavras-chave: Cruz e Sousa. Desconstrução. Jacques Derrida.

1. Introdução

A importância do pensamento de Jacques Derrida para a filosofia, no século XX, é incontestável e de vasta disseminação. Diante da revolução operada pelo intelectual franco-argelino – que em 1966 proferiu conferência desconstruindo grandes suportes dogmáticos cristalizados pela metafísica ocidental, como o fonologocentrismo saussuriano, a hierarquização dos termos do discurso, a lógica cartesiana, a centralização das estruturas –, o contato com suas obras poderia inspirar uma “aplicação” de sua ideologia, tal como se fosse uma “ferramenta interpretativa” para ler Cruz e Sousa. Ledo engano. O próprio autor negou ao seu pensamento mais difundido qualquer caráter metodológico. Em carta ao tradutor japonês Toshihiko Izutsu, em 10 de julho 1983, Jacques Derrida afirmava:

A desconstrução não é um método e não pode ser transformada num método... É verdade que em certos círculos (universitários ou culturais, especialmente nos Estados Unidos) a ‘metáfora’ técnica e metodológica que parece necessariamente presa à própria palavra ‘desconstrução’ foi capaz de seduzir ou desencaminhar... [...] (DERRIDA, 1987, p. 387-393)

Em outra ocasião, o filósofo ainda ressalta o que já dissera, talvez com mais ênfase:

Uma assertiva, uma afirmação, uma realmente verdadeira, seria, e eu a subscreveria: A Desconstrução não é uma teoria ou uma filosofia. Também não é uma escola ou um método. Não é sequer um discurso, um ato ou uma prática. É o que acontece, o que está acontecendo hoje no que se denomina a

sociedade, o político, a diplomacia e a realidade histórica, e assim por diante e em diante. A desconstrução é o caso. (DERRIDA, 1989, p. 45)

A aparência algo enigmática da ideia não era, pois, gratuita. Mesmo os estudiosos são acordes. Rodrigo Duarte e Virgínia Figueiredo consideraram que

[...] a desconstrução não é um método no sentido forte do termo, quer dizer, não se trata de um programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado. (DUARTE & FIGUEIREDO, 2001, p. 268)

Jack Reynolds, sem contrariar o filósofo, aponta ainda um aspecto necessário, ao pontuar que a “desconstrução é um processo contínuo que está já sempre em operação nos textos”. (REYNOLDS, 2012, p. 266)

Um breve exame da metafísica duramente criticada por Nietzsche nos conduz ao pensamento lúcido de Jacques Derrida, bastando a observação do quanto se alteraram no tempo os conceitos estratificados ditados pelo discurso religioso e pelos poderes constituídos. Noções como família, maternidade ou justiça hoje diferem profundamente do que foram. O próprio estudioso franco-argelino utilizou o neografismo *différance*, que em português conjuga o sentido de diferir (postergar na temporalidade) e diferença (espaçamento do que é não igual) para demonstrar que, mudando uma letra no vocábulo francês *différence*, a articulação da fala permanecia idêntica, embora os sentidos se multiplicassem, abalando o conceito linguístico de Ferdinand de Saussure sobre a predominância da fala, que considerava originária, sobre a escrita, que via como mera cópia da *phoné*. (SANTIAGO, 1976, p. 22-23)

Em suma, Jacques Derrida busca desconstituir o discurso metafísico ocidental provando que as estruturas baseiam a organização dos elementos através da ideia de *centro*, que rege a estrutura como conceito abstrato, fugindo, porém, da *estruturalidade*, e assim estando o centro *dentro* e *fora* da estrutura, em um aparente paradoxo. Com o descentramento, o filósofo desfaz as interpretações marcadas de hierarquias internas entre os elementos, deitando por terra as oposições binárias construídas histórica e socialmente (alto/baixo, espírito/corpo, bom/ mau, aparência/essência), localizando os filosofemas e abrindo brechas infinitas entre os espaços, surgindo, assim, múltiplos entendimentos de um mesmo texto, que nunca é unívoco. Assim, o filósofo introduz o conceito de *jogo*, como perene movimento anterior à própria cadeia de significantes/significados, indicando a impossibilidade de um significado “primeiro”, e, assim, operando a “possibilidade de destruição de um significado

transcendental”. (SANTIAGO, 1976, p. 53)

Jacques Derrida aduz que

se a totalização não tem sentido, não é porque a infinitude de um campo não pode ser abrangida por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo, isto é, a linguagem, e uma linguagem finita, exclui a totalização: este campo é o de um jogo, isto é, o de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. (DERRIDA, 1971, p. 244)

A desconstrução não será, portanto, uma forma de interpretar a poesia de Cruz e Sousa, menos ainda uma metodologia de leitura ou uma busca de significação. Contudo, *transcorrendo* pela obra do poeta com um olhar desconstrutor, a noção de suplemento, desenvolvida por Jacques Derrida, como um *algo mais* que não é complemento da estrutura, não se encontra dentro dela, mas a sobeja, articula-se ao que o filósofo chamou de *arquiescritura*, seu “arquioposto” inapropriável.

Negando-se a ser objeto de uma ciência ou representação da presença, a *arquiescritura* seria a escrita primeira, que antecede a linguagem articulada e o traço escrito. Sua inapreensibilidade indica a inscrição da diferença, mostrando que o significado último ou original de um termo não existe (SANTIAGO, 1976). A simultaneidade que veremos nas operações da desconstrução como *antimétodo* se entremostra quando o filósofo acresce: “O sentido deve esperar ser dito ou escrito para se habitar a si próprio”.

Tal simultaneidade ocorre no próprio movimento do texto, em que a *desconstrução* denuncia o que foi sobrevalorizado, apontando seu *fechamento* metafísico e fonologocêntrico, conjuntamente à eclosão do *renversement*, deslocamento em que o que se recalcou, ocultou ou dissimulou nas dobras da escritura sobrevêm não como “outro significado”, transcendental ou conceitual, mas como independência na cadeia dos significantes, renunciando à síntese e abrindo as comportas para o fluir do sentido que liberta o texto, atravessando-o pela simultaneidade.

2. Chegando a Cruz e Sousa pela desconstrução derridiana

Em uma primeira mirada, qual a conexão entre o ideário do expoente franco-argelino, no século XX, e a poesia de Cruz e Sousa? Talvez tão imbricada quanto o possível. Vislumbremos, então, os versos do catarinense com um olhar desconstrutor que não metodologize e, tampouco, compartimentalize o que pudermos apreender.

Tomemos os versos iniciais da “Antífona”, de *Broquéis*:

Ó Formas alvas, brancas, Formas claras
De luares, de neves, de neblinas!...
Ó Formas vagas, fluidas, cristalinas...
Incensos dos turbulos das aras...

Formas do Amor, consteladamente puras,
De Virgens e de Santas vaporosas...
Brilhos errantes, mádidas frescuras
E dolências de lírios e de rosas...

O visionarismo de insinuar um ambiente diáfano, de purezas claras e de delicadeza desnublada, nos quatro versos iniciais, como uma vida incógnita entre nuvens, sugere-nos um conceito de sublimidade que, de tão excelsa, termina nas aras das igrejas, bafejadas pelos incensórios de sua liturgia. A religião ditava os patamares e pressupostos de moralidade e limpidez humana, como uma estaca social. Ao falar de “formas”, o poeta cria um ambiente vaporoso onde, no terceiro verso, estas formas são “vagas”. Assim, a própria translucidez pretendida pelas fontes que ditam regras de conduta é incerta. E mais: não foi por acaso que um artista de posição etnoracial negra, no *primeiro* verso de seu *primeiro* livro de poesia simbolista tenha matizado a cor branca em três refrações. *Alvo*, *branco* e *claro* possuem sinonímia que aproxima os campos semânticos e reforça um certo “ponto de partida”. Saímos da conceitualidade histórica e social do “puro”, que se reforça como se repetisse a metafísica, apontando “luares”, “neves”, “neblinas”. Primeiro o poeta tonalizou o branco, em seguida o *materializou*.

Vemos um conceito eurocêntrico de prevalência do branco como ponto idealizante de pureza, o que deixa entre as frestas a ideia de que o demais é primitivo, precário, bárbaro. O enfrentamento, que poderá ser visto de forma ironizante em seguida, escancara a realidade de um descendente direto de africanos inaugurando no Brasil uma “nova poesia”, de origem francesa (criada pelo branco – então “padrão” do correto), demonstrando que poderia – mesmo vivendo na transição da escravatura – ser capaz de trazer ao país o que homem branco algum o fizera, demarcando a história como líder do movimento simbolista brasileiro.

Não obstante, em vez de buscar a exaltação das matrizes africanas que lhe eram originárias, ou mesmo uma poesia-protesto que permitisse algum encapsulamento ou guetorização, optou por *outro caminho*. Deconstruiu a própria lógica pseudocientífica do preconceito simplesmente por *existir* e deixar legado de incomensurável valor. Uma estratégia im-

prevista, mas que em nossos dias assume, no mínimo, esta solidez histórica: povo nenhum detém a exclusividade do dom da arte; bem como povo nenhum é incapaz dele.

No segundo quarteto, o poeta segue na tela pictórica do sublime aliado à virgindade e à imaginação de *santas se esfumando*, inserindo sutilmente o irreal, compondo a cena com clareza brilhosa (novamente), e deixando frescor e sentimento esparramado pelas flores. A imagem idealizada, paradisíaca, metafísica e bíblica, curiosamente Cruz e Sousa abala no momento em que não insere verbos nestas quadras. Longe de paralisar o movimento, faz o inverso: caminha com os olhos por neblinas, luare, adentra nas igrejas, contempla outras “formas”, revira a visão para capturar lírios, rosas, ideias de amor, frescor. O movimento entre os *flashes* fotográficos ou cinemáticos é velocíssimo e se espalha por tudo, *mesmo sem qualquer verbo*. Dentre a infinidade de interpretações possíveis, este virtuosismo pode ser visto como uma sutil “paródia”, que não está no texto, mas fora dele, no movimento impalpável da *différance* que se utiliza da própria metafísica da classe dominante para desconstituir o etnocentrismo, que considerava “impossível” a existência de arte, pensamento e intelecto em um afrodescendente. Um olhar retrospecto mostra a qualidade do versejar de Cruz e Sousa como uma acusação: se o poeta catarinense existiu e deixou obra preciosa, tendo recebido excelente educação, dominando os idiomas francês e inglês ainda adolescente e relembrando/recriando os simbolistas franceses a partir do idioma original, poderíamos ter visto muitos outros casos dessa expressividade, se a cultura dominante não tivesse massacrado os afro-brasileiros. A poesia, então, se desconstrói revelando que a riqueza imagética, o preciosismo verbal e a virtuosidade, descentrando as hierarquias internas dos versos, podem ser lidos como o inteligente protesto que recusa a arte rotulada e se ergue para a arte universal.

Na quarta estrofe da “Antífona”, o fenômeno que estamos prenunciando se anuncia:

Visões, salmos e cânticos serenos,
Surdinas de órgãos flébeis, soluçantes...
Dormências de volúpicos venenos
Sutis e suaves, mórbidos, radiantes.

O fechamento metafísico é transparente: não havia salmos e órgãos tênues e murmurantes na realidade da senzala miserável e do preconceito que o país atravessava. A imagética das “Visões, salmos e cânticos serenos” surge-nos como a contemplação musical de sacerdotes

(ironicamente) livres de culpa, sem remorso, fazendo os instrumentos cantarem nas igrejas que balizavam a moral da sociedade. Cena “suave”, no *fechamento* derridaiano que pontua a nítida delimitação de um padrão europeu de vida, anunciado com poucas palavras, mas vasto pelos choques semânticos.

Neste momento, o poeta subverte e devolve ao próprio opressor sua hipocrisia segura de si, construída através de genocídios e aberrações históricas, escrevendo no terceiro verso: “Dormências de volúpicos venenos”. Embora o verso seguinte qualifique o veneno, não se pode definir qual é sua natureza. A camada racista que se embebedava e utilizava várias formas de drogadição, surda e muda aos urros dos escravos vergastados alguns até a morte, não era rara na elite. A desconstrução do discurso etnocêntrico nos mostra um poeta afrodescendente usando de virtuosismo literário e se valendo da realidade viciosa das classes dominantes para lhes arrostar seus próprios *venenos* – ainda adjetivados seis(!) vezes: volúpicos, dormentes, sutis, suaves, mórbidos e radiantes. Não era pouco.

A visão de Jacques Derrida sobre o que as dobras textuais ocultam ou dissimulam, e que não vemos grafadas, eclodem quando a discursividade se inverte. O movimento é incessante, a desconstrução não se fecha, e quando Cruz e Sousa insiste em uma visualidade idealizada, na meta-poética de dizer como deve ser a *rima* de sua poesia, vemos o primeiro verso da sétima estrofe anunciar a impossibilidade do ponto de partida metafísico que adotou no início:

Que o pólen de ouro dos mais finos astros
Fecunde e inflame a rima clara e ardente...
Que brilhe a correção dos alabastros
Sonoramente, luminosamente.

Cena sensorial, beleza, brilho, as pedras de alabastro reluzem tanto que parecem cantar quando alguém pisa deslizando sobre elas. Mundo ideal em que chove poeira de ouro das estrelas. Cruz e Sousa acusa, fora do texto escrito, a impossibilidade fática e alienação dos que imaginavam um país “melhor” conforme mais “branqueado” e consoante ao eurocentrismo. Para estes, a impassividade criava uma realidade quase “paralela”, em que poderia chover ouro do céu. Equívocos engendrados em outros equívocos, tortura e morte dissimuladas nas senhoras que exibiam suntuosos vestidos, enquanto o caos crepitava lá fora.

Assim, depois de projetar o *limite da idealização*, na penúltima es-

trofe Cruz e Sousa levanta o véu desconstrutor rompendo o poema que iniciara “sublime, puro e claro”:

Flores negras do tédio e flores vagas
De amores vãos, tantálicos, doentios...
Fundas vermelhidões de velhas chagas
Em sangue, abertas, escorrendo em rios.

O fortíssimo contraste que atravessa como flechada o poema volta-se contra os próprios versos anteriores, em um golpe tão intenso que a cena hiperbólica do sangue “escorrendo em rios” remete à tortura escravagista, mas sem delimitar o objeto com referências. Amores doentios de poderosos senhores pelas escravas, tédio e mal-estar; é o reverso da medalha. Entre os símbolos jaz um território mudo que acusa e sofre, mas luta, recriando a sensação de que nos últimos versos o poeta caminha para trás, manchando com sangue as brancuras das estrofes iniciais. Antí-fona como *antipoema social*, que no fim corrompe e destrói o que antes erguera. A desconstrução aponta-nos os mecanismos sociais incrustados nos versos, com a ressalva de que – embora pareça, induzindo a erro – não se trata de leitura poética.

O último quarteto soa como gritos, reafirmados pelo conectivo “e” do primeiro verso, seguido de “Sonho” e “cantando”, mas tudo ensurdecido pelos cascos dos cavalos em um tropel de colonizadores/feitores sanguinários, que tanto dizimavam índios como capturavam escravos fugitivos:

Tudo! vivo e nervoso e quente e forte,
Nos turbilhões quiméricos do Sonho,
Passe, cantando, ante o perfil medonho
E o tropel cabalístico da Morte...

A relativização do fonologocentrismo de Saussure, criticado por Jacques Derrida, surge-nos nestes últimos versos, em que a escrita paulatinamente consegue vir num crescendo até misturar-se aos gritos e símbolos de semântica carregada, chocando-se entre si. Aqui, a poesia é voz. A música que tantas vezes se atribuiu ao Simbolismo surge com sonoridades dissonantes, estridentes, deslocando e confundindo os campos da fala e da escrita. Ao relativizar o próprio ideal exposto no início, Cruz e Sousa fechou com o único imperativo que lhe saltava aos olhos: morte! Mais que um “clamor negro”, a falta de elementos étnicos promove uma polissemia vertiginosa e contínua, que se atualiza dentre os miseráveis da dor, quais forem. O sentido é desafixado de qualquer categoria e lançado sobre todos os que ouvem o galopar da morte, injustiçados, banidos, ex-

cluídos ou discriminados. Aqui já não há mais *pólen de ouro chovendo das estrelas*.

3. *A desconstrução em duas “músicas” de Cruz e Sousa*

Tomemos então, para a *desconstrução*, dois sonetos em que Cruz e Sousa aborda o mesmo tema: a *música*. O primeiro, de *Broquéis* (1893); e o segundo, de *Faróis* (1900):

Música misteriosa...

Tenda de Estrelas níveas, refulgentes,
Que abris a doce luz de alampadários,
As harmonias dos Estradivários
Erram da Lua nos clarões dormentes...

Pelos raios fluídicos, diluentes
Dos Astros, pelos trêmulos velários,
Cantam Sonhos de místicos templários,
De ermitões e de ascetas reverentes...

Cânticos vagos, infinitos, aéreos
Fluir parecem dos Azuis etéreos,
Dentre os nevoeiros do luar fluindo...

E vai, de Estrela a Estrela, a luz da Lua,
Na láctea claridade que flutua,
A surdina das lágrimas subindo...

Dentre tantas formas de leitura poética que já perscrutaram supostos significados transcendentais, abandonemo-las por ora, enquanto a *desconstrução* nos faz ver os versos sem que importe em “aplicação teórica” ou “descoberta de enigmas”. No conceito que Jacques Derrida elabora sobre a *ausência* implica-se subsumido o projeto *desconstrutor*, pois se trata de um “abandono declarado de toda referência a um centro, a um sujeito, a uma referência privilegiada, a uma origem ou a uma arquia absoluta”. (DERRIDA, 1971, p. 241)

Valendo-se do sufixo “arquia”, de origem grega, proveniente do verbo *archein*, ir ou estar à frente, ser o primeiro, Jacques Derrida des-centraliza a estrutura e expõe um não lugar, mas uma função em que o *jogo* de significantes destrói os conceitos fechados e converte os signos em movimento incessante atravessando o discurso.

No soneto “Música misteriosa...” não se parte de lugar algum, não se está em região definida, e os dois quartetos projetam um olhar (impes-

soal) para o alto, que não guarda hierarquia entre os elementos e foge a qualquer dogmatização. Descentralizamos. Entretanto, não deixa de representar uma imagem sempre metamorfoseada pela imaginação: olha-se para a “tenda” de estrelas e vagas melodias de violinos Stradivarius (grafados em português) perdem-se entre as estrelas, de onde provêm raios diluídos que fazem recordar santos sonhos de ascetas, ermitões e templários. O texto expõe elementos canônicos da cultura ocidental, formando impressões que se amalgamam nos fechamentos em que o conceito de reverência e santidade metafísicos são extraídos das liturgias religiosas e dos dogmas definidores de “temor a Deus” e de “contemplação” –, como construções históricas e socioculturais de uma civilização já em declínio destas utopias paradisíacas.

Nos dois movimentos da desconstrução: o *fechamento* metafísico e o *renversement*, em vez de usá-los a partir de uma dissecação teórica, busquemos ver os versos com a lente do ideário de Jacques Derrida. Assim, Cruz e Sousa escreve a partir de imagens cristalizadas pelo discurso do poder religioso, balizas morais daquilo que era “justo” ou “elevado”. No penúltimo terceto, expõe a irrealidade de cânticos sendo ouvidos *desde os nevoeiros do luar*, incluindo os Azuis (com maiúscula) que submem a pureza cerúlea no fim da madrugada.

Esse ideário se constrói não como subserviência do poeta aos ditames imperativos de seu tempo, mas como construção mítica que chega até a irrealidade para expor a fragilidade e inconsistência de um discurso constituído, e deixa uma palavra, no último verso, que em princípio destoa do soneto inteiro: lágrimas. Nota-se, desde fora do poema, a impotência histórica que, naquele momento, em vez de se elevar pela contemplação que os versos sugerem, vemos que o eu-lírico não é definido, podendo ser o próprio poeta (ou não), que verte seu pranto diante das imagens sonhadoras que a cultura imperante fincou no país através de muito sangue. A tudo isto o poeta responde não com ódio, luta ou repulsa, mas com “lágrimas”. Se o soneto é lido cuidadosamente, torna-se impossível atribuir a *alguém definido* esse pranto. *Fechamento* conceitual e *renversement* no olhar desconstrutor do que os versos não dizem, mas escondem nas dobras e fímbrias dos símbolos. Cruz e Sousa chora sobre arquétipos históricos que acabou de diluir nos símbolos, deixando a dupla consciência do erro opressor ocidental, e da dor que se projeta e dissemina infinitamente na “surdina das lágrimas subindo...”.

No segundo soneto, Cruz e Sousa inverte o que subjaz aos versos que acabamos de ler. A *desconstrução* observa, sem metodologizar, o

movimento de denúncia, protesto e virulência do poema, que não está *nos versos*, mas o descentramento, o fechamento e o *reversement* derridiano mostram feições que uma leitura poética tradicional não exibiria. Eis o soneto:

Música da morte

A música da Morte, a nebulosa,
Estranha, imensa música sombria,
Passa a tremer pela minh'alma e fria
Gela, fica a tremer, maravilhosa...

Onda nervosa e atroz, onda nervosa,
Letes sinistro e torvo da agonia,
Recresce a lancinante sinfonia,
Sobe, numa volúpia dolorosa...

Sobe, recresce, tumultuando e amarga,
Tremenda, absurda, imponderada e larga,
De pavores e trevas alucina...

E alucinando e em trevas delirando,
Como um ópio letal, vertiginando,
Os meus nervos, letárgica, fascina...

Os exegetas da literatura detectam, de pronto, as poderosas antíteses das últimas palavras da primeira e última estrofes: “maravilhosa...” e “fascina...”, ambas com reticências, e que se opõem de forma vertiginosa *aos demais termos do poema*: sombria, nebulosa, estranha, o Letes (de Dante), pavor, trevas, amargor, letargia, imponderada, enfim.

Quando a perspectiva poética se paralisa para ceder à *desconstrução*, porém, vemos a ausência de qualquer referência que deduza se a música que rege todo o soneto é “africana” ou outra. A polissemia se arremessa no texto em direção ao *indecidível*, que para Jacques Derrida, eram as

unidades de simulacro, ‘falsas’ propriedades verbais, nominais ou semânticas que já não se deixam compreender na oposição filosófica (binária) e que, no entanto, habitam-na, lhe resistem-lhe e a desorganizam, sem jamais constituir um terceiro termo, sem jamais dar lugar a uma solução na forma da dialética especulativa. (DERRIDA, 1972, p. 58)

Ao promover, assim, o descentramento de qualquer origem, e explorando a cadeia de significâncias de vários referenciais, desconstrói o poema para poder *vê-lo no que revela e esconde*. Aqui, a música africana se oculta, mas atravessa incessantemente nosso psíquico.

Como o final do século XIX já adotava uma forma de música eru-

dita que privilegiava a dissonância e o ambiente de tensão, como em Wagner – que Cruz e Sousa cita nominalmente em diversos poemas – e nos epígonos do Romantismo europeu, desmantelamos os versos do soneto “Música da morte” para ver a cultura eurocêntrica e dogmática do ocidente impondo sua arte e estabelecendo seu padrão estético de música. O título e o primeiro verso repetem a ideia de morte, tornando impossível dissociá-la do todo unitário da peça. Há um terror pairando. Ainda que o poeta fale em “sinfonia”, no sétimo verso, a morte colonizadora e cega vem galopando ao lado.

Mas não é a mera mimetização paradigmática que Cruz e Sousa traduz na poesia, como metafísica de uma idealidade musical *européia* estabelecida como “a correta”, pois o poeta não fez referência a qualquer elemento regional, nacional ou etnorracial. Longe de depreciar a cultura de sua gênese hereditária, a desconstrução nos permite ver de fora, e fica claro que Cruz e Sousa *primeiramente* expôs o que ditava a cultura dominante. Fez bem mais, porém.

Nas antíteses que já destacamos, o *renversement* acusa a fascinação do poeta por essa música, ou, em outros termos, apesar de sua ascendência africana calcá-lo na sociedade novecentista sob os rótulos de “primitivo” ou “atrasado”, o poeta compreendia, sentia, absorvia e se regozijava intensamente com a música, pela arte, pela significância das obras, desrotulando-as e universalizando-as pela sua própria sensibilidade, capaz de capturar a essência e tragicidade das dissonâncias, como o fez nos versos antitéticos, e como o fez citando diversos autores eruditos em suas obras: “Foi na sala branca, de leves listrões d’ouro, que eu a vi interpretar um dia ao piano Mendelssohn, Schumann, as fugas de Bach, as sinfonias de Beethoven”. Ora, povos “atrasados” ou “bárbaros” não poderiam entender a música ocidental finissecular, *segundo os ditames dos colonizadores*. O poeta do Desterro, porém, movimentou o desfazimento do euro/etnocentrismo demonstrando rara percepção da música, e assim subvertendo as crenças pseudocientíficas que vigoravam. Hoje, em um exame histórico retrospectivo, a desconstrução nos mostra Cruz e Sousa elaborando com virtuosismo e riqueza simbólica a música das altas castas, imediatamente compreendendo e sentindo com latente intensidade. Isto seria “impossível” na ideologia de um século que auscultava crânios e tecia teorias filogenéticas para provar “cientificamente” que o negro era inferior e incapaz de compreender obras “mais avançadas” que a ritualística africana exótica.

Dessa forma, o poeta catarinense operava a derrocada metafísica

em sua obra: partia do modelo europeu, satirizava-o até a irrealdade fática (recordemos a poeira de ouro das estrelas) e invertia o discurso mostrando que ele, afrodescendente direto, tudo podia sentir. Este “pé de igualdade” com a cultura mais privilegiada, na época, faria desabar a suposta cientificidade das teorias racistas, pois, para elas, Cruz e Sousa seria “geneticamente impossível”.

A leitura desconstrutora não adentra nos símbolos para dimensionar a poesia do artista catarinense, como seria de esperar em uma leitura poética, mas revela o que *não está no texto*, detectando o fechamento metafísico e a polissemia do “gesto” de Cruz e Sousa no que *deixou de ser dito*. Se a música era do “Letes”, “pavorosa” e “sombria”, como poderia fasciná-lo? Somente se seu patamar intelectual e sensível estivesse na altura dos “de alta cultura”, que o estigmatizavam. Curioso é observar, como diz Eurídice Figueiredo, que por volta da metade do século XIX, “nenhuma etnia do continente africano se via como sendo ‘africana’, que a África é uma invenção dos afro-americanos que a concebem a partir de uma noção de raça, imposta pelos brancos, na sua visão homogeneizadora” (FIGUEIREDO, 1999, p. 87). Por isso o poeta Aimé Césaire diria, em uma entrevista, em 1971: “sou a favor da negritude do ponto de vista literário e como ética pessoal, mas sou contra uma ideologia baseada na negritude”. (CÉSAIRE, *apud* FIGUEIREDO, 1999, p. 91)

Ao negar à sua obra a exaltação das culturas africanistas, Cruz e Sousa foi talvez tão avançado, que ainda hoje muitos não perceberão a sutileza do gênio: escreveu como poeta, não “poeta negro”, desrotulando-se a todo momento em suas composições, e recusando-se a introjetar o binarismo oposicionista europeu do “homem negro inferior e “bárbaro”. Trabalhou nas composições com esmero e brilhantismo, provando sua grandeza pela Arte Poética e natureza humana universais, malgrado os paradigmas.

O poeta simbolista protestava sem gritos e sem imposições culturais. Arte pura, em suma. Tanto assim, que até hoje a crítica é acorde: foi o maior poeta do movimento.

Todo este ângulo de visão não infirma a leitura poética, pois, para Jacques Derrida, a ideia de desvendamento subsume a inexistência de um significado verdadeiro, oculto, último, que alguma elaboração de análise possa descobrir. “A descoberta é a apreensão da coexistência mútua de várias direções significantes num mesmo conceito ou metáfora”. (SANTIAGO, 1976, p. 20)

Não em vão o filósofo franco-argelino era incisivo crítico do etnocentrismo e da falsa ideologia ocidental que via na cultura escrita uma pretensa superioridade sobre as culturas do não grafismo. O próprio Jacques Derrida o diz:

O etnocentrismo tradicional e fundamental que, inspirando-se no modelo da escritura fonética, separa a machado a escritura da fala, é pois manipulado e pensado como anti-etnocentrismo. Ele sustenta uma acusação ético-política: a exploração do homem pelo homem é o feito das culturas escreventes de tipo ocidental. Desta acusação são salvas as comunidades da fala inocente e não opressora. (DERRIDA, 1973, p. 149-150)

Não seria de se estranhar que Cruz e Sousa, destacando-se pela *palavra escrita*, fugisse à modelagem ideológica supostamente “científica” de seu tempo, gerando mares de revolta que, fosse a obra do poeta de *mediana qualidade*, quicá passaria despercebida, como tantos outros.

Sob vários ângulos, podemos desconstruir a poesia do vate catari-nense, e de lá emergirem surpresas. Quando Homi Bhabha escreve, em 1986, que "o objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado como população do tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais" (BHABHA, 1992, p. 184), vemos nos versos de Cruz e Sousa a recusa impassível de sucumbir ao projeto de inferioridade que lhe era imposto, dedicando-se ao Simbolismo até o fim da vida aprimorando suas técnicas sem se acovardar intelectualmente. O poeta, vítima de uma estereotipização massiva, parecia prever as palavras de Homi Bhabha, quase um século depois:

para que sua significação seja bem-sucedida, o estereótipo, como forma de convicção múltipla e dividida, requer uma cadeia contínua e repetitiva de outros estereótipos. Mediante esse processo, o ‘encobrimento’ metafórico é gravado numa falta que deve então ser oculta; esse processo empresta ao estereótipo sua permanência e sua qualidade fantasmagórica. (BHABHA, 1992, p. 195)

Cruz e Sousa pressentia o fato, pois produzia cada vez mais, eis que praticamente toda sua obra simbolista foi composta em cinco anos (1893-1898).

4. Ensaio sobre a desconstrução em “Emparedado”, de Cruz e Sousa, e mais versos

No poema “Emparedado”, por exemplo, o poeta se refere reitera-

damente à África, e algo de totalmente novo se nos revela pela desconstrução, que sempre esteve lá, oculto.

Vejamos:

– Tu és dos de Cam, maldito, réprobo, anatematizado! Falas em Abstrações, em Formas, em Espiritualidades, em Requentes, em Sonhos! Como se tu fosses das raças de ouro e da aurora, se viesses dos arianos [...] Artista! pode lá isso ser se tu és d'África, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto [...]; a África arrebatada nos ciclones torvelinhantes das Impiedades supremas, das Blasfêmias absolutas [...]; África laocoonica, alma de trevas e de chamas, fecundada no Sol e na Noite, errantemente tempestuosa como a alma espiritualizada e tantálica da Rússia, gerada no Degredo e na Neve – polo branco e polo negro da Dor! [...] Artista?! Loucura! Loucura! Pode lá isso ser se tu vens dessa longínqua região desolada, lá no fundo exótico dessa África sugestiva, gemente, Criação dolorosa e sanguinolenta de Satãs rebelados, dessa flagelada África, grotesca e triste, melancólica, gênese assombrosa de gemidos [...], dessa África dos Suplícios [...], a África virgem, inviolada no Sentimento, avalanche humana amassada com argilas funestas [...]; dessa África que parece gerada para os divinos cinzéis das colossais e prodigiosas esculturas [...]; dessa África cheia de solidões maravilhosas, de virgindades animais instintivas [...]. (SOUSA, 2000, p. 672-673. Grifos nossos)

Grifamos a palavra *África* nas nove (!) vezes em que aparece em um curto trecho final do poema, não propriamente pela queixa tortuosa do poeta em não aceitar o julgamento etnorracial que ignorava a obra. Desconstruímos para ver que, oculto nos signos e nas dobras do texto, estão as “muitas Áfricas” às quais Kwame Anthony Appiah se refere em *Casa do Meu Pai*, 99 anos depois da morte do poeta catarinense:

a razão de a África não poder presumir como dada uma vida cultural, política ou intelectual africana é que não existe tal coisa: existe apenas um sem-número de tradições, com suas relações complexas – e, com igual frequência sua falta de qualquer relação – umas com as outras. (APPIAH, 1997, p. 120)

Os fechamentos metafísicos que a todo tempo se acusam, no poema, se estilham no momento em que Cruz e Sousa enumera *nove* Áfricas, com símbolos diferentes, vendo aspectos dolorosos, mas também de rara beleza (“África inviolada no Sentimento”, “gerada para os divinos cinzéis”, “cheia de solidões maravilhosas”). Entre os recônditos ocultos no texto poético está a indignação de um poeta rebaixado pelas elites por ser *afrodescendente* de uma África tão múltipla, diversa e heterogênea, que só décadas depois foi descoberta por etnógrafos europeus, que atribuíram “uma dimensão histórica às culturas estudadas, [...] [e abalaram] os alicerces da legitimação do colonialismo ocidental, que se baseava na pretensão de que os africanos eram ‘primitivos’, ‘selvagens’”. (FIGUEIREDO, 1999, p. 87)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No seio deste contexto, é como se Cruz e Sousa indagasse: por qual ancestralidade africana estão me julgando? Qual a relevância etnoracial em uma arte poética que abrange os mais diversos estados da natureza humana?

Talvez a desconstrução de outros versos faça emergir outro Cruz e Sousa. Por fim, podemos arriscar o intento. Eis uma, dentre as tantas composições de *Últimos sonetos*:

Vão arrebatamento

Partes um dia das Curiosidades
Do teu ser singular, partes em busca
De almas irmãs, cujo esplendor ofusca
As celestes, divinas claridades.

Rasgas terras e céus, imensidades,
Dos perigos da Vida a vaga brusca,
Queima-te o sol que na Amplidão corusca
E consola-te a lua das saudades.

Andas por toda a parte, em toda a parte
A sedução das almas a falar-te,
Como da Terra luminosos marcos.

E a sorrir e a gemer e soluçando
Ah! Sempre em busca de almas vais andando
Mas em vez delas encontrando charcos!

(SOUSA, 2000, p. 189)

A *desconstrução* desta peça, ainda traspassada pela polissemia infinita que Jacques Derrida apontava no jogo interminável do espaço finito, calca a decepção, o que já ocorre, não depende de nós. Poeticamente procura “almas irmãs” e sempre se decepciona, sem que os versos permitam alguma chance. Desmembrá-los nos revelará o oculto nas fendas rasuradas submersas nos símbolos.

Vejamos:

A idealidade da busca amorosa, do encontro fraterno, são sustentáculos já apregoados pelo sistema que rege o Ocidente. O estímulo é incessante e o insucesso se pontua como fracasso. O fechamento ideológico remonta ao belo platônico como signo de verdade, à teologia incontestada da Idade Média, à expansão libertária da Revolução Francesa e à explosão cultural do século XIX. Anseio de vida, anseio de partilha, de troca, de sentimento.

Os símbolos das três primeiras estrofes vêm carregados de teor

canônico e sócio-histórico. O poeta fala em “partir” de uma juventude de “Curiosidades”, em busca de “amor” e interação humana, que brilham como se fossem “celestiais”. Representa as “viagens” infinitas – “terras e céus, imensidades” – sempre em busca, e vê a “sedução” murmurando promessas, que causam o “gêmer” e “sorrir”, “soluçando”, para redundar num charco enlameado e raso.

Fechado um ideário de “busca do amor cristão”, a desconstrução abre rasgos entre todo este movimento *pré-decepção*, desmantelando os símbolos e deixando fluir personagens reais, cenas cotidianas de hipocrisia, casamentos arranjados, desconsideração e miséria. Signos de abandono. É a ênfase que se dá à esperança, derrotada no último verso. No deslocamento desconstrutor destas oposições de “naturezas humanas” não aparece, em *fragmento algum*, referência a etnias, raças, credos. É o ser humano, apenas, e para os bons se dedicam três estrofes e dois versos; para os demais, somente a última linha. Muito mais que meramente autobiográfico, o soneto expõe a história humana, a eterna busca e frustração, em todos os campos. É perfeitamente possível ler recriando tudo o que *não está escrito*, mas subsumido nas dobras e reentrâncias *sígnicas*, e sempre regressando ao original, como em um pêndulo. Nenhum nome está nos sonetos, mas a desconstrução revela até mesmo Cristo, “ser singular” que “rasgou terras e céus” – e em vez de almas, encontrou *charcos* que o flagelaram à morte.

5. Considerações finais

Por conclusão, impõe-se a síntese da movência de visões que já foram exploradas na obra do simbolista. O artista moderno se transmuta: nem exclusivamente brasileiro ou sul-americano, nem rigorosamente ocidental, nem cerrado em um contexto de matriz africana, nem “compósito”, como termo híbrido.

Apenas João da Cruz e Sousa. Poeta. E dos maiores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BHABHA, Homi. A questão do “outro”: diferença, discriminação. In: ____; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Orgs.) *Pós-modernismo e política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. Fidélité à plus d’un – Mériter d’hériter ou la généalogie fait défaut. In: _____. *Idiomes, nationalités, déconstructions*: rencontre de Rabat avec Jacques Derrida. Paris: Cahiers Intersignes; Casablanca: Toubkal, 1998, p. 221-265.

_____. *Gramatologia*. Trad.: Miriam Shneiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 149-150.

_____. Lettre à un ami japonais. In: _____. *Psyché*: Invention de l’autre. Paris: Galilée, 1987, p. 387-393.

_____. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.

_____. Psyche: inventions of the other. In: _____. *Reading de man reading*. Organizado por Godzich Wlad e Waters Lindsay. Minneapolis: Minneapolis University Press, 1989.

DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia. *Mimesis e expressão*. Minas Gerais: UFMG, 2001.

FIGUEIREDO, Eurídice. Interações continentais: a questão da raça nas construções identitárias das vanguardas. In: JOBIM, José Luiz. (Org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: CNPq, 1999.

REYNOLDS, Jack. *Existencialismo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1999.

SANTIAGO, Silviano. (Superv.). *Glossário de Derrida*: trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

SOUSA, João da Cruz e. *Obra completa*. Organização, introdução, notas, cronologia e bibliografia por Andrade Muricy. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

**DIGRESSÕES PRELIMINARES SOBRE AS CONJUNÇÕES,
USADAS POR HORÁCIO EM SUA ODE I, DO *LIBER I***

José Mario Botelho (UERJ, ABRAFIL e SLR)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho almeja apresentar comentários críticos sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções contidas na *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio, em comparação com o comportamento que descreve Bonnet (2005) em *Dosithée: Grammaire Latine*, acerca de tais elementos conjuntivos. A contextualização, baseada no relacionamento de cada uma das conjunções destacadas da referida ode horaciana, com os demais termos da frase em que elas figuram, será enfatizada neste trabalho. Decerto, tal relacionamento constitui o objeto de estudo fundamental desta breve pesquisa, não só porque se trata da característica *sine qua non* do item gramatical em destaque, mas também porque o objetivo principal deste estudo é atestar a aplicabilidade dos comentários didático-científicos e doutrinários de Dosíteo, citado por Bonnet, na obra acima referida.

Palavras-chave: Conjunções. Horácio. Ode I.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho constitui apresentar comentários críticos sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções contidas na *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio, em cotejo com o que apresenta Guillaume Bonnet (2005) em *Dosithée: Grammaire Latine* (texto latino de Dosíteo, traduzido para o francês por Guillaume Bonnet), acerca de tais elementos conjuntivos.

A contextualização, baseada no relacionamento de cada uma dessas conjunções, destacadas da referida ode horaciana, com os demais termos da frase em que elas figuram, será enfatizada neste trabalho. Decerto, tal relacionamento constitui o objeto de estudo fundamental desta breve pesquisa, não só porque se trata da característica *sine qua non* do item gramatical em destaque, mais também porque o objetivo principal deste estudo é atestar a aplicabilidade dos comentários científico-didáticos e doutrinários de Dosíteo.

Logo, partiremos da concepção de que o item denominado “conjunção” se refere a “unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado” (BECHARA, 2002, p. 320) ou, como o próprio Dosíteo (*Apud BONNET, op. cit.*) afirma: “A conjunção é uma parte do dis-

curso que liga e ordena um pensamento (ou opinião)”¹⁴.

Para a efetivação do presente texto, que terá caráter digressionador por excelência, apresentaremos alguns aspectos teóricos acerca da conjunção e de aspectos estilístico-sintáticos, compilados de Jules Marouzeau (1949 e 1953) e do próprio Dositeo, o que constituirá uma breve fundamentação teórica.

Assim, esperamos constatar a efetiva função das conjunções estudadas na ode horaciana, destacada, em cotejo com as explicações dadas por Dositeo.

Apresentaremos, também, todo o texto-objeto em forma original (*apud* Les Belles Lettres, 1967, p. 6-7) e sua tradução (inérita) para a língua portuguesa, acompanhada dos nossos breves comentários críticos, de caráter estilístico-sintático, relacionados a cada conjunção utilizada por Horácio na referida ode.

2. Breve fundamentação teórica

2.1. Aspectos teóricos acerca da “conjunção”

Basear-nos-emos, em princípio, na afirmação feita por Bechara (2002) sobre o fato de a língua portuguesa possuir certas unidades, de origem latina, que têm a função primordial de ligar orações numa mesma frase, estabelecendo uma coordenação ou uma dependência entre elas.

Daí, serem tais unidades, denominadas pelos estudiosos em gramática, mais especificamente em sintaxe, como conjunções ou elementos conjuntivos, de tais tipos: coordenativas e subordinativas.

Assim como o português, as outras línguas neolatinas e o próprio latim, também apresentam tais elementos conjuntivos.

Jules Marouzeau (1949) destinou o terceiro capítulo de seu *L'ordre des mots dans la phrase latine, Tomo III: Les articulations de l'énoncé*, para explanar sobre os acessórios e os conjuntivos.

O referido autor inicia o tal capítulo, afirmando que, no indo-europeu, tais palavras, que eram “não autônomas, eram submetidas a

¹⁴ “Coniunctio est pars orationis nectens ordinansque sententiam.” (DOSITEO, *apud* BONNET, 2005, p. 87)

uma construção particular: elas tendiam a ocupar na frase a segunda posição¹⁵. Tal afirmação, esclarece o próprio Jules Marouzeau, decorre de uma lei estabelecida por Wackernagel (1892, p. 333-436) para os enclíticos.

Jules Marouzeau lembra que essa lei, que foi melhorada por Meillet (1922, p. 21), deixou muitos traços em latim.

Depois de digressionar sobre os acessórios, o autor faz referência à qualidade das partículas que, atualmente, são tidas como conjunções, do tipo copulativas como: “*et, nec, -que*”; adversativas como: “*at, sed, tamen*”; explicativas como: “*enim, etenim, nam*”; asseverativas como: “*equidem, quidem, sane*”; conclusivas como: “*igitur, itaque*”; e outros subordinantes como: “*quod, quia, seu, si, ut*”.

Depois, comenta sobre o tratamento dessas palavras conjuntivas ao longo da história da língua latina e as duas tendências contraditórias, que caracterizam tal tratamento.

(...) uma a manter estritamente a aplicação da lei para certos termos (*autem, quidem*), e mesmo para desdobrá-la a palavras novamente depostas de sua autonomia (*namque, etenim*); outra a interpretar largamente a obrigação, fazendo recuar os termos interessados até o interior da frase, ou a negligenciá-la totalmente, deixando, por exemplo, os relativos e os subordinantes ocupar a posição inicial¹⁶. (MAROUZEAU, 1949, p. 70 – Tradução livre)

Em seguida, Jules Marouzeau apresenta cada tipo de conjunções, distribuindo-as em 6 (seis) grupos: copulativas e disjuntivas, adversativas e restritivas, asseverativas e intensivas, explicativas e confirmativas, consecutivas e conclusivas e os relativos e conjuntivos.

Nesses subcapítulos, para cada conjunção ou elemento conjuntivo, o autor apresenta comentários sobre a sua colocação na declaração e os aspectos estilístico-semânticos decorrentes. A quantidade de exemplos retirados de diversas obras de diferentes autores é exuberante, sobre ser cansativa, o que clarificância o tema estudado.

¹⁵ “*Les mots non autonomes sont soumis en indo-européen à une construction particulière: ils tendent à occuper dans la phrase la place seconde.*” (MAROUZEAU, 1949, p. 6)

¹⁶ “*(...) l'une à maintenir strictement l'application de la loi pour certains termes (autem, quidem), et même à l'étendre à des mots nouvellement déçus de leur autonomie (namque, etenim); l'autre à interpréter largement l'obligation en faisant reculer les termes intéressés jusque dans l'intérieur de la phrase, ou à la négliger totalement, en laissant, par exemple, les relatifs et subordinants prendre la place initiale.*”

Convém lembrar que em outra obra (*L'ordre des mots em latin*, 1953), Jules Marouzeau também trata das conjunções, distribuindo-as, praticamente, nos mesmos 6 (seis) tipos, tecendo comentários semelhantes e ilustrando com exemplos de diversos autores de forma mais comedida, porém não menos elucidativa.

O item “*III Conjunctions*” (“III As Conjunções”) é iniciado, porém, com o seguinte comentário: “179 – As articulações da declaração são realizadas por termos semelhantes às palavras adverbiais, que denominamos conjunções”¹⁷. (*Idem*, 1953, p. 69 – Tradução livre)

Por fim, em ambas as obras, ele critica aquela lei, que descrevia uma colocação fixa – segunda posição – para os elementos conjuntivos, denominando-a *caduca*, porquanto em latim normalmente tais elementos ocupam a primeira posição, mas podem figurar em outras por razões diversas: reminiscências, afetações, extensões análogas, explorações estilísticas, entre outras. Tanto que em *L'ordre des mots dans la phrase latine, Tomo III: Les articulations de l'énoncé*, que tende à análise estilístico-sintática, o autor conclui que

(...) o caráter artificial da construção é destacado pela linguagem literária, e essencialmente a linguagem dos poetas, em uso com uma grande liberdade, seja para a constituição de fórmulas e clichês, seja por comodidade métrica, seja em vista de efeitos de estilo, particularmente para enfatizar a palavra inicial, a partícula sendo utilizada como elemento disjuntivo entre dois dependentes tais como adjetivo-substantivo¹⁸. (*Id.*, *ibid.*, p. 136 – Tradução livre)

2.2. Sobre as conjunções, segundo Dositeo

Em *Dosithée: Grammaire Latine (Op. cit.)*, Dositeo desenvolveu o item “*De Coniunctione*” (“Sobre a conjunção”), tecendo comentários particularizantes e interessantes, acerca das conjunções da língua latina.

O autor inicia o seu texto, afirmando, como já mostramos na Introdução desta pesquisa, que a conjunção é um elemento do discurso, a

¹⁷ “179. *Les articulations de l'énoncé sont réalisées par des termes apparentés aux mots adverbiaux, qu'on appelle conjunctions.*”

¹⁸ “*Le caractère artificiel de la construction est souligné par le fait que la langue littéraire, et essentiellement la langue des poètes, en use avec une grande liberté, soit pour la constitution de formules et clichés, soit par commodité métrique, soit en vue d'effets de style, particulièrement pour mise en relief du mot initial, la particule étant utilisée comme élément disjonctif entre deux appartenants tels que adjectif-substantif.*”

qual tem como função fundamental fazer a ligação e a ordenação da declaração (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 87). No mesmo parágrafo, o autor revela a sua principal preocupação no que se refere à conjunção: a sua forma, a sua posição e o seu valor semântico.

Na conjunção, depreendem-se a forma, a posição, o valor. A forma é como ela se apresenta: ou ela é simples, como *quidem*, ou composta, como *equidem*; a posição é o lugar em que ela se apresenta: pode preceder, como *nam*, ou se prender depois, como *-que*, ou preceder e se prender depois, como *et*.

53. O valor das conjunções se distribui em 6 espécies: são, pois, copulativas, causais, causativas (ou consecutivas ou conclusivas), expletivas, disjuntivas, dubitativas¹⁹. (DESITEO *apud* BONNET, 2005, p. 87 – Tradução livre)

Como se pode constatar, a forma de uma conjunção pode ser simples, quando apresenta apenas uma raiz, como é o caso de “*aut, cum, et, ut, quidem*”, ou composta (ou combinada) em que se juntam mais de uma raiz, como é o caso de “*atque, eninvero, equidem, itaque, namque, quoniam*”.

Quanto à posição, refere-se tão somente à sua posição em relação a uma determinada palavra, à qual pode preceder, sem se prender (ou se ligar, sem deixar espaço) ou pospor, prendendo-se (ou se ligando mais propriamente), como ocorre com os enclíticos “*-que*” (em “*Ad regemque...*”), “*-ue*” (em “*In diemue...*”) ou “*-ne*” (em *Meministine?*). Não se trata, nesse caso, de colocação propriamente dita da conjunção na declaração, como discorre Jules Marouzeau (1949, p. 67 e 135-6 e 1953, p. 85), digressionando sobre as implicações estilístico-sintáticas, que decorrem da posição que ocupa a conjunção numa declaração.

Em relação ao valor (ou natureza), Dositeo distingue 6 (seis) espécies de conjunções quanto à sua capacidade semântico-pragmática. Assim, distribuem-se elas em: copulativas como: “*ac, et, seu, -que*”; causais como: “*enim, nam, quod, quoniam*”; causativas (ou consecutivas ou conclusivas) como: “*igitur, itaque, quapropter*”; expletivas (que são advérbios propriamente e exprimem, às vezes, conclusão ou finalidade) como: “*adeo, tamen, tandem, saltem*”; adjuntivas como: “*aut, nec, neque, neu,*

¹⁹ “*Coniunctioni accidunt figura, ordo, potesta. Figura est qua apparet: aut simplex est, ut **quidem**, aut composita, ut **equidem**; ordo quo apparet quae praeponi tantum possit, ut **nam**; quae subiungi, ut **que**; quae praeponi et subiungi, ut **et**.*”

53. *Potestas coniunctionum in VI species diuiditur: sunt enim copulativae, causales, rationativae, repletivae, disiunctiva, dubitandi.*”

uel'); dubitativas (ou condicionais) como: “*nisi, seu, si, siue*”.

Em seguida, o autor comenta sobre o fato de algumas conjunções se fazerem acompanhar de uma forma verbal finita (de indicativo); algumas, de uma forma verbal optativa (semelhante ao subjuntivo) e outras, de uma forma verbal de subjuntivo.

Depois, mais detalhadamente, trata das conjunções que se adaptam a mais de uma expressão verbal, como é o caso de “*cum*”, que se faz acompanhar ora de indicativo ora de subjuntivo, segundo a sua qualidade: acompanha-se do indicativo quando se refere ao tempo em que se desenvolvem duas ações.

Também faz comentários dessa natureza em relação a: “*si*” (que se adapta ao indicativo ou ao subjuntivo), “*dum, num, antequam, postquam, ni e nisi*”, que também podem ser usadas com o indicativo e com o subjuntivo), “*quamquam*” (que pode ser usada com indicativo ou com o optativo), “*ut*” (que pode ser usada com indicativo ou com subjuntivo ou com optativo), “*ne*” (que se adapta ao imperativo ou ao optativo).

Por fim, apresenta vários valores semânticos das conjunções: “*aut e et*”, de forma sintética, porém, elucidativa em virtude dos exemplos apresentados. Desses valores, destaca-se aquele que Dositeo afirma ter “*et*” o mesmo valor do enclítico “*-que*” (O que sugere ser esta a conjunção copulativa por excelência, e aquela, um uso de conjunção copulativa.), com a diferença de ser “*-que*” sempre enclítico, enquanto “*et*” precede o termo a que se refere e pode pospor-se a ele quando se apresenta redobrado (como em: “... *et premere et ... dare...*”), ainda que simples, porém, subentendida (como em: “*labitur..., mirantur et undae,...*”).

3. *Breves elucubrações sobre as conjunções da Ode I, do Liber I, de Horácio*

As observações que serão apresentadas abaixo são motivadas pelos comentários feitos por Dositeo, os quais, às vezes, se nos mostram intrigantes, sobretudo, por não serem convencionais.

Como tais comentários se caracterizam como particularizantes, procuramos cotejar, por vezes, as explicações dadas por Dositeo com o que estabelece Jules Marouzeau (1949 e 1953), no que se refere às conjunções, utilizadas por Horácio na ode em destaque, que é o escopo desta pesquisa. A saber, as conjunções em referência são: “*et, nec, neque, -que,*

quod, ut, seu, si”.

Convém ressaltar que tal ode foi selecionada entre as 38 (trinta e oito) odes, do *Liber I*, exatamente por ser a única, em que se podem observar tantas conjunções diferentes como essas. Nas outras 37 (trinta e sete) odes, Horácio fez um uso muito comedido das conjunções; nelas, não encontramos mais de quatro conjunções diferentes, e somente nas odes IV, VII e IX, pode-se observar uma incidência maior, porém com a repetição de um ou dois tipos.

Ó Mecenas, nascido de antepassados reais, meu sustentáculo e minha doce glória, há aqueles aos quais agrada ter juntado a poeira olímpica ao carro; e a meta evitada pelos carros ardentes e a nobre vitória eleva(m) a deuses os senhores da terra: este, se a turba dos inconstantes romanos se esforça para exaltá-lo com as três maiores dignidades; aquele, se no próprio celeiro escondeu tudo que se arrebatava das eiras líbias.

Que nunca se afaste quem alegre em abrir os campos pátrios com a enxada com promessas atálicas, para que, por meio de um navio, corte o Mar de Mirto o receoso navegante.

O mercador, que teme o África, que luta contra a agitação do Mar de Ícaro, louva o ócio e aos campos de sua cidade. Depois, indócil em suportar a pobreza, refaz as naus avariadas.

Há aqueles que não desprezam nem os copos do velho Massico nem tirar uma parte do dia inteiro, ora prostrado com as pernas sob o arbusto verde, ora junto a uma fonte serena de água sagrada.

A muitos agradam os acampamentos e o som da trombeta, confundido com o (do) clarim, e as guerras detestadas pelas mães. Permanece em pleno ar frio, esquecido da tenra esposa, o caçador, ou se uma corsa se mostrou aos pequenos cães fiéis, ou se um javali de Marso rompeu as finas redes.

As heras, prêmios dos rostos sábios, unem-me aos deuses superiores; o bosque gelado e os coros suaves das Ninfas com os Sátiros me afastam do povo, se nem Euterpe proíbe as flautas nem Polímnia recusa afinar a lira de Lesbos.

Porém, se tu me colocares entre os poetas líricos, eu tocarei o céu com minha sublime cabeça.

O escopo de nossa análise é a seguinte ode (*Apud Les Belles Lettres. Horace, Odes et Épodes*, 1967, p. 6-7):

*Maecenas atavis edite regibus,
o et praesidium et dulce decus meum,
sunt quos curriculo puluerem Olympicum
collegisse iuuat metaque feruidis
5 euitata rotis palmaque nobilis
terrarum dominos euehit ad deos;
hunc, si mobiliū turba Quiritium*

- certat tergemini tollere honoribus;
illum, si proprio condidit horreo
10 quicquid de Libycis uerritur areis.
Gaudentem patrios findere sarculo
agros Attalicis condicionibus
numquam demoueat, ut trabe Cypria
Myrtoum pauidus nauta secat mare.
15 Luctantem Icaris fluctibus Africum
mercator metuens otium et oppidi
laudat rura sui; mox reficit rates
quassas, indocilis pauperiem pati.
Est qui nec ueteris pocula Massici
20 nec partem solido demere de die
spernit, nunc uiridi membra sub arbuto
stratus, nunc ad aquae lene caput sacrae.
Multos castra iuuant et lituo tubae
permixtus sonitus bellaque matribus
25 detestata. Manet sub Ioue frigido
uenator tenerae coniugis inmemor,
seu uisa est catulis cerua fidelibus,
seu rupit teretis Marsus aper plagas.
Me doctarum hederæ præmia frontium
30 dis miscent superis, me gelidum nemus
Nympharumque leues cum Satyris chori
secernunt populo, si neque tibus
Euterpe cohibet nec Polyhymnia
Lesboum refugit tendere barbiton.
35 Quod si me lyricis uatibus inseres,
sublimi feriam sidera uertice.

Vale ressaltar que dos 8 (oito) tipos de metro diferentes, utilizados por Horácio nas 38 (trinta e oito) odes desse seu primeiro livro, a *Ode I* (em destaque) é a única em que o autor utilizou o asclepiadeu menor (verso, que admite três arranjos: um espondeu, dois coriambos e um píríco; ou um espondeu, um dátilo, uma sílaba longa e dois dátilos; ou um espondeu, um coriambo, e dois dátilos). Na ode cotejada predomina o verso asclepiadeu menor, do tipo: um espondeu, dois coriambos e um píríco:

Ex.: colle	gisse iuuat	metaque fe	ruidis
1	2	3	4
(—)	(—UU—)	(—UU—)	(UU)

o et prae	sidium et	dulce decus	meum.
1	2	3	4
(--)	(-UU-)	(-UU-)	(UU)

illum,	si proprio	condidit ho	rreo
1	2	3	4
(--)	(-UU-)	(-UU-)	(UU)

numquam	demouneas,	ut trabe Cy	pria
1	2	3	4
(--)	(-UU-)	(-UU-)	(UU)

Quod si	me lyricis	uatibus in	seres
1	2	3	4
(--)	(-UU-)	(-UU-)	(UU)

Certamente, tal observação constitui um dado importante quanto à colocação da conjunção na declaração, porquanto a respectiva posição pode ter sido motivada pela estruturação do verso. Isto é, a efetivação do verso asclepiadeu pode ter exigido do poeta tal colocação na declaração.

3.1. Sobre “*et*” e “*-que*”

Sobre essas duas conjunções, em princípio, pode-se constatar que tanto Dositeo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 87) quanto Jules Marouzeau (Cf. 1949, p. 70 e 1953, p. 6) as consideram conjunções copulativas.

Ambos os autores também observam que o “*-que*” é uma partícula enclítica e, como tal, é usada sempre posposta e presa a uma palavra da declaração, da qual faz parte. Jules Marouzeau observa, ainda, que esse enclítico pode ser “encontrado até mesmo intercalado entre os elementos de um complexo, de modo a realizar uma tmese, como em: ‘*data deque dedicata*’ (LUCÍLIO, 997) ou ‘*conlaxat rareque facit*’ (LUCRÉCIO, I, 318)”. (MAROUZEAU, 1953, p. 70)

Em relação a “*et*”, que é menos antiga do que “*-que*” como conjunção copulativa, Jules Marouzeau afirma que se trata de um antigo advérbio, que preservou em numerosos casos o seu valor primitivo de

“mesmo, assim, também”, além da sua função semântico-sintática de ligação tão simplesmente.

Já Dosíteo não trata desse aspecto diretamente; porém, sugere que tal aspecto seja possível, quando afirma que a conjunção “*et*” tem o valor de “-*que*”, mas que difere desta, posto que ela não só se liga, posposta, a uma palavra, mas também pode precedê-la quando é geminada²⁰ (DOSÍTEO *apud* BONNET, *op. cit.*, p. 95).

Em Horácio, constatamos tais usos de “*et*” em três declarações:

*Maecenas atavis edite regibus,
o et praesidium et dulce decus meum* (v. 1-2)

*Luctantem Icaris fluctibus Africum
mercator metuens otium et oppidi
laudat rura sui;...* (v. 15-7)

*Multos castra iuuant et lituo tubae
permixtus sonitus...* (v. 23-4)

No primeiro exemplo, que é parte de um vocativo (“*Maecenas atavis edite regibus, o et praesidium et dulce decus meum*”), temos o que Dosíteo chamou de “geminada” ou “redobrada” (Cf. acima.) e, portanto, uma precede, e a outra pospõe (sem se prender como o “-*que*”). Nesse caso, funciona como um elemento de ligação e o seu valor se aproxima também daquele que Dosíteo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 95) denomina “argumentativo” ou “causativo” (“*causalis*”).

No segundo exemplo, que é parte do complemento da flexão verbal “*laudat*”, constitui tão simplesmente um elemento de ligação, simples, já que liga “*otium*” a “*rura*” (de “*oppidi rura sui*”). O mesmo ocorre no terceiro exemplo, uma vez que o “*et*” apenas liga “*castra*” a “*sonitus*” (de “*lituo tubae permixtus sonitus*”), que, por sua vez, está ligado à estrutura “*bellaque matribus detestata*”, mas pelo enclítico “-*que*”, formando o enorme complemento da flexão verbal “*iuuant*”.

Nessa última declaração, contudo, o que salta os olhos de qualquer analista é a ocorrência de figuras de sintaxe, criadas pelo poeta: a disjunção causada pelo deslocamento simples de “*iuuant*” para a terceira posição após o Nominativo “*castra*” e o quiasmo feito com os deslocamentos de “*lituo*” e “*permixtus*”, disjungindo o grupo nominal “*tubae so-*

²⁰ “62. *Et coniunctio id ualet quod que; sed hoc differt quod haec non modo subiungitur, sed etiam praepositur, modo geminata.*”

nitus” (“*Multos castra iuuant et lituo tubae permixtus sonitus...*”). Decerto, tais figuras se fizeram necessárias à manutenção do metro utilizado pelo poeta.

Também constatamos na referida ode o uso de “-que” em três declarações:

*...metaque feruidis
euitata rotis palmaque nobilis
terrarum dominos euehit ad deos (v. 4-6)*

*Multos castra iuuant et lituo tubae
permixtus sonitus bellaque matribus
detestata. (23-5)*

*...me gelidum nemus
Nympharumque leues cum Satyris chori
secernunt populo... (v. 30-2)*

Em todos estes exemplos, temos o elemento de ligação enclítico, que se prende (*adjuuge*) a uma palavra das respectivas declarações. Contudo, é mister lembrar que, no primeiro exemplo, “-que” parece ligar toda a oração que se inicia pelo Nominativo “*meta*” com a ideia da anterior.

Convém ressaltar, também, que, no último exemplo, o enclítico se adjuge ao genitivo “*Nympharum*”, o qual faz parte do grupo nominal “*Nympharum leues chori*”, mas que não é o termo que se liga a outro, senão por meio de “*cum*” (em “*cum Satyris*”) numa expressão de companhia.

Decerto, a adjução ao primeiro termo do verso em vez de “*chori*” é motivada. Quiçá métrica, para a formação do asclepiadeu.

3.2. Sobre “*nec*” e “*neque*”

Essas conjunções são arroladas como disjuntivos por Dositeo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 88) e por Jules Marouzeau (Cf. 1949, p. 82 e 1953, p. 72).

Ambos os autores se mostram lacônicos em relação aos disjuntivos em destaque: Dositeo limita-se a classificá-los tão somente, sem ao menos explicá-los. Jules Marouzeau, no entanto, faz algumas alusões à construção com “*nec*” (“*neque*”). O autor a compara com a de “*et*”, no que se refere à posição que ocupa na declaração. Diz ele que “em construções anafóricas, normalmente, o disjuntivo ocupa a segunda posição,

posposto a um adjetivo, que se encontra desunido de seu substantivo” (MAROUZEAU, 1953, p. 83). Acrescenta que “se encontra na terceira posição quando as duas primeiras palavras são estreitamente unidas pelo sentido e pela construção” (*Id., ibid.*, p. 83) e que “pode, ainda, ser afastado para além da terceira posição” (*Id., ibid.*, p. 83).

Na ode estudada, observamos tais usos de “*nec*” e de “*neque*” em duas declarações:

*Est qui nec ueteris pocula Massici
nec partem solido demere de die
spemit, ... (v. 20-2)*

*...si neque tibus
Euterpe cohibet nec Polyhymnia
Lesboun refugit tendere barbiton. (v. 32-4)*

No primeiro exemplo, em que os disjuntivos correlativos participam do complemento da flexão verbal “*spemit*” (“*qui nec ueteris pocula Massici nec partem solido demere de die*”), o disjuntivo é redobrado. Interessante é o paralelismo que o autor criou com uma estrutura nominal e uma estrutura verbo-nominal, como complemento do verbo.

No segundo, o disjuntivo “*neque*” é correlativo com “*nec*” do verso seguinte. Em combinação com o conjuntivo subordinante “*si*”, ambos os disjuntivos iniciam uma estrutura oracional subordinada.

3.3. Sobre “*quod*” e “*ut*”

As conjunções “*quod*” e “*ut*” não receberam nenhuma atenção de Dositeo, que apenas arrolou entre as causais o “*quod*” e deixou de fora de suas 6 (seis) classificações o “*ut*”.

Contudo, quando trata dos seus usos e o modo verbal, ao qual as conjunções se adéquam, o autor tece um sintético comentário. Dositeo observa que “*ut*” se adapta à forma finita de indicativo quando é empregado como “*quomodo*” (“como”); quando é empregado com o valor de finalidade, adapta-se ao optativo, e ao subjuntivo quando precede a forma verbal (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 93). Tal posicionamento sugere que Dositeo reconhece ser o “*ut*” uma conjunção causal.

Jules Marouzeau foi ainda mais lacônico, pois nem ao menos a relacionou entre uma das suas 6 (seis) classificações. Porém, apresenta alguns exemplos ao tratar das conjunções de subordinação e relativos

(Cf. MAROUZEAU, 1953, p. 82) e muitos exemplos quando trata dos relativos e conjuntivos (Cf. *Idem*, 1949, p. 121). Nesse último subcapítulo, o autor lembra que “parece terem tais subordinantes ou conjunções subordinativas participado, em latim antigo, da construção das palavras acessórias e por isso, tendem a ocupar a segunda posição na declaração após a primeira palavra autônoma”²¹ (Cf. *Idem*, 1953, p. 121). Acrescenta que “elas se tornaram mais incertas na época clássica, tendendo à posição inicial e, em particular, nas obras dos poetas, a recuar para o interior da declaração”²² (Cf. *Idem*, 1953, p. 121-2).

Na ode estudada, encontramos apenas um uso de “*quod*” e outro de “*ut*” na seguinte declaração:

...ut trabe Cypria

Myrtoum pauidus nauta secet mare. (v. 13-4)

Quod si me lyricis uatibus inseres,

sublimi feriam sidera uertice. (v. 35-6)

No primeiro exemplo, a conjunção subordinada “*ut*” inicia uma oração subordinada com a forma verbal em optativo, ligando-a à anterior (“*Gaudentem patrios findere sarculo / agros Attalicis condicionibus / numquam demouneas...*”), para a qual expressa uma finalidade.

No segundo exemplo, “*quod*”, que mais se aproxima de ser uma partícula expletiva, passa a ser considerado uma conjunção, devido à sua combinação com “*si*”, que inicia uma oração de dúvida (condicional, na literatura sintática portuguesa), ligada à oração seguinte (“*Quod sublimi feriam sidera uertice.*”).

3.4. Sobre “*seu*” e “*si*”

Ambas as conjunções foram relacionadas entre as dubitativas em Dositeo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 88).

Em Jules Marouzeau (1953, p. 70), a conjunção “*seu*” foi relacionada entre as disjuntivas, em cujos exemplos se pode observar a sua

²¹ “(...) semblent avoir participé en latin ancien de la construction des mots accessoires; ils tendent à occuper dans la phrase la place seconde, après le premier mot autonome.”

²² “(...) elles deviennent plus rares et plus incertaines à l'époque classique, où le subordonnant tend à quitter la place seconde, soit pour prendre la place initiale, soit, au contraire, en particulier chez les poètes, pour reculer plus loin vers l'intérieur de la phrase.”

ocorrência, e “*si*”, que não foi relacionado, supõe-se ser um elemento conjuntivo ou uma conjunção subordinante para ele, porquanto apresentou muitos exemplos com a sua ocorrência juntos com outros tantos exemplos de conjunções ou elementos conjuntivos como “*quod*”, “*cum*”, “*ut*” e tantos outros.

A única observação feita por Jules Marouzeau sobre o “*si*” é que, como conjunção subordinante, ocupa comumente a segunda posição na declaração, sempre posposta a uma palavra do tipo pronomine.

Já Dositeo, observou que “*si*” se adapta, às vezes, ao indicativo e outras vezes, ao subjuntivo; ao indicativo quando se entende que um ato foi realizado; e ao subjuntivo quando o assunto é submetido a condições e é incerto. O autor ressalta que Terêncio não obedeceu a esta regra, pois se utilizou de uma flexão verbal de indicativo numa declaração submetida a uma condição em *A Sogra*, 765.

Em Horácio, encontramos quatro ocorrências de “*si*” e apenas duas de “*seu*”.

*hunc, si mobilium turba Quiritium
certat tergemini tollere honoribus;
illum, si proprio condidit horreo
quicquid de Libycis uerritur areis. (v. 6-9)*

*...si neque tibus
Euterpe cohibet nec Polyhymnia
Lesboum refugit tendere barbiton. (v. 32-4)*

Quod si me lyricis uatibus inseres (v. 35)

*seu uisa est catulis cerua fidelibus,
seu rupit teretis Marsus aper plagas. (v. 28-9)*

As duas estruturas oracionais introduzidas pela conjunção “*si*”, da primeira declaração, em paralelismo, constituem o que, em português, denomina-se “aposto distributivo”. Nelas, veem-se as conjunções subordinantes ou elementos conjuntivos, segundo Jules Marouzeau (ou conjunções dubitativas, segundo Dositeo), ocuparem a segunda posição na declaração pospostas a uma forma pronominal, que é o núcleo do aposto (“*hunc*”, na primeira estrutura e “*illum*”, na segunda) e exprimirem realmente uma dúvida ou uma condição.

No segundo exemplo, a conjunção “*si*” (dubitativa, conforme Dositeo, e subordinante, como o quer Jules Marouzeau) introduz a oração condicional (conforme literatura sintática do português), que se subordi-

na à precedente (“*me gelidum nemus Nympharumque leues cum Satyris chori secernunt populo...*”).

No terceiro exemplo, a conjunção “*si*”, combinada com o expletivo “*quod*”, introduz a oração condicional, que se subordina a que lhe sucede (“...*sublimi feriam sidera uertice.*”), ainda que “*quod*” seja considerada uma conjunção subordinante ou conjuntivo, como o quer Jules Marouzeau.

No último exemplo, por fim, veem-se as conjunções disjuntivas (segundo Jules Marouzeau) ou dubitativas (como o quer Dositeo), em paralelismo, iniciarem suas respectivas condicionais, em alternância, que se subordina à precedente (“*Manet sub Ioue frigido uenator tenerae coniugis inmemor...*”).

4. Considerações finais

Após a apresentação dos comentários críticos sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções contidas na *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio, a partir dos conceitos de Dositeo em sua *Gramática latina*, acerca de tais elementos conjuntivos, em cotejo com o que discutiu Jules Marouzeau (1949 e 1953), conclui-se que se trata de um termo que se define a partir do seu relacionamento com outros termos de uma dada declaração.

Essa contextualização, baseada no relacionamento de cada uma das conjunções, destacadas da *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio – escopo deste trabalho –, com os demais termos da declaração em que elas figuram, revelou-se conveniente e produtiva. Isto, porque a análise estilístico-sintática de tais conjunções comprovou serem aplicáveis as concepções dos estudiosos, que serviram de cotejo da pesquisa, a saber: Bechara (2002), Dositeo (*Apud BONNET*, 2005) e Jules Marouzeau (1949 e 1953). De fato, a conjunção é um elemento do discurso que tem a função de ligar e ordenar outros elementos de uma declaração, podendo exprimir ou garantir um sentido, mormente segundo a sua posição. Logo, constatamos a efetiva função das conjunções estudadas na ode horaciana, destacada.

Contatamos, também, que a lei primitiva que regia a construção das palavras acessórias não é, no texto-escopo, aplicável, pois a posposição à palavra inicial da frase não é obrigatória senão para o enclítico *-que*. Aliás, a tendência a ocupar outras posições mostrou-se, na ode analisada,

variável e de acordo com o emprego das respectivas conjunções, que sugere uma intenção estilística de Horácio.

Embora não seja a nossa pretensão esgotar o tema, esperamos ter alcançado o nosso objetivo de apresentar comentários sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções destacadas, que possam sugerir reflexão dos leitores, e de atestar a aplicabilidade dos comentários científico-didáticos e doutrinários de Dosíteo.

Certo da complexidade do tema e da necessidade de uma análise mais aprofundada a partir da análise das obras de outros autores latinos, julgamos ser o presente trabalho uma contribuição para os interessados no assunto, sobre o qual muito ainda há para se pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLDRINI, Sandro. *La prosodia e la métrica dei romani*. Roma: Carocci, 2001.
- BOTELHO, José Mario. *Pequeno dicionário de latim-português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Botelho, 2014.
- DIVINE, Andrew M.; STEPHENS, Laurence D. *Latin word order: Structured meaning and information*. New York: Oxford University Press, 2006.
- BONNET, Guillaume (Ed. e Trad.). *Dosithée: grammaire latine*. (Collection des Universités de France publiée sous le patronage de l'Association Guillaume Budé.). Paris: Les Belles Lettres, 2005.
- GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 2. ed. Brasília: UnB, 2000.
- HEREDIA, Andrés Gomez. Introducción a los principales fenómenos sintáctico-estilísticos en latín. *Cuadernos de Filología Clásica*, vol. XX (1986-87). Madrid: Fd Universidad Complutense, 1986.
- MAROUZEAU, Jules. *L'ordre des mots dans la phrase latine*, vol. III. Les Articulations de l'énoncé. Paris: Les Belles Lettres, 1949.
- _____. *L'ordre des mots en latin*, volume complémentaire. Paris: Les Belles Lettres, 1953.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Traité de stylistique latine*. 10. ed. 5. tir. Paris: Les Belles Lettres, 1970.

PINKSTER, Harm. *Sintaxis y semántica del latín*. Trad. por M. E. Torrego e J. de la Villa. Madrid: Clásicas, 1995.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 11. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2000.

**HERANÇA DE FERDINAND DE SAUSSURE
NO CENTENÁRIO DO CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL**

José Pereira da Silva (UERJ)
jpsilva@filologia.org.br

RESUMO

No II Congresso Internacional de Linguística e Filologia e XX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos homenageou o linguista e filólogo Ferdinand de Saussure, comemorando o centenário da edição do *Curso de Linguística Geral*, lançado em 1916. Na oportunidade, dezenas de trabalhos focalizaram aspectos da vida e da obra do homenageado, entre os quais alguns foram selecionados para constituir um número especial do volume XX dos *Cadernos do CNLF* e um volume impresso, que foi editado pela Editora Autografia, que intitulamos *A Herança de Ferdinand de Saussure*. Neste artigo, serão comentados alguns daqueles trabalhos ali publicados, transcrevendo fragmentos de importantes reflexões apresentadas por seus autores.

Palavras-chave: Linguística. Saussure e sua obra. *Curso de Linguística Geral*.

1. Considerações iniciais

Depois de seu famoso "Ensaio Para Reduzir as Palavras do Grego e do Alemão a um Pequeno Número de Raízes"²³ (aos 14 anos), de sua dissertação de mestrado *Memorial Sobre o Sistema Primitivo das Vogais nas Línguas Indo-Europeias*²⁴ (publicada em 1879) e de sua tese de doutorado *Sobre o Emprego do Genitivo Absoluto em Sânscrito*²⁵, defendida aos 22 anos, em 1880, como lembra a Profa. Luciana Moraes Barcelos Marques (2016),

Ferdinand de Saussure é mundialmente conhecido e intitulado pai da linguística moderna por uma obra não escrita, mas apenas atribuída a ele. Tendo isso em mente, há contextos em que o nome de Ferdinand de Saussure não precisa ser apresentado, nem sequer explicado à comunidade acadêmica. (MARQUES, 2016, p. 37)

Acho interessante registrar o que escreveram os organizadores de *Saussure, o Texto e o Discurso*, para definir o herdeiro e a herança inte-

²³ Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27758199>>.

²⁴ Disponível em: <<https://archive.org/stream/memoiresurlesyst00saus#page/n5/mode/2up>>.

²⁵ Disponível em: <<https://archive.org/stream/delemploidugni00sausoft#page/n5/mode/2up>>.

lectual:

A construção de uma herança intelectual implica um duplo movimento, uma dupla definição: de um outro pensamento ou pensador, que desempenha o papel de um legado, e de si próprio, cuja função é a de legatário. Definir-se manifesta ou tacitamente como herdeiro é, antes de tudo, escolher: escolher uma obra do passado a ser citada, contestada, repetida, prolongada..., conforme a estratégia adotada. É também escolher no âmago dessa obra, é lhe fazer um inventário: quais seriam os conceitos a serem conservados? A qual Saussure se deve referir? Qual aspecto do *corpus* saussuriano privilegiar: o *CLG*, os cadernos dos estudantes, os "anagramas", as "lendas", os *Escritos de Linguística Geral*, os novos manuscritos? Quais deles devem ser reconhecidos como legítimos e quais devem ser rejeitados? A reivindicação de uma herança é, portanto, um gesto de triagem e de afirmação que incide simultaneamente sobre um passado que se constrói e sobre um conjunto de debates contemporâneos. (CRUZ; PIOVEZANI & TESTENOIRE, 2016, p. 8)

Metaforicamente, poderíamos considerar as heranças biológicas, psicológicas e sociais recebidas de nossos antepassados. Nem sempre são avaliadas ou prestigiadas do mesmo modo, mas, seja como for, sempre serão heranças e vão ter alguma influência na vida dos herdeiros.

Assim também é a herança de Saussure para a comunidade científica ocidental dos últimos cem anos. Dependendo do herdeiro e do seu posicionamento intelectual, foi recebida com desdém, com frieza, ou com calorosa empolgação.

Seja como for, tal herança foi conservada, desenvolvida ou modificada com o tempo, constituindo, hoje, um legado invejável para a comunidade científica, que ampliou sua influência e atingiu numerosas outras ciências, além de ter sido utilizado no desenvolvimento de diversos novos ramos dos estudos linguísticos, filológicos e literários.

O professor Valdir do Nascimento Flores (2017), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lembra que Elizabeth Roudinesco considera que "ser herdeiro, ao mesmo tempo fiel e infiel, é o que possibilitou a Jacques Derrida a posição de um intelectual universal", porque ele considera que é a herança que constrói o herdeiro, visto que "não se escolhe uma herança, ela se impõe ao herdeiro que, no entanto, pode escolher preservá-la viva ou condená-la à morte". (Cf. DERRIDA & ROUDINESCO, 2001, *apud* FLORES, 2017, p. 34)

Neste sentido, pode-se considerar que todos (ou quase todos!) os linguistas do século XX e do início do século XXI são herdeiros intelectuais, diretos ou indiretos de Ferdinand de Saussure.

2. O "discurso", as heranças e os destinos de Saussure na França

Segundo nos ensina o Prof. Christian Puech (2016)

Apesar dos quase dez anos de ensino de Saussure em Paris e da forte influência que ele exerceu sobre seus ouvintes na École Pratique des Hautes Études (de 1882 a 1889), as ideias do *Curso de Linguística Geral*

- (a) permaneceram, durante muito tempo, marginalizadas;
- (b) despertaram interesse apenas muito tardiamente (após a Segunda Guerra Mundial e no contexto do "estruturalismo generalizado", em que foram "amplificadas" e conhecidas por múltiplos intermediários);
- (c) e, enfim, apenas tardiamente promoveram uma busca pelo "verdadeiro pensamento" de Saussure por meio dos diferentes manuscritos disponíveis. (PUECH, 2016, p. 18)

Apesar da grande controvérsia sobre a influência de Saussure sobre Meillet e de Meillet sobre Saussure, vale destacar o que o próprio Meillet escreveu a respeito: "De minha parte, são poucas as páginas que publiquei sem ter um remorso de atribuir unicamente a mim o mérito: o pensamento de F. de Saussure era tão rico, que continuo tomado por ele". (MEILLET, 1936, p. 179, *apud* PUECH, 2016, p. 19)

Para Michel Foucault (1999), Ferdinand de Saussure representa a restauração de uma "ordem da língua" que contribui para recobrir a ordem do discurso, dificultando sua emergência, lembrando que

... foi preciso justamente que Saussure contornasse esse momento da fala, que foi capital para toda a filologia do século XIX, para restaurar, para além das formas históricas, a dimensão da língua em geral e reabrir, acima de tanto esquecimento, o velho problema do signo que animara, sem interrupção, todo o pensamento desde Port-Royal até os últimos ideólogos. (FOUCAULT, 1999, p. 305, *apud* PUECH, 2016, p. 32-33)

3. O que ainda se pode dizer sobre uma herança? Saussure e Jakobson

Em relação à herança saussuriana em Roman Jakobson, Françoise Gadet (1995) afirma que,

Contrariamente a outros linguistas *estruturalistas*, Roman Jakobson nunca se declara como herdeiro de Saussure, e menos ainda o único ou o verdadeiro herdeiro de Saussure. Saussure é para ele uma fonte de inspiração entre outras (e certamente não a mais importante)... (GADET, 1995, p. 439, *apud* MILANO & FLORES, 2016, p. 41)

Nas páginas seguintes Luiza Milano e Valdir do Nascimento Flores (2016) lembram que

... as noções de *metáfora* e *metonímia*, formuladas por Jakobson a partir de uma leitura muito específica de Saussure, abrem um campo de investigação acerca de mecanismos de construção do discurso que vão muito além da frase e mesmo do estritamente linguístico. A leitura de Jakobson, nesse aspecto, soube reconhecer as potencialidades da reflexão saussuriana, reinterpretando-a, de modo a dar lugar, a sua maneira, à passagem do sistema ao discurso; da linguagem verbal às diferentes linguagens; do linguístico ao semiológico. (MILANO & FLORES, 2016, p. 42-43)

Em 1977, ao proferir suas aulas em Nova York, Roman Jakobson afirma:

Saussure ensina-nos que aquilo que interessa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir esta das demais palavras, pois são estas diferenças que comportam a significação. O *Curso* lança a fórmula que mais tarde viria a ficar célebre: "os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas". Saussure chega a afirmar que o sistema destes fonemas claramente diferenciado, o *sistema fonológico*, como ele o designa, é a única realidade que interessa ao linguista no domínio fônico.

[...]

E, apesar das numerosas contradições da doutrina de Saussure, é a ele e a sua escola que devemos a segunda noção essencial para o estudo fundacional dos sons, a noção das relações entre os fonemas, numa palavra, a noção de *sistema fonológico*. (JAKOBSON, 1977, p. 44)

Ferdinand de Saussure é lembrado por Roman Jakobson, ao abordar o "duplo caráter da linguagem", que diz respeito aos dois modos de arranjo do signo linguístico: a seleção e a combinação, afirmando que "o papel principal que estas duas operações desempenham na linguagem foi claramente percebido por Ferdinand de Saussure" (JAKOBSON, 1974, p. 40), acrescentando:

A fim de delimitar os dois modos de arranjo, que descrevemos como sendo a combinação e a seleção, Ferdinand de Saussure estabeleceu que o primeiro "aparece *in praesentia*: baseia-se em dois ou vários termos igualmente presentes dentro de uma série efetiva", enquanto o segundo "une os termos *in absentia* como membros de uma série mnemônica virtual". (*Idem, ibidem, apud* MILANO & FLORES, 2016, p. 51)

Para Paul Ricoeur, o *núcleo da teoria* de Jakobson é *saussuriano*: "A nova associação do metafórico e do metonímico em Jakobson procede de uma distinção, no *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure, entre dois modos de coordenação dos signos: a combinação e a seleção". (RICOEUR, 2000, p. 270, *apud* MILANO & FLORES, 2016, p. 53)

Nas conclusões de seu trabalho, Luiza Milano e Valdir do Nasci-

mento Flores insistem que é da articulação dos polos metafórico e metonímico que resulta uma concepção teórica de linguagem, a que atribuem

Uma concepção estruturalista herdeira do pensamento saussuriano, sem dúvida, mas um estruturalismo que comporta o movimento [...]. Uma concepção de língua que reúne ao funcionamento metafórico e metonímico a possibilidade de subversão através da fala. Uma perspectiva da linguística que permite pensar que tanto na produção artística (poesia), como na produção desviante (afasia), o movimento da linguagem é que está em jogo.

[...] o entendimento de Jakobson acerca de metáfora e metonímia é a base de uma verdadeira teoria geral da linguagem e mesmo dos sistemas simbólicos. Essa teoria, de certa maneira, pode ser entendida como uma verdadeira semiologia, cujo fundamento saussuriano é evidente. (MILANO & FLORES, 2016, p. 58)

4. A gramática estrutural

Segundo nos informa o Prof. Ânderson Rodrigues Marins,

A gramática estrutural, inclinada a uma tendência de analisar as línguas, desenvolveu-se a partir da primeira metade do século XX, sob influência das ideias de Ferdinand de Saussure, divulgadas mediante publicação póstuma de seu livro, *Curso de Linguística Geral*. Essas ideias inovaram os estudos da época, dando às pesquisas em linguística, principalmente na Europa, uma nova direção, diferente da que caracterizava a gramática histórico-comparativa (MARTELOTTA, 2010, p. 53). Não poderíamos compreender os incontáveis progressos verificados no quadro das ciências humanas sem antes compreendermos a elaboração do conceito de estrutura desenvolvido a partir das investigações do fenômeno da linguagem. Toda uma geração de pensadores, entre os quais Jacques Lacan, Claude Lévi-Strauss, Louis Althusser, Roland Barthes, evidencia em suas obras a contribuição pioneira de Ferdinand de Saussure relacionada à organização estrutural da linguagem. (MARINS, 2016, p. 22)

O Professor conclui a "Introdução" de seu trabalho afirmando que "Hoje, é irrefutável a presença das ideias do genial genebrino no seio da linguística, de modo que não há linguista hodierno que não lhe deva alguma coisa, nem teoria que não cite o seu nome". (MARINS, 2016, p. 24)

Parafraseando e sintetizando Maria Helena Duarte Marques, o Professor Anderson ainda lembra que

Alguns princípios que Ferdinand de Saussure propõe para discutir a linguagem influenciam os estudos semântico-linguísticos, como a diferença entre *langue* e *parole*, o conceito de língua como sistema de relações, a definição do plano da língua como objeto da linguística; as noções de signo linguístico, de significante e significado; os conceitos de significação e valor, assim como de

forma e substância; as perspectivas sincrônica e diacrônica do tratamento dos fatos da língua; além da visão de dois tipos de relações linguísticas complementares, nos planos paradigmático ou associativo e sintagmático ou combinatório. (MARQUES, 1990, *apud* MARINS, 2016, p. 32-33)

Por fim, conclui Anderson Marins:

Não restam dúvidas de que a linguística estrutural europeia lança raízes na dicotomia entre *língua e fala*. A *língua*, “um sistema que conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 2012, p. 55), constitui o objeto da linguística, logo, da semântica. Tudo isso leva a se conceber as palavras como os elementos ou termos de um sistema de relações lexicais, de onde eles extraem sua significação diferencial ou valor, em detrimentos de concebê-las como simples denominações, cujo sentido seria subordinado a conceitos ou objetos preexistentes. (MARINS, 2016, p. 33)

5. Saussure e suas dicotomias: da concepção de língua à abertura para novas perspectivas de análise contemporâneas

Bruno Gomes Pereira e Jennifer Silva e Silva traçam um panorama sobre os estudos de Saussure, no que se refere às suas dicotomias, bem como sua influência em estudos no século XXI, lembrando que ele marcou época e influenciou toda uma geração de linguistas que sempre partia dos postulados de Ferdinand de Saussure, a partir de seu *Curso de Linguística Geral* para entender alguns fenômenos da linguagem.

Por meio de suas dicotomias, Ferdinand de Saussure influenciou várias vertentes dos estudos contemporâneos da linguagem, que se ramificou em várias correntes de pesquisas no século XX e XXI. A influência do Pai da Linguística Moderna é demasiadamente marcada na área dos estudos linguísticos que são, até hoje, retomadas, seja como ponto de partida, seja como uma concepção já não tão satisfatória aos olhos de teóricos mais contemporâneos. Entretanto, consideramos que não se trata de discordar ou não de Ferdinand de Saussure, mas sim de novas propostas para o estudo da língua e da linguagem que têm ganhado uma concepção mais social, cultural e antropológica nos últimos anos. (PEREIRA & SILVA E SILVA, 2016, p. 11-12)

Saussure, porém, não reduzia suas observações exclusivamente à língua como sistema, uma vez que considerava a necessidade de se estudar a língua e a linguagem a partir de outras perspectivas, embora essa não tenha sido a prioridade no *Curso*.

Acreditamos que os estudos saussurianos são fundamentais para que posamos entender muitas correntes dos estudos linguísticos contemporâneos, uma vez que todos eles, de alguma maneira, parte da ideia estruturalista de Ferdinand de Saussure, mesmo que não se considerem puramente como tal, o que é aceitável no advento das pesquisas atuais, as quais têm no discurso, na ideologia e na ideia de empoderamento novas possibilidades de estudar a lín-

gua. (*Idem, ibidem*)

Seus estudos são baseados em dicotomias – uma espécie de duplicidade semântica que os alicerça. Essa visão dicotômica sobre a língua oferece ao estruturalismo uma ideia de causa e consequência, aparentemente, na concepção de certo *versus* errado. Ou seja: "sincronia *versus* diacronia, língua *versus* fala, significante *versus* significado e sintagma *versus* paradigma". (*Idem, 2016, p. 14*)

Em sincronia *versus* diacronia, Ferdinand de Saussure (1995) apresenta a língua como instrumento marcado socialmente, ao compreender que a língua se manifesta de uma maneira a depender de seu contexto histórico. Entretanto, o autor não explora fatos históricos que podem desenvolver relações semânticas na estrutura linguística. (*Idem, ibidem*)

Já na dicotomia língua *versus* fala, o autor diferencia língua de fala. Para Ferdinand de Saussure (1995), a língua deve ser entendida como um conjunto de sistemas fechados em si, capazes de se estruturar a partir da concepção formalista desse conjunto de sistemas. Logo, a língua que se esgota nela mesma. Já a fala é uma ramificação da língua que não é de interesse do pesquisador problematizar. (PEREIRA & SILVA E SILVA, 2016, p. 15)

A dicotomia significante *versus* significado é, talvez, a dicotomia mais famosa dos estudos saussurianos. Trata-se da dicotomia que dá margem aos estudos sobre os signos linguísticos, muito utilizados em outras ramificações da linguística. Ferdinand de Saussure (1995) acredita que o signo linguístico é convencional e arbitrário, uma vez que não há nada na imanência do signo que lhe assegure determinada semanticidade. (*Idem, ibidem*)

Já a última dicotomia, sintagma *versus* paradigma, propõe a língua como um sistema sustentado em uma linha vertical e uma horizontal que se relacionam e constituem a estrutura linguística (SAUSSURE, 1995). Anos mais tarde, essa dicotomia serviria como ponto motivador para os estudos em morfologia (paradigma) e sintaxe (sintagma). (*Idem, p. 16*)

A morfologia e a sintaxe partiram da dicotomia saussuriana sintagma *versus* paradigma, de modo que podemos relacionar sintagma a sintaxe e paradigma a morfologia, com a possibilidade de abordagens que se autorrotulam como *morfossintaxe*, devido à relação entre sintagma (sintaxe) e paradigma (morfologia). (Cf. PEREIRA & SILVA E SILVA, 2016, p. 18)

É importante lembrar também que "as correntes de estudos linguísticos atuais não se esgotam na ideia de língua como sistema", já que são levados em conta fatores extralinguísticos como a psicologia, o letramento, a sociopragmática etc. (Cf. PEREIRA & SILVA E SILVA, 2016, p. 20)

6. Lacan leitor de Saussure – o que se transmite 100 anos depois

Segundo Patrícia Alves Ribeiro e Bruno Molina Turra (2016), considerando que Freud antecipou o que Saussure chamou de relações associativas e sintagmáticas, ele é seu precursor no que diz respeito à função do sujeito falante no campo da linguagem. O que se lê em Lacan sobre a transmissão de Saussure se aproxima pouco do *Curso de Linguística Geral*, mas é um exercício de leitura que vê em Saussure o ponto de sustentação dos lapsos, dos chistes e dos esquecimentos. A partir da antecipação lógica da leitura lacaniana, fica claro que a não publicação dos anagramas ou de um livro de linguística escrito de próprio punho não impediu o efeito de transmissão de sua palavra, porque, tanto em Saussure quanto em Freud, o efeito de suas palavras é o deslocamento de todo um discurso. (Cf. RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 79)

Segundo Christian Puech (2008), tal momento tem início em Nova Iorque, asilo de Jakobson, Lévi-Strauss e Ernst Cassirer, entre outros intelectuais europeus. É a partir das discussões desse grupo que, em 1945, Ernst Cassirer amplia a noção do termo estruturalismo, em artigo publicado na revista *Word*. Merleau-Ponty faz a ponte entre o círculo de Nova Iorque e o Velho Mundo, a partir de 1953, quando questiona o papel da língua e do sentido para a filosofia e para a história e atribui a Ferdinand de Saussure o esboço de uma nova filosofia da história.

Nesse período de estruturalismo generalizado,

o modo de referência a Saussure apenas se acentuará e radicalizar-se-á: o *Curso de Linguística Geral* não desempenha então seu papel de referência absoluta (uma referência que não é, ela própria, referida), senão através de uma série indefinida de mediações, de leituras de leituras, de prismas disciplinares cujos interesses são infinitamente diversos. (PUECH, 2008, p. 1100, *apud* RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 80)²⁶

A leitura de Saussure que caracterizou o estruturalismo tinha como um de seus axiomas a exclusão do sujeito falante do escopo da linguística, não lendo nos textos do próprio Ferdinand de Saussure, o papel do sujeito falante. Tal maneira de ler o *Curso* lança luz a teorias que colocam o sujeito no centro, como o gerativismo, a sociolinguística e a análise do discurso. Nesse sentido, a reformulação do que se entendia por sujeito falante era pensada por diversos intelectuais no estruturalismo

²⁶ Para maiores informações, seria bom ler *Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais*, de Jean Viet (1967).

(anos 50 e 60), tendo o *Curso de Linguística Geral* como ponto de partida. (Cf. RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 80-81)

Em 1954, em seu primeiro seminário, Jacques Lacan atesta a pertinência do texto de Santo Agostinho, referindo-se a Saussure, para a ter nele a chave da releitura de Freud:

Porventura não são esses mesmos os três registros [o sonho, o chiste e o ato falho] que foram objeto das três obras primordiais em que Freud descobriu as leis do inconsciente, e onde, se vocês as lerem ou rerelem com esta chave, terão a surpresa de constatar que Freud, ao enunciar essas leis em sua minúcia, só fez formular de antemão as que Ferdinand de Saussure só iria trazer à luz alguns anos depois, abrindo a trilha da linguística moderna? (LACAN, 1998, p. 448, *apud* RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 81)

Em seus *Escritos de Linguística Geral*, vemos Ferdinand de Saussure numa posição bastante diferente da que encontramos no *Curso de Linguística Geral*, onde há uma leitura triangulada, resultante das "anotações dos alunos dos cursos de Genebra editadas por Bally e Sechehaye, que, vale lembrar, não assistiram aos cursos". Há uma tentativa de síntese explicitada pelos editores no prefácio da obra que se distancia das hesitações e retornos que ocorrem nos manuscritos. (Cf. RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 84-85)

É aquela posição que interessa a Jacques Lacan, mais precisamente na pesquisa dos anagramas, que reconhecerá a essência dupla da linguagem, antecipando Ferdinand de Saussure. Em a "Instância da letra ou a razão desde Freud", o psicanalista afirma que, sem dúvida, aconteceu a Ferdinand de Saussure ter escutado a poesia e nela ter ouvido a polifonia, o que o teria levado a transpor a barra de seu algoritmo em vários sentidos ali comentados. (*Idem*, 2016, p. 85)

Ferdinand de Saussure, nos estudos sobre os anagramas, diz ter interrogado o monstro, operando apenas às cegas contra ele, "se amedronta com a coisa", admite o perigo de sua descoberta: a homofonia pode "ameaçar toda hipótese mais disciplinada", queda de saber universitário. Nos termos de Jacques Lacan, ao escutar a polifonia, a linearidade que Ferdinand de Saussure postulava como necessária à cadeia significante desmorona. É exatamente o que emerge como efeito desse ponto de tropeço que Jacques Lacan tomará como ponto essencial na construção do saber psicanalítico. (*Idem, ibidem*)

Nos *Escritos de Linguística Geral*, onde o texto descoberto em 1996 foi publicado, o que se evidencia é justamente a dificuldade de Ferdinand de Saussure em situar a linguística no rol das ciências clássicas. Há um "inconveniente fundamental que jamais se suprimirá da língua. Esse inconveniente, nós o apontamos como todos os outros pesquisadores: não há um único objeto material ao qual se aplique exatamente e exclusivamente uma palavra" (SAUSSU-

RE, 2012, p. 38). Portanto, “não há nenhum ponto de partida nem qualquer ponto de referência fixo na língua”. (SAUSSURE, 2012, p. 40, *apud* RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 86)

Para a psicanálise, dois elementos importantes são aqui implicitamente apresentados: “a queda do referente e o deslocamento da noção de linguagem como representação”, quando Saussure postula uma “essência dupla da linguagem”: negativa e diferencial.

Jamais se compreenderá o suficiente da essência puramente negativa, puramente diferencial, de cada um dos elementos da linguagem, aos quais atribuímos precipitadamente uma existência: não há nenhum deles, em nenhuma ordem, que possua essa suposta existência [...] para formular de outra maneira, a menos talvez que empurrem os fatos até os limites da metafísica, ou da questão do conhecimento, de que pretendemos fazer plena abstração, ora parece que a ciência da linguagem é colocada à parte na medida em que os objetos que estão diante dela jamais têm realidade em si. (SAUSSURE, 2012, p. 61, *apud* RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 86)

Não há sentido prévio, para Saussure, mas apenas efeitos de sentido. Portanto, o sentido se estabelece no encadeamento dos signos, sendo produzido como efeito desse encadeamento.

Como o próprio signo é função do significante, exigindo uma cadeia, ele não deve comportar em si nenhuma significação. Por isto,

ao ler o mestre genebrino a partir daquilo que lhe escapava, Jacques Lacan ressoa o que de fundamental ensinou Ferdinand de Saussure: a dupla essência não diz respeito à relação entre dois signos. Essa relação é necessariamente quádrupla, ou seja, não há uma anterioridade na relação significante-significado para então haver a relação entre signos. (RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 87-88)

Foi preciso esperar até 1996 para ler no próprio linguista o que apontou Jacques Lacan. Escreveu Saussure: “A primeira expressão da realidade seria (...) só percebe a relação entre duas relações (...). É isso que chamamos de QUATERNION FINAL”. (p. 39-40, *apud* RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 88)

E um pouco mais adiante:

– Como entender o extremo mal-entendido que domina as reflexões sobre a linguagem? Supõe-se que existem termos duplos que comportam uma forma, um corpo, um ser fonético – e uma significação, uma ideia [...] Dizemos, antes de tudo, [...], que esse ser é quádruplo. (SAUSSURE, 1996, p. 41-42, *apud* RIBEIRO & TURRA, 2016, p. 88)

7. Saussure e os estudos diacrônicos

Segundo Luciana Moraes Barcelos Marques (2016), Saussure, na primeira conferência proferida na segunda semana de novembro de 1881 (há exatamente 135 anos!...), quando iniciava sua docência na Universidade de Paris,

enfoca no primeiro aspecto da língua: a *continuidade no tempo*. Com isso, destaca-se que a língua não é fixa, imóvel; mas é contínua, ininterrupta. Qualquer língua, de qualquer povo, de qualquer realidade que seja, necessariamente obedece à primeira “lei da transmissão do falar humano”, pois “jamais em parte alguma se conhece, historicamente, uma ruptura na trama contínua da linguagem, e não se pode, logicamente e *a priori*, conceber que isso possa, jamais e em parte alguma, ocorrer” (SAUSSURE, 2004, p. 133). Essa afirmação peremptória se dá como uma negação a uma suposta ideia de que as línguas poderiam nascer, crescer e morrer, como um organismo biológico. (MARQUES, 2016, p. 42)

Mais adiante, Luciana Moraes Barcelos Marques (2016) lembra que "o peso da coletividade e do tempo imprime na língua uma tal fixidez que remonta a formação identitária de uma população".

Comprova-se o vínculo das duas discussões no *Curso de Linguística Geral*, quando este afirma que:

Não basta, todavia, dizer que a língua é um produto de forças sociais para que se veja claramente que não é livre; a par de lembrar que constitui sempre herança de uma época precedente, deve-se acrescentar que essas forças sociais atuam em função do tempo. Se a língua tem um caráter de fixidez, não é somente porque está ligada ao peso da coletividade, mas também porque está situada no tempo. (SAUSSURE, 1973, p. 88, *apud* MARQUES, 2016, p. 44)

Na conclusão de seu trabalho, Luciana Moraes Barcelos Marques (2016) acrescenta que Ferdinand de Saussure demonstra a complexidade dos estudos da linguagem na perspectiva da mutabilidade e da imutabilidade da língua e na perspectiva da sincronia e da diacronia, cujos pontos fundamentais passam tempo e espaço, continuidade e transformação.

Citando indiretamente Antoine Meillet, Luciana Moraes Barcelos Marques (2016) lembra que "Ferdinand de Saussure queria, sobretudo, destacar o contraste entre duas maneiras de se considerar os fatos linguísticos: o estudo da língua em um determinado momento e o estudo do desenvolvimento linguístico através do tempo". (MARQUES, 2016, p. 51)

Enfim, apesar de Saussure não ter usado literalmente as palavras sincronia e diacronia nas conferências de 1891, as bases dessa dualidade fulcral já estavam presentes naquele momento. O certo é que

Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 105-120 e em SILVA (Org.), 2017, p. 63-86. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/008.pdf.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). *Manual de linguística*. 1. ed. 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Thaís de Araujo da. Inquietações em torno de uma contradição: da distinção entre fonética e fonologia no *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 121-138 e em SILVA (Org.), 2017, p. 87-110. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/009.pdf.

CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves. Apresentação: Saussure dos dois lados do Atlântico. In: ____; ____; _____. (Orgs.). *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. São Paulo: Parábola, 2016, p. 7-12.

CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves. (Orgs.). *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. São Paulo: Parábola, 2016.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. *De quoi demain... Dialogue*. Paris: Fayard, 2001.

FLORES, Valdir do Nascimento. Recepção da linguística de Ferdinand de Saussure no Brasil. In: *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola, 2017, p. 15-45.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad.: Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GADET, Françoise. Jakobson sous le pavillon sausurien. In: *LINX, Saussure Aujourd'hui*, n. 7, sob a direção de Michel Arrivé e Claudine Normand, 1995. [Edição eletrônica de julho de 2012]. Disponível em: <http://linx.revues.org/1238>.

JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974, p. 34-62.

_____. Seis lições sobre o som e o sentido. Prefácio de Claude Lévy

Strauss. Trad.: Luís Miguel Cintra. Lisboa: Moraes, 1977.

MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. Lexicografia e pejoração no português brasileiro: notas dialógicas a partir de referências saussurianas. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 139-157 e em SILVA (Org.), 2017, p. 127-154. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/010.pdf>

MARINS, Ânderson Rodrigues. A gramática estrutural. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 22-36 e em SILVA (Org.), 2017, p. 15-32. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/002.pdf>.

MARQUES, Luciana Moraes Barcelos. Percursos de Saussure: do jovem pesquisador às três primeiras conferências em Genebra. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 37-53 e em SILVA (Org.), 2017, p. 155-178. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/003.pdf>.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: _____. (Org.). *Manual de linguística*. 1. ed. 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

MILANO, Luiza; FLORES, Valdir do Nascimento. O que se pode dizer sobre uma herança? Saussure e Jakobson. In: CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves (Orgs.). *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. São Paulo: Parábola, 2016, p. 39-59.

PEREIRA, Bruno Gomes Pereira; SILVA E SILVA, Jennifer. Saussure e suas dicotomias: da concepção de língua à abertura para novas perspectivas de análise contemporâneas. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 11-21 e em SILVA (Org.), 2017, p. 195-208. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/001.pdf>.

PUECH, Christian. O "discurso", as heranças e os destinos de Saussure

na França. Trad.: Carlos Piovezani, Marcio Alexandre Cruz, Jocenilson Ribeiro dos Santos e Israel de Sá. In: CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves (Orgs.). *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. São Paulo: Parábola, 2016, p. 13-37.

RIBEIRO, Patrícia Alves; TURRA, Bruno Molina. Lacan leitor de Saussure – o que se transmite 100 anos depois. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 79-90 e em SILVA (Org.), 2017, p. 111-126. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/006.pdf>.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad.: Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

SHORTALL, Terry. Seguindo Saussure: delineando a forma e a substância da *langue* e da *parole*. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 65-78 e em SILVA (Org.), 2017, p. 219-237. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/005.pdf>.

SILVA, José Pereira da. A diacronia segundo Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. In: BATISTA, Adriana Santos; PEREIRA, Aline Maria dos Santos; KALLARRARI, Celso. (Orgs.). *Linguística e ensino de língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Opção, 2014, p. 33-42.

_____. Diacronia no *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure. In: _____. (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 105-118 e em SILVA (Org.), 2017, p. 43-62. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/007.pdf>.

_____. (Org.). *A Herança de Ferdinand de Saussure*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

_____. (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/CNLF_XX_13.pdf>.

SILVA, Rita de Cássia Gemino da. Pressupostos teóricos da estrutura saussuriana no discurso psicanalítico lacaniano: linguagem e psicanálise. In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 13: A

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

herança de Ferdinand de Saussure. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 54-64 e em SILVA (Org.), 2017, p. 195-108. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_13/004.pdf.

VIET, Jean. *Métodos estruturalistas nas ciências sociais*. Trad.: Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

**ORALIDADE E ESCRITA:
O MODELO TEÓRICO DAS LINGUAGENS DA IMEDIATEZ
E DA DISTÂNCIA COMUNICATIVAS,
DE KOCH E ÖESTERREICHER²⁷**

Denise Durante (USP/UNIP)
denisedurante@uol.com.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o modelo do contínuo concepcional das mensagens, desenvolvido por Peter Koch e Wulf Öesterreicher. É enfocada a obra *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano* (2007 [1990]), na qual os referidos autores expõem o modelo teórico da imediatez e da distância comunicativas. Também são consideradas as ideias de Wulf Öesterreicher em “Pragmatica del discurso oral” (1997) e “Lo hablado en lo escrito” (1998). São abordadas, portanto, as relações entre oralidade e escrita, visto que essa tem sido uma das questões relevantes nos estudos da linguagem nas últimas décadas.

Palavras-chave: Oralidade. Escrita. Contínuo.

1. Introdução

Ao se refletir sobre as modalidades oral e escrita da língua, uma das questões primordiais que se têm apresentado diz respeito à conceituação e à terminologia para o estudo dos dois modos de realização, tradicionalmente denominados “língua falada” e “língua escrita”. Um dos modelos teóricos que tentam equacionar a questão corresponde à teoria da imediatez e distância comunicativas, desenvolvida inicialmente pelos pesquisadores alemães Peter Koch e Wulf Öesterreicher, no artigo “Sprache der Nähe – Sprache der Distanz: Mundlichkeit und Schriflichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte”, de 1985, e no livro *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch* (1990). O livro foi traduzido para a língua espanhola, por Araceli López Serena, tendo sido publicado, na Espanha, em 2007, com o título *Lengua Hablada en la Romania: Español, Francés, Italiano*. Cabe indicar que a teoria é também abordada por Wulf Öesterreicher no artigo “Pragmatica del discurso oral” (1997). Essa teoria foi retomada nas pes-

²⁷ O presente estudo é parte de nossa pesquisa pós-doutoral, desenvolvida junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

quisas de autores brasileiros, entre os quais se destacam os trabalhos de Luiz Antônio Marcuschi (2004) e Hudinilson Urbano (2006; 2013). Ao estudarem as chamadas linguagens da imediatez e da distância comunicativas, Peter Koch e Wulf Öesterreicher incluíram-se entre os primeiros autores a considerarem a existência de um *continuum* entre os textos falados e escritos.

O objetivo geral de nossa pesquisa é oferecer uma leitura crítica do modelo teórico desenvolvido pelos estudiosos alemães Peter Koch e Wulf Öesterreicher (1985; 1990) sobre as chamadas linguagem da imediatez e da distância comunicativas. No que concerne aos objetivos específicos desta pesquisa, propõe-se a descrição dos aspectos gerais e específicos das chamadas “oralidade extrema” e “escrituralidade extrema”, na perspectiva de Peter Koch e Wulf Öesterreicher (1985; 1990). Busca-se analisar os dez parâmetros comunicativos do contínuo concepcional descritos pelos autores.

A pesquisa ora apresentada se inclui no âmbito da pesquisa teórica básica. Trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa, cujo objetivo central é a realização de um trabalho de revisão teórica. Portanto, para sua execução, utilizou-se principalmente a pesquisa bibliográfica, com a consulta a fontes secundárias.

2. Meio e concepção

Os limites entre a oralidade e a escrituralidade foram abordados pelos estudiosos alemães Peter Koch e Wulf Öesterreicher (2007), como dissemos inicialmente. Os autores reiteram que, mesmo na ciência linguística, os termos “falado”/“oral” e “escrito”/“escritural” são empregados, primeiramente, para se fazer referência à realização das expressões linguísticas na forma de sons ou de signos gráficos, ou seja, no que se refere ao meio ou suporte para a veiculação das mensagens. Conforme salientam os estudiosos, essa diferenciação é evidente, porém não é suficiente para explicar a complexidade da problemática oralidade/escrituralidade. (KOCH & ÖESTERREICHER, 2007, p. 20)

Peter Koch e Wulf Öesterreicher observam que todos podemos perceber a existência de textos como orações fúnebres, explicações durante uma visita turística guiada ou um discurso de abertura, cuja “configuração linguística” não corresponde exatamente ao que entendemos por “oralidade”. Existem igualmente expressões linguísticas como notas ou

apontamentos de aulas, textos de balões de histórias em quadrinhos ou cartas pessoais cuja configuração também não corresponde exatamente ao que se entende por “escrituralidade”.

A presença de aspectos da “escrita” na “fala” e da “fala” na “escrita” podem ser percebidos intuitivamente por qualquer usuário da língua. As mútuas relações entre as modalidades falada e escrita da língua apontadas por Peter Koch e Wulf Österreicher, em publicação de 1990, nos remetem ao que indica Deborah Tannen no trecho abaixo, publicado em 1983:

*Past studies of spoken and written language have typically compared conversation to expository prose (or “essayist literacy” [Olson]). These genres have not been the focus of such research by chance. There is something typically spoken about conversation and something typically written about expository prose. But by limiting our analysis to these genres, we are likely to draw conclusions about spoken and written language that are incorrect. For instance, contrary to what a comparison of these genres suggests, strategies typically associated with spoken discourse can be and are used in writing, and strategies typically associated with written language are likewise realized in speech.*²⁸ (TANNEN, 1983, p. 80)

A autora interpreta as mútuas influências entre a fala e a escrita em termos de “estratégias tipicamente associadas com o discurso falado”, que são usadas na escrita, e “estratégias tipicamente associadas com a linguagem escrita”, que ocorrem na fala. Seria limitado, portanto, conforme aponta Deborah Tannen, adotarmos a conversação e a prosa expositiva como gêneros para a comparação entre a fala e a escrita. A conversação e a prosa expositiva teriam características específicas da fala e da escrita, respectivamente. Ao se comparar esses gêneros, perceber-se-ia que há estratégias da fala na escrita e de estratégias da escrita na fala. Se aceitarmos que a escrita é um produto da fala, devemos admitir que, em algum grau, mesmo aquela que pode ser chamada de “escrita prototípica”, ou seja, a prosa expositiva deve conter aspectos da fala. Ademais, é possível considerar a hipótese de que os textos da chamada “fala prototí-

²⁸ Estudos anteriores sobre as linguagens falada e escrita normalmente compararam a conversação com a prosa expositiva (ou “letramento ensaístico” [Olson]). Esses gêneros não foram o foco desse tipo de pesquisa por acaso. Há algo de tipicamente falado na conversação e algo de tipicamente escrito na prosa expositiva. Mas, ao limitarmos nossa análise a esses gêneros, tendemos a obter conclusões incorretas sobre as linguagens falada e escrita. Por exemplo, contrariamente ao que a comparação entre esses gêneros sugere, estratégias normalmente associadas com o discurso falado podem ser e são utilizadas na escrita, assim como estratégias normalmente associadas com a linguagem escrita são igualmente utilizadas na fala. (TANNEN, 1983, p. 80 – Tradução nossa)

pica”, ou seja, a conversação espontânea, em sociedades letradas, pode conter aspectos da escrita.

No segundo capítulo de *Lengua Hablada en la Romania* (2007 [1990]), intitulado “Oralidad y escrituralidad a la luz de la teoría del lenguaje”, Peter Koch e Wulf Öesterreicher apresentam os fundamentos de sua interpretação sobre os limites entre a oralidade e a chamada “escrituralidade”. Os autores informam que o romanista Ludwig Söll (1985, p. 17-25), na obra *Gesprochenes und geschriebenes Französisch*, publicada originalmente em 1974, na Alemanha, havia solucionado as contradições existentes entre os termos “fala” e “escrita”. Ludwig Söll distingue o meio de realização, que pode ser fônico ou gráfico, e a concepção, termo empregado no texto original em alemão) que pode ser falada ou escrita. Deve-se observar, portanto, que a diferenciação inicial entre meio e concepção textual é atribuída a Ludwig Söll.

Peter Koch e Wulf Öesterreicher enfatizam a ideia de que, entre o falado e o escrito, existe uma dicotomia estrita no âmbito do meio (que separa os códigos fônico e gráfico) e de que há um contínuo no âmbito da concepção. Os autores explicam não ser possível a “plena equivalência” das quatro possibilidades proporcionadas pela combinação entre o meio e a concepção, conforme explicam no seguinte trecho:

Naturalmente, con este esquema cuatripartito (fig. 1) no se postula en absoluto la plena equivalencia de las cuatro posibilidades que ofrece la combinación la medio y concepción. Obviamente, son indiscutibles las afinidades, es decir, las relaciones de preferencia, que se dan, respectivamente, entre hablado y fónico, por una parte (por ej., una conversación confidencial), así como entre escrito y gráfico (por ej., un artículo periodístico), por otra. No obstante, existen asimismo, como es evidente, las combinaciones escrito + fónico (por ej., un pregón de fiestas) y hablado + gráfico (por ej., una carta privada). De hecho, el principio imperante es que todas las formas de expresión, con independencia de su concepción, pueden ser transferidas desde su realización medial típica al otro medio.²⁹ (KOCH & ÖESTERREICHER, 2007, p. 21)

²⁹ Naturalmente, com este esquema quadripartido (fig. 1) não se postula em absoluto a plena equivalência das quatro possibilidades que oferece a combinação meio e concepção. Obviamente, são indiscutíveis as afinidades, ou seja, as relações de preferência que se dão, respectivamente, entre falado e fônico, de um lado (por ex., uma conversação privada) assim como entre escrito e gráfico (por ex., um artigo de jornal), de outro lado. Não obstante, existem, assim mesmo, como é evidente, as combinações escrito + fônico (por ex., um discurso de abertura) e falado + gráfico (por ex., uma carta privada). Sendo assim, o princípio imperante é que todas as formas de expressão independentemente de sua concepção, podem ser transferidas desde sua realização medial típica ao outro meio. (KOCH & ÖESTERREICHER, 1990, p. 21 – Tradução nossa)

Os estudiosos apontam as “relações de preferência” que se verificam, respectivamente, entre falado e fônico, de um lado, como ocorre, por exemplo, em uma conversa íntima, assim como entre escrito e gráfico, como se dá, por exemplo, em um artigo de jornal. Mas, existem também as combinações entre escrito e fônico, como em um discurso de abertura, e entre falado e gráfico, como se pode verificar em uma carta pessoal. Essas últimas duas combinações talvez sejam aquelas menos evidentes quando se diferenciam textos falados e escritos. Um discurso de abertura, ainda que veiculado pelo meio sonoro, apresenta características da concepção textual escrita, assim como uma carta privada, veiculada pelo meio gráfico, pode apresentar aspectos da concepção dos textos falados. Sendo assim, conforme se observou inicialmente, a consideração exclusiva do meio para a caracterização dos textos como falados ou escritos pode se mostrar, como nos leva a concluir a reflexão de Peter Koch e Wulf Österreicher, limitada e imprecisa. Vale lembrar que esse aspecto foi também apontado por Domenico Parisi e Cristiano Castelfranchi (1977, p. 170), os quais afirmam que considerar apenas o meio físico para caracterizar a fala e a escrita é limitador, pois se excluem os aspectos cognitivos e sociais envolvidos com o uso dessas duas formas de comunicação.

3. *Imediatez e distância comunicativas*

Após a diferenciação inicial entre os aspectos medial e concepcional da oralidade e da escrita, ainda no segundo capítulo de *Lengua Hablada en la Romania*, Peter Koch e Wulf Österreicher retomam a definição de Coseriu sobre a linguagem humana e se dedicam à caracterização dos aspectos universais e idiomáticos da língua falada, nos níveis universal, histórico e individual. Os autores identificam os aspectos universais da oralidade e da escrituralidade considerados no plano da concepção. São arrolados os fatores essenciais da comunicação linguística: há o contato entre um emissor e um receptor; desse contato, se desenvolve um discurso ou texto relacionado a objetos e circunstâncias da realidade extralinguística; o discurso é produzido por meio de uma formulação situada em uma “zona de tensão” entre a linearidade dos signos linguísticos, as normas da língua histórica particular e a realidade extralinguística multidimensional; os participantes da comunicação, emissor e receptor, se situam em campos dêiticos pessoais, espaciais e temporais, em determinados contextos e em condições emocionais e sociais específicas (KOCH & ÖSTERREICHER, 2007, p. 25). Os estudiosos indicam pos-

sibilidades de variação de cada um desses fatores. Essa variação gera uma escala de condições de comunicação que fundamentam o contínuo concepcional entre a oralidade e a escrita.

Tendo em vista os fatores da comunicação linguística citados, Peter Koch e Wulf Österreicher elencam os seguintes parâmetros para a caracterização das mensagens verbais no contínuo concepcional falado/escrito:

- a) Grau de *privacidade* ou o caráter mais ou menos público da comunicação;
- b) Grau de *familiaridade* ou intimidade entre os interlocutores;
- c) Grau de *implicação emocional* em relação ao interlocutor e/ou ao objeto da comunicação;
- d) Grau de *entrelaçamento ou “ancoragem”* dos atos comunicativos em relação à situação ou à ação;
- e) *Campo referencial*, relacionado à distância dos objetos e pessoas referidas com relação a *origo*³⁰ (*ego-hic-nunc*) do falante;
- f) *Imediatez ou distância física dos interlocutores*, nos aspectos espacial e temporal;
- g) Grau de *cooperação*, considerado de acordo com as possibilidades de intervenção dos receptores na produção do discurso;
- h) Grau de *dialogicidade*, em que se destacam a possibilidade e a frequência para assumir o papel de emissor;
- i) Grau de *espontaneidade* da comunicação;
- j) Grau de *fixação temática*.

Diferentemente dos demais parâmetros, o parâmetro “f” é o único que não apresenta variação gradual ou escalar, pois diz respeito à imedia-

³⁰ O termo latino *origo* (“origem”) é utilizado por Peter Koch e Wulf Österreicher na obra *Lengua Hablada en la Romania: español, francés, italiano* (1997). O termo se refere às dêixis pessoal, espacial e temporal. Conforme explica Suadoni (2016, p. 27), o termo *origo* foi introduzido na linguística por Karl Bühler (1934) e, conforme comenta a autora, se pode resumir com a fórmula *ego, hic, nunc* (*eu, aqui e agora*). Vale informar que Peter Koch e Wulf Österreicher incluem uma referência a Karl Bühler logo após utilizarem a expressão “*origo del hablante*” (*origo do falante*), no seu texto em espanhol.

tez ou distância física entre os interactantes.

Observa-se que o parâmetro “a” envolve uma escala entre a máxima privacidade e o aspecto totalmente público da comunicação. Conforme Wulf Öesterreicher esclarece no texto *Pragmatica del discurso oral* (1997, p. 88), o grau de privacidade de um discurso é definido pelo número de interlocutores e pela existência ou não de um público e suas dimensões.

A variação escalar ocorre também com o parâmetro “b”, o qual manifesta uma gradação que se estende desde a familiaridade máxima até o desconhecimento total entre os coenunciadores. A familiaridade se relaciona com a experiência comunicativa conjunta prévia dos interlocutores, do conhecimento partilhado e mútuo entre eles e do grau de institucionalização da comunicação (KOCH & ÖESTERREICHER, 2007, p. 26). Pode-se entender a “familiaridade” com o sentido de intimidade e proximidade, característica comum das interações com alto grau de privacidade (como a conversação entre familiares ou entre amigos), oposta à impessoalidade e à distância manifestas comumente nas interações públicas formais (como nas conferências acadêmicas). Notemos, portanto, que é possível estabelecer relações entre os parâmetros elencados por Peter Koch e Wulf Öesterreicher, como é o caso dos parâmetros da privacidade e da familiaridade.

Ainda no referido artigo *Pragmatica del Discurso Oral* (1997, p. 88), Wulf Öesterreicher explica sobre o parâmetro “c”. O autor esclarece que a emotividade ou a participação emocional pode dizer respeito ao interlocutor (o que também pode se relacionar com o parâmetro da familiaridade entre os interactantes) ou ao objeto da comunicação. Pode-se considerar, nesse parâmetro, a afetividade interpessoal, como em uma conversação entre um casal de namorados, e a afetividade ou expressividade “objetiva”, nos termos do autor, como pode ocorrer em uma discussão em uma reunião política. Observemos que Wulf Öesterreicher (1997, p. 88) apresenta dois exemplos de interações orais, sem especificar a implicação emocional na distância comunicativa, ou seja, em textos de concepção escrita. Percebe-se que, em mensagens da máxima distância comunicativa, o grau de implicação emocional é reduzido, porque, nessas mensagens, prevalece a busca pela descrição e reflexão relativamente objetiva sobre os fatos e fenômenos. Sobre esse aspecto, podem ser esclarecedoras as palavras de Aaron Victor Cicourel:

The reproduction of different kinds of knowledge (legal-rational, scienti-

fic, actuarial) is subjected to detached or impersonal written formats that seek to minimize the personal involvement of those producing organizational knowledge in bureaucratic settings. The bureaucratically, filtered written language used to depict objective knowledge lends itself to a crisp, factual, historical analysis. The everyday, contingent, often vagues circumstances that punctuate laboratory and field research, and the recursive editing practices, false starts, unexpected results and mistakes of scientific research, are purged in the construction of objective knowledge.³¹ (CICOUREL, 1985, p. 183)

Nas mensagens dedicadas prioritariamente à veiculação de conhecimento e informação objetiva, como, por exemplo, documentação burocrática, peças judiciais, formulários e relatórios de empresas, prosa acadêmico-científica, o enunciador não se dedica ao estabelecimento de implicação emocional com o coenunciador e com o objeto da comunicação. Nessas mensagens, o que mais importa é a transmissão de informações e conteúdos, de modo que, intencionalmente, se busca reduzir ao máximo o envolvimento interpessoal e a expressão de emoções relacionadas ao conteúdo. Essa característica de diversas mensagens de concepção escrita ou da máxima distância comunicativa, produzidas nas sociedades de cultura escrita avançada, nos remetem ao que afirma Deborah Tannen ao comparar as tradições oral e escrita:

In the broadest sense, strategies associated with oral tradition place emphasis on shared knowledge and the interpersonal relationship between communicator and audience. In this, it builds upon what Bateson (1972) calls the metacommunicative function of language: the use of words to convey something about the relationship between interlocutors. Literate tradition builds upon what Bateson calls the communicative function of language: the use of words to convey information or content. This gives rise to the idealization that language can be "autonomous" (Kay, 1977) – that is, that words can carry meaning all by themselves, and that this is their prime function. In practice, language is probably never wholly autonomous, nor wholly metacommunicative. Rather, it is relatively weighted in favor of one or the other idealization – hence, the oral/literate continuum.³² (TANNEN, 1980,

³¹ A reprodução de diferentes tipos de conhecimentos (legal-racional, científico, atuarial) é submetida a formatos escritos destacados ou impessoais que procuram minimizar o envolvimento pessoal em relação àqueles que produzem o conhecimento organizacional em contextos burocráticos. A linguagem escrita burocraticamente filtrada e usada para descrever o conhecimento objetivo a conduz a uma análise histórica fragmentada e factual. As circunstâncias cotidianas, contingentes e frequentemente vagas que caracterizam a pesquisa de campo e de laboratório, bem como as repetitivas práticas de edição, falsos começos, resultados inesperados e erros da pesquisa científica são removidos na construção do conhecimento objetivo. (CICOUREL, 1985, p. 183 – Tradução nossa)

³² No sentido mais amplo, as estratégias associadas com a tradição oral enfatizam o conhecimento partilhado e a relação interpessoal entre o comunicador e o público. Nesse aspecto, ela se estrutura com base no que Bateson (1972) chama de função metacomunicativa da linguagem. O uso de pala-

Tendo em vista o que afirma Deborah Tannen, podemos dizer que a ideia de que as mensagens da máxima distância comunicativa manifestam baixo grau de implicação emocional enquanto as mensagens da máxima imediatez comunicativa apresentam alto grau de implicação emocional pode conduzir a idealizações, permitindo a possibilidade de acreditarmos que a linguagem possui caráter “autônomo”, como diz Deborah Tannen no trecho acima citado. Sendo assim, seria adequado considerar que há uma *tendência*, na distância comunicativa, a minimizar, de modo intencional, o envolvimento emocional com o conteúdo e o coenunciador, assim como há uma *tendência* inversa a essa nas mensagens da imediatez comunicativa. Evidenciar-se-ia, assim, a existência de uma variação gradual e escalar do parâmetro “c”.

Em relação ao parâmetro “d”, Wulf Öesterreicher (1997, p. 89) explica que o grau de inserção ou de ancoragem dos atos comunicativos à situação ou à ação pode ser máximo como se dá, por exemplo, quando um médico está operando um paciente e pede um bisturi. O grau de ancoragem pode ser mínimo, de acordo com o autor, em um texto jurídico que se refira a sujeitos abstratos, a delitos não cometidos ou até “irreais”.

Ainda em *Pragmatica del Discurso Oral*, Wulf Öesterreicher identifica o parâmetro “e” como o tipo de referência, definido pelo grau de proximidade ou distância das pessoas ou dos objetos citados no discurso, tendo-se sempre em vista o *ego-hic-nunc* do locutor. Em seguida, o autor comenta o parâmetro “f” e diz que a posição local e temporal dos interlocutores é o que determina o tipo de contato. Sendo assim, devem-se distinguir as interações face a face em relação a todos os outros tipos de interações com diferentes graus de separação local e temporal nos âmbitos tanto da produção quanto da recepção dos discursos.

Sobre o grau de cooperação, Wulf Öesterreicher (1997, p. 89) afirma que esse parâmetro se refere ao receptor e sua interferência na produção dos enunciados. A cooperação envolve não somente aspectos

vas para transmitir algo sobre o relacionamento dos interlocutores. A tradição escrita se estrutura com o que Bateson chama de função comunicativa da linguagem: o uso de palavras para transmitir informação ou conteúdo. Isso dá origem à idealização de que a linguagem pode ser autônoma (KAY, 1977), ou seja, de que as palavras podem conduzir o significado por elas mesmas e que é esta a principal função delas. Na prática, a linguagem provavelmente nunca é totalmente autônoma, nem totalmente metacomunicativa. Pelo contrário, ela é relativamente enfatizada em favor de uma ou de outra idealização – ou seja, o contínuo oral/escrito.

verbais (perguntas, propostas, correções, informações suplementares), mas inclui igualmente o nível de atenção e de reação do receptor ao expressar-se com olhares, expressões mímicas, posição corporal, risadas e cliques, por exemplo.

Ao comentar o parâmetro “h”, Wulf Österreicher salienta que a dialogicidade e a cooperação devem ser diferenciadas. Segundo ele:

*La dialogicidad se define por la posibilidad y la frecuencia con la que los interlocutores asumen espontaneamente el papel de locutor; compárese una conversación entre amigos con la lectura de la sentencia en un tribunal: en el primer caso la comunicación es simétrica, dialogada; en el segundo, claro está, asimétrica, monológica.*³³ (ÖSTERREICHER, 1997, p. 89)

A dialogicidade diz respeito, portanto, na perspectiva teórica dos autores, exclusivamente à possibilidade de desempenhar o papel de emissor em uma interação. Como sabemos, a alternância no desempenho do papel de emissor é frequente na interação de concepção oral ou da imediatez comunicativa, enquanto as mensagens de concepção escrita ou da máxima distância comunicativa se caracterizam pela “monologicidade”.

Sobre o parâmetro “i”, ou seja, o grau de espontaneidade, Wulf Österreicher esclarece que se refere ao “[...] *nível de libertad de participación y de comportamiento entre los hablantes*”³⁴ (1997, p. 89). Nesse parâmetro, inclui-se o grau de institucionalização ou de formalidade da comunicação. Ao se interpretar a “espontaneidade”, mencionada pelo autor, como sinônimo de “naturalidade”, ou seja, como uma comunicação “sem artificialismos ou elementos ensaiados ou estudados” ou “que se faz sem intervenção da vontade ou que se exprime irrefletidamente”, conforme definição de “espontâneo”, do *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), pode-se entendê-la como resultado de uma comunicação com baixo grau de planejamento, como é o caso da conversação informal, típica da máxima imediatez comunicativa, enquanto a linguagem da máxima distância comunicativa se caracteriza pelas amplas condições de planejamento e pela formalidade.

³³ A dialogicidade se define pela possibilidade e a frequência com que os interlocutores assumem espontaneamente o papel de locutor; compare-se uma conversação entre amigos com a leitura da sentença em um tribunal: no primeiro caso, a comunicação é *simétrica, dialogada*; no segundo, fica claro, *assimétrica, monológica*. (ÖSTERREICHER, 1997, p. 89 – Tradução nossa)

³⁴ [...] nível de liberdade de participação e de comportamento entre os falantes. (ÖSTERREICHER, 1997, p. 89 – Tradução nossa)

Em relação ao último parâmetro, ou seja, ao grau de fixação ou de determinação temática, Wulf Österreicher comenta: “*Estas son mínimas en la conversación familiar; son, sin embargo, obligatorias, p. ej., en una conferencia científica etc.*”³⁵ (1997, p. 89). A definição precisa do tema e sua abordagem aprofundada são características típicas da distância comunicativa, enquanto a liberdade na mudança de temática e a análise menos detida ou superficial pode ser relacionada como uma característica da imediatez comunicativa, o que também se pode relacionar, a nosso ver, com as escassas condições de planejamento dos discursos imediatos.

Considerados os dez parâmetros acima caracterizados, deve-se ter em vista que a ideia de uma gradação que se estabelece em um contínuo não se relaciona somente com a classificação linear das realizações linguísticas em uma linha delimitada por dois polos opostos entre a fala e a escrita. Para Peter Koch e Wulf Österreicher, nove dos dez parâmetros se manifestam em uma escala gradual e escalar.

Por meio da consideração dos valores paramétricos, podem-se identificar dois polos nas extremidades do contínuo falado/escrito. No polo da máxima imediatez comunicativa (falado), combinam-se os seguintes valores paramétricos: privacidade, familiaridade, forte implicação emocional, ancoragem à situação e ação comunicativas, referenciação com relação à *origo* do falante, imediatez física, máxima cooperação na produção, alto grau de dialogicidade, liberdade temática e espontaneidade máxima. Já no polo da máxima distância comunicativa (escrito), tem-se: o caráter público da comunicação, o desconhecimento entre os interlocutores, falta de implicação emocional, destacamento/desvinculação em relação à situação e à ação comunicativas, impossibilidade de dêixis referida à *origo* do falante, distância física, ausência de cooperação na produção, “monologicidade”, fixação temática e máxima reflexividade. (KOCH & ÖSTERREICHER, 2007, p. 29)

Para exemplificar a presença dos parâmetros comunicativos no discurso, os autores os aplicam a uma carta pessoal privada prototípica, que se caracterizaria por: a) privacidade; b) familiaridade entre os interlocutores; c) envolvimento emocional relativamente forte; d) ausência de ancoragem à situação, ou talvez uma ancoragem limitada na ação; e) im-

³⁵ Tradução: “Estas são mínimas na conversação familiar; são, no entanto, obrigatórias, por exemplo, em uma conferência científica etc.”. (ÖSTERREICHER, 1997, p. 89)

possibilidade, a princípio, de dêixis centrada na *origo* do falante, exceto com relação ao *ego*; f) distância física; g) impossibilidade de cooperação na produção; h) dialogicidade estritamente regulada (*intercâmbio* de correspondência); i) espontaneidade relativa; j) desenvolvimento temático livre. Os autores oferecem a representação gráfica abaixo para ilustrar a aplicação dos dez parâmetros comunicativos em uma carta privada:

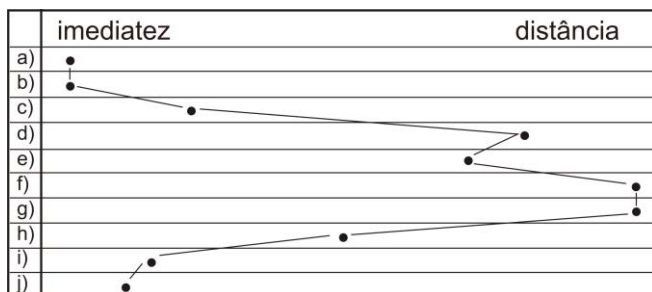


Figura 1. Valores paramétricos comunicativos da carta privada prototípica
Fonte: KOCH & ÖESTERREICHER (2007, p. 27)

Além dos parâmetros acima citados, Peter Koch e Wulf Öesterreicher (2007, p. 31) descrevem as estratégias de verbalização universais empregadas pelos falantes. São consideradas pelos autores quatro “classes de contextos” em que se ancoram os discursos: 1) contexto situacional; 2) contexto cognitivo que se subdivide em (a) contexto cognitivo individual e (b) contexto cognitivo geral; 3) contexto comunicativo linguístico ou cotexto; 4) outros contextos comunicativos como (a) contexto paralinguístico e (b) contexto comunicativo não linguístico. Os contextos 1, 2 e 4 são analógicos ou contínuos, enquanto 3 é digital e constituído por “unidades discretas claramente identificáveis”, nos termos dos autores.

Peter Koch e Wulf Öesterreicher (2007, p. 32) afirmam que a comunicação imediata extrema envolve os quatro tipos de contextos citados. Na comunicação distante extrema, há limitações concernentes ao contexto situacional (1) e aos contextos paralinguístico ou extralinguístico (4a e 4b, respectivamente). O contexto cognitivo individual é igualmente restringido nas comunicações em que há desconhecimento total entre os coenunciadores. As restrições relacionadas ao contexto na comunicação da distância extrema promovem a ampliação do papel do contexto linguístico (3). A informação contextual se manifesta em cotexto, diferenciando-se do que se percebe na imediatez comunicativa extrema. Já o contexto cognitivo geral é imprescindível em qualquer forma de comunicação. (KOCH & ÖESTERREICHER, 2007, p. 32)

Os autores alemães observam que o grau de planejamento dos discursos é alto na distância comunicativa e escasso na linguagem da imediatez. Sendo assim, a linguagem da imediatez é marcada pela efemeridade e pela construção processual. Ela apresenta “verbalização parca” e uma “configuração do discurso frequentemente extensiva, linear e agregativa”, com enunciados incompletos e uso da parataxe. Tratar-se-ia de uma linguagem cuja densidade informativa seria menor em relação à linguagem da distância. Esta linguagem seria caracterizada pela verbalização “intensiva e compacta”, alta densidade e rápida progressão informativas. Peter Koch e Wulf Öesterreicher afirmam não ser surpreendente o fato de que os discursos construídos com essas características sejam considerados como protótipo de “texto”³⁶. Sendo assim, eles explicam que adotam o vocábulo “texto” com o sentido de “discurso da distância”. Essa associação entre “texto” e “linguagem da distância comunicativa” é percebida pelos autores como elemento propiciador para a compreensão das “afinidades” entre o meio gráfico e a distância comunicativa e o meio fônico e a imediatez comunicativa.

Para ilustrar o contínuo entre a imediatez e a distância comunicativas, Peter Koch e Wulf Öesterreicher apresentam a seguinte figura:

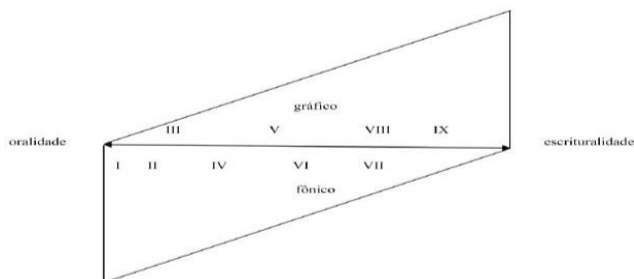


Fig. 2. Contínuo entre imediatez e distância comunicativas

Fonte: KOCH & ÖESTERREICHER (2007, p. 34)

Na figura acima, vê-se uma linha horizontal contínua entre a imediatez e a distância comunicativas entre a oralidade e a escrituralidade. Os algarismos romanos indicam, segundo os autores (2007, p. 35), as se-

³⁶ No capítulo 3, de *Lengua hablada en la Romania* (2007, p. 53), Peter Koch e Wulf Öesterreicher explicam que não se utilizam do conceito de texto adotado pela Linguística Textual. Segundo eles, essa abordagem reduz “texto” a uma ‘sequência oracional’ (transfrástica) e apresentam regras de coerência e coesão que, para eles, só têm validade para os discursos escritos, ou seja, o que eles designam como “discurso da distância”.

guintes formas de comunicação: I. conversação familiar; II. conversação telefônica privada; III. carta privada; IV. entrevista de emprego; V. versão impressa de uma entrevista; VI. sermão; VII. conferência científica; VIII. artigo editorial; IX. texto jurídico. Apresentam-se, nessa figura, tanto os aspectos da concepção quanto o aspecto medial em que se distribuem e se localizam as nove formas de comunicação acima elencadas.

4. Variedades idiomáticas e oralidade

Após descreverem o contínuo concepcional da imediatez e da distância comunicativas, Peter Koch e Wulf Österreicher refletem, ainda no capítulo “Oralidad y escrituralidad a la luz de la teoría del lenguaje”, do livro *Lengua hablada en la Romania*, sobre as relações entre variedades idiomáticas e língua falada. Os autores voltam a considerar os aspectos universais e idiomáticos da língua falada, nos níveis universal, histórico e individual. Segundo eles, o contínuo falado/escrito pode ser designado como: contínuo entre *língua imediata* e *língua distante*, considerando-se o nível histórico das línguas particulares (idiomas); contínuo entre *tradição discursiva imediata* e *tradição discursiva distante*, no nível histórico das tradições discursivas; contínuo entre *discurso imediato* e *discurso distante*, no nível atual ou individual.

Peter Koch e Wulf Österreicher ressaltam a consideração do nível universal para se abordar as relações entre imediatez e distância comunicativa. Eles salientam que as relações entre oralidade e escrituralidade foram consideradas tradicionalmente somente no nível histórico-idiomático:

Tradicionalmente, los problemas de la oralidad y la escrituralidad conceptuales se han tratado exclusivamente en el nivel histórico-idiomático. Hasta ahora hemos mostrado la importancia crucial del nivel universal para esta cuestión. Pero en lo sucesivo es también indispensable ocuparse de la lengua de la imediatez y de la distancia comunicativa en el nivel histórico-idiomático, lo que implica la consideración de su relación con el diassistema variacional (KOCH & ÖESTERREICHER, 2007, p. 36).³⁷

³⁷ Tradicionalmente, os problemas da oralidade e da escrituralidade concepcionais foram tratados somente no nível histórico-idiomático. Até agora, mostramos a importância crucial do nível universal para essa questão. Porém, sucessivamente, também é indispensável ocupar-se da língua da imediatez e da distância comunicativa no nível histórico-idiomático, o que implica a consideração de sua relação com o diassistema variacional. (KOCH & ÖESTERREICHER, 2007, p. 36)

Sobre a historicidade linguística, os teóricos apontam dois aspectos que se relacionam: a diversidade linguística, que caracteriza as diversas línguas históricas, e a variação linguística intraindiomática, manifestada em todas as línguas. Sendo assim, os autores retomam as três dimensões da variação linguística das línguas históricas estabelecidas por Coseriu, ou seja, as conhecidas variações diatópica, diastrática e diafásica, que conjuntamente formam o diassistema linguístico.

Para os autores, é primordial acrescentar uma quarta dimensão variacional: a variação falado/escrito. Além disso, essa dimensão, segundo eles, constituiria a dimensão central do diassistema variacional das línguas históricas.

A centralidade da dimensão falado/escrito se justificaria por envolver todos os fatos linguísticos histórico-idiomáticos resultantes das condições comunicativas e estratégias de verbalização, ambas não especificamente idiomáticas (KOCH & ÖESTERREICHER, 2007). A dimensão variacional falado/escrito, classificada pelos autores como dimensão variacional 1, englobaria tanto aspectos universais quanto fatos histórico-idiomáticos das línguas. Os autores ressaltam que as condições de uso de fatos histórico-idiomáticos, por exemplo, não podem ser entendidas no plano da variação diafásica. As condições de uso só poderiam ser explicadas pelos termos falado/escrito ou imediatez/distância. Há, segundo eles, fatos linguísticos que não podem ser identificados como elementos de variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas. Seria o caso de orações como: “*No lo he leído, el libro*”, da língua espanhola; “*Je ne l’ai pas lu, le livre*”, da língua francesa; e “*Non l’ho letto, il libro*”, em língua italiana. Tratar-se-ia de fatos pertencentes à fala, ocasionados pelas condições comunicativas da imediatez (*op. cit.*, p. 37). No português, em sua variedade brasileira falada, poderia ser equivalente aos exemplos citados pelos autores, o emprego de: “Não li ele, o livro”.

A interrelação entre as quatro dimensões variacionais é designada pelos autores como uma “cadeia variacional” (*Varietätenkelle*, no texto em alemão, e *cadena variacional*, na tradução em espanhol). Essa cadeia opera de modo que o diatópico pode funcionar como diastrático, por exemplo, e uma variante diastrática pode funcionar também como variante diafásica.

Deve-se lembrar também que, no artigo “Linguagem da imediatez – linguagem da distância”, os autores indicam a proximidade de algumas das variedades com a oralidade e rejeitam a restrição da diferenciação en-

tre oral e escrito à dimensão diafásica:

[...] naturalmente, existem afinidades entre a linguagem oral e a escrita e determinadas variações dentro das três dimensões do diassistema. Desse modo, variedades diatópicas fortemente marcadas (dialetos, regioletos) possuem proximidade com a oralidade, assim como variedades diastráticas classificadas como “baixas” (“linguagem popular”, gírias). Do ponto de vista da variação diafásica, a proximidade de registros “inferiores” (familiar, vulgar etc.) com a oralidade é tão evidente que, ao longo da história das pesquisas linguísticas, não raramente foi estabelecida uma identificação entre ambos como, por exemplo, no conceito de “língua coloquial” (*Umgangssprache*). A diferenciação entre os conceitos “oral” e “escrito” não pode ser subordinada à dimensão diafásica, o que é comprovado pela seguinte observação (cf. capítulo 5): a colocação de ocorrências linguísticas em uma escala relativa à oralidade não corresponde à colocação da mesma ocorrência em uma escala relativa à escrituralidade. Tamanha é a falta de correspondência que, por exemplo, o registro escrito “familiar” corresponde ao registro oral “neuro”. (KOCH & ÖESTERREICHER, 2013, p. 155)

Entretanto, no referido artigo publicado em 1985, os autores ainda não haviam exposto o contínuo entre oralidade e escrituralidade no interior do diassistema variacional com quatro dimensões.

Vejamos a seguir a figura com que Peter Koch e Wulf Öesterreicher ilustram, no livro *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*, o diassistema variacional, incluindo a dimensão falado/escrito ou imediatez/distância. Observe-se que o contínuo entre oralidade e escrituralidade se inclui na primeira seção da figura:

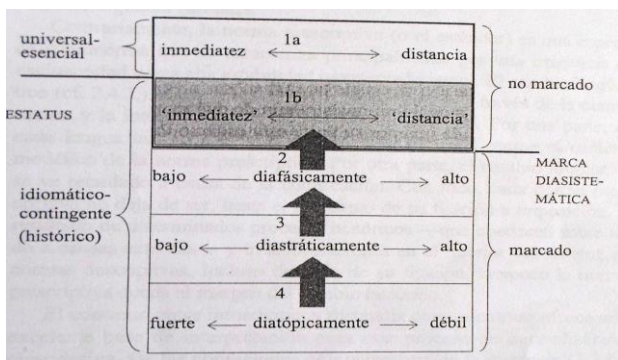


Fig. 3. O espaço variacional histórico-idiomático entre imediatez e distância comunicativas. Fonte: KOCH & ÖESTERREICHER, (2007, p. 39)

Na parte esquerda da dimensão 1 da figura, situa-se o que os autores designam “língua falada em sentido estrito”. E, na parte esquerda das dimensões 1, 2, 3 e 4 da figura, localiza-se o que eles chamam de “língua

falada em sentido amplo”. A dimensão variacional falado/escrito ou oralidade/escrituralidade divide-se em duas seções, visto que engloba as características universais da língua falada em relação à escrita, bem como fatos históricos idiomáticos. A dimensão variacional 1 é central e admite elementos de todas as outras três dimensões.

Conforme afirma Serena, a inclusão da variação oral/escrito ao modelo coseriano da variação linguística é o aspecto mais controverso da teoria de Peter Koch e Wulf Österreicher:

Éste es, sin duda alguna, el punto más polémico de la propuesta teórica defendida por nuestros autores y el que menor adhesión suscita por parte de otros lingüistas, que sostienen la pertenencia y reducción de la dimensión ‘hablado/escrito’ a la ya conocida dimensión diafásica, en vista de que ambos tipos de variación lingüística están en relación con las condiciones variables de la situación de comunicación. (SERENA, 2002, p. 261).³⁸

É pertinente a observação da tradutora sobre a escassez da argumentação dos autores sobre a quarta dimensão da variação linguística. São dedicadas apenas quatro páginas (37 a 40) do livro para a explanação sobre o tema. Além disso, seria necessária, como ela enfatiza, a delimitação precisa de quais aspectos situacionais envolveria a diafasia e quais desses aspectos estariam incluídos na perspectiva concepcional.

Após a formulação da variação linguística quadridimensional, com a ênfase na centralidade da dimensão falado/escrito, Peter Koch e Wulf Österreicher abordam a relação entre o contínuo entre imediatez e distância comunicativa e o processo de normalização prescritiva das línguas.

O estabelecimento de uma norma prescritiva ou a chamada língua *standard* (ou língua padrão) estaria relacionado a condições como a ampla distância temporal e/ou espacial de uma dada comunicação. Sendo assim, a distância física, no espaço e no tempo, e o desconhecimento entre os interlocutores conduziria ao emprego de elementos de prestígio das variedades diastráticas e diafásicas, os quais, segundo eles coincidem com elementos da norma prescritiva, que, por sua vez, corresponde à língua da distância por excelência (KOCH & ÖSTERREICHER, 2007, p.

³⁸ Este é, sem dúvida alguma, o ponto mais polémico da proposta teórica defendida pelos nossos autores e o que tem menor adesão por parte de outros lingüistas, que consideram o pertencimento ou a redução da dimensão ‘falado/escrito’ à já conhecida dimensão diafásica, tendo em vista que ambos os tipos de variação linguística se relacionam com as condições variáveis da situação de comunicação. (SERENA, 2002, p. 261 – Tradução nossa)

42). Os elementos da norma prescritiva estariam situados na parte direita da figura acima reproduzida.

Com as ideias expressas pelos autores, pode-se associar, portanto, o uso da norma prescritiva como uma característica das mensagens verbais de concepção escrita. Isso implica a ideia de que as mensagens de concepção falada tendem a se afastar das regras prescritas pela língua padrão ou *standard*, em razão, em parte, da proximidade (espacial e temporal) e do mútuo conhecimento dos interlocutores. Aceitando-se essa ideia, deve-se considerar também que a ampla possibilidade de planejamento das mensagens de concepção escrita favorece a sua aproximação à língua padrão, enquanto as restritas condições de planejamento das mensagens de concepção falada (em relação às mensagens de concepção escrita) levaria ao distanciamento dessas mensagens em relação ao padrão prescritivo. Caberia, nesse sentido, identificar-se como se manifesta o uso da norma prescritiva nas mensagens de concepção escrita veiculadas pelo código fônico e nas mensagens de concepção oral veiculadas pelo código gráfico.

5. *Considerações finais*

Buscamos, neste trabalho, descrever e analisar as ideias propostas por Peter Koch e Wulf Öesterreicher sobre as linguagens da imediatez e distância comunicativas. As ideias ora discutidas se incluem em nossa pesquisa pós-doutoral em andamento, de modo que poderão ser ainda complementadas e ampliadas. Intencionamos apresentar brevemente os conceitos e pressupostos centrais do modelo teórico desenvolvido pelos referidos autores, visto que ele pode nos oferecer possibilidades para se equacionar possíveis imprecisões conceituais e terminológicas no que concerne aos estudos do que convençionamos chamar de “língua falada” e “língua escrita”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*. Die Darstellungsfunktion der Sprache. Jena: Gustav Fischer, 1934.

CICOUREL, Aaron Victor. Text and discourse. *Annual Review of Anthropology*, vol. 14, p. 159-185, 1985. Disponível em:

<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.an.14.100185.0>

01111>. Acesso em: 09-01-2016.

HOUAISS, Antônio. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 03-11-2016.

KOCH, Peter; ÖESTERREICHER, Wulf. Sprache der Nähe – Sprache der Distanz: Mundlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. *Romanistisches Jahrbuch*, n. 36, p. 15-43, 1985.

_____. Linguagem da imediatez – linguagem da distância: oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua. Tradução: Hudinilson Urbano e Raoni Caldas. *Revista Linha D'Água*, n. 26, vol. 1, p. 153-174, 2013 [1985]. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/55677/60935>>.

_____. *Lengua hablada en la Romania*: español, francés, italiano. Madrid: Gredos, 2007 [1990].

_____. Pragmática del discurso oral. In: BERG, Walter Bruno; SCHÄFFAEUR (Eds.). *Oralidad y argentinidad. Estudios sobre la función del lenguaje hablado en la literatura argentina*. *ScriptOralia*, n. 98. Tübingen: Gunter Narr Verlag Tübingen, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2004.

ÖESTERREICHER, Wulf. Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. *Oraia*, n. I, p. 317-340, 1998.

PARISI, Domenico; CASTELFRANCHI, Cristiano. *Scritto e Parlato. Studi di Grammatica Italiana 6*. Firenze: Accademia della Crusca, 1977, p. 169-190.

SERENA, Araceli López. “Peter Koch y Wulf Öesterreicher (1990): *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*, Tübingen, Max Niemeyer, 1990, X + 266 p. (Romanistische Arbeitshefte, 31)”. *Revista Lexis*, Peru, 2002, p. 255-271.

SUADONI, Anna. *Verbos de movimiento, deixis y proyección metafórica. El caso de andare y venire en contraste con ir y venir*. Tese (Doutorado em Linguística). Granada: Universidad de Granada, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10481/39788>>. Acesso em: 01-08-2016.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

TANNEN, Deborah. Spoken/Written Language and the Oral/Literate Continuum. *Proceedings of the Sixth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1980, 207-218. Disponível em:

<<http://www.deborahannen.com/s/spoken-written-language-and-the-oral-literate-continuum.pdf>>.

URBANO, Hudinilson. A perspectiva do sonoro na oralidade e escrituralidade. In: PRETI, Dino; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Comunicação na fala e na escrita*. Série Projetos Paralelos, vol. 12. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 173-208.

_____. Usos da linguagem verbal. In: PRETI, Dino (Org.). *Oralidade em diferentes discursos*. Série Projetos Paralelos, vol. 8. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 19-55.

**OS ITINERÁRIOS DA EDIÇÃO DO LIVRO INÉDITO
CANÇÕES DE MEU CAMINHO DE EULÁLIO MOTTA**

Taylane Vieira dos Santos (UEFS)³⁹
tayvieira25@hotmail.com

Patrício Nunes Barreiros (UEFS)
patriciobarreiros@hotmail.com

RESUMO

O presente diz respeito à pesquisa realizada no acervo do escritor Eulálio Motta com vistas à edição da 3ª edição do *Canções de Meu Caminho*, além de apresentar um exemplo de edição do poema *Batingas*. A 3ª edição de *Canções de Meu Caminho* é um projeto de livro esboçado por Eulálio de Miranda Motta que permanece inédito em seu acervo. A nova edição do livro é bastante diferente das edições anteriores. O esboço do livro foi preservado num caderno de poesias que contém 56 textos passados a limpo pelo autor, contendo índice e uma estrutura do que seria um livro. As poesias foram escritas em diversas fases da vida de Eulálio Motta e apresentam uma grande quantidade de testemunhos com variantes autorais, exigindo o estabelecimento do texto. A pesquisa está subsidiada pelo método da crítica textual (SPINA, 1994; CAMBRAIA, 2005; SPAGGIARI & PERUGI, 2004), da crítica genética (GRÉSILLON, 2002; WILLEMART, 2002) e dos estudos acerca dos acervos de escritores e sua contribuição para o universo literário baiano e brasileiro (BORDINI, 2009; HAY, 2003; BARREIROS, 2012).

Palavras-chave: Filologia. Crítica Textual. Eulálio Motta.

1. Introdução

Esse estudo faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada no acervo do escritor Eulálio de Miranda Motta referente à edição do livro inédito de poesias intitulado *Canções de Meu Caminho* (3ª edição). A pesquisa lida com um *corpus* composto por 86 textos em forma de manuscritos, rascunhos, datiloscritos e impressos que se subdividem em textos da primeira, segunda, terceira edições do livro *Canções de Meu Caminho* e oito textos avulsos acompanhados de notas escritas a punho pelo próprio escritor para serem inseridos na terceira edição. A maior parte dos testemunhos possuem variantes autorais, o que permite por parte do editor estudar o percurso criativo do texto.

Como forma de mostrar o andamento da pesquisa, o estudo em

³⁹ Bolsista da CAPES/CNPq.

questão teve como objetivo apresentar a edição de um dos poemas que compõe a obra *Canções de Meu Caminho*, intitulado *Batingas...*

2. Eulálio Motta: o “poeta de água doce”

Eulálio de Miranda Motta nasceu em 15 de abril de 1907 numa vila do município de Mundo Novo, interior da Bahia, chamada Alto Bonito. O escritor viveu a sua infância entre o Arraial de Alto Bonito, a Fazenda Vaca Parida de seu avô e a Fazenda Morro Alto, lugares recorrentes nos versos eulalianos e que deixaram profundas marcas no imaginário do poeta.

Aos dezessete anos Eulálio Motta foi viver em Monte Alegre, hoje Mairí, onde trabalhou como balconista numa farmácia e deu continuidade aos estudos iniciados na vila Alto Bonito. Em 1926, ele ingressou no Ginásio Ipiranga na cidade de Salvador, onde se preparou para a universidade. A viagem à Salvador contribuiu para a formação identitária de Eulálio Motta enquanto escritor, pois chegando à cidade, o escritor depa-rou-se com as leituras dos clássicos, fez amizades com diversos escritores e conseguiu publicar muitos dos seus sonetos em jornais e revistas como *A Luva*, *A Renascença*, *Vanguarda*, nos jornais *O Imparcial*, *Caderno da Bahia*, *Diário de Notícias* e *A Tarde*.

Em 1929, Eulálio Motta ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde concluiu o curso de farmácia em 1933. Eulálio Motta decidiu então, voltar para a fazenda Morro Alto e se dedicou à pecuária, à literatura, ao jornalismo e, esporadicamente, atuava como farmacêutico. Apesar de ter dedicado grande parte de sua vida à literatura, Eulálio Motta publicou apenas três livros de poesias: *Ilusões que Passaram...* em 1931, *Alma Enferma* em 1933 e *Canções de Meu Caminho* em duas edições, a primeira edição em 1948 e a segunda em 1983.

Em sua trajetória enquanto escritor, Eulálio Motta passou por diversas fases, adotando diferentes estilos em suas poéticas. A maior parte das poesias versa sobre o amor não correspondido, a ação implacável do tempo, os posicionamentos religiosos vividos pelo escritor, a memória da infância e as festas populares que fizeram parte da sua infância e que continuam presentes na cultura nordestina.

3. A pesquisa com vistas à edição de *Canções de Meu Caminho* (3ª edição)

Eulálio Motta publicou apenas três livros de poesias: *Ilusões que passaram* em 1931, *Alma Enferma* em 1933 e *Canções de Meu Caminho* em duas edições, a primeira em 1948 e a segunda em 1983. Ele justifica a importância da obra *Canções de Meu Caminho* no prefácio da primeira edição:

Tem vinte anos? Nasceu na Bahia? Faz versos... E acontece que eu tive vinte anos e nasci na Bahia. Os vinte anos passaram e os versos ficaram em dois livrecos que publiquei nos tempos ginásianos. Depois, outros versos vieram. Catei nos dois livrecos os que me pareceram nascidos e não “fazidos”. Fiz a mesma coisa com os que vieram depois dos vinte anos. E juntei-os neste caderno sob o título de “Canções de meu caminho...” [...] (MOTTA, 1948).

Os dois “livrecos” que aparecem no prefácio fazem alusão aos dois primeiros livros de poesias do escritor, já citados anteriormente. *Canções de Meu Caminho* é a obra que melhor representa Eulálio Motta enquanto poeta, porque ele realizou uma coleta, “catou” e trouxe a lume poemas não “fazidos”, mas nascidos e juntou todos para ser reapresentado nessa obra.

No início de sua produção literária, Eulálio Motta preocupava-se em seguir as características das escolas parnasiana e simbolista com o intuito de agradar tanto os espaços de publicação como as revistas e os jornais quanto o próprio público leitor soteropolitano. Nessa primeira fase, o poeta trabalhava com as palavras, com os versos, respeitando a métrica e a sonoridade do poema. No entanto, para Eulálio Motta, temos um verdadeiro poema, não quando o fazemos, mas quando simplesmente nasce da sua mais pura imaginação. Por conta disso, ele realizou essa seleção de poemas “nascidos” e abrilhantou essa obra intitulada *Canções de Meu Caminho*.

A primeira edição de *Canções de Meu Caminho* é um livro de versos, composto por 42 poesias e editado pela tipografia do jornal *O Serrinhense*. Eulálio Motta escreve essa obra especialmente para os “pidões”, como ele próprio diz em seu prefácio: “Muitas pessoas me têm pedido cópias, ora de uma, ora de outra produção que por acaso viram ou ouviram de algum amigo. Fazendo êste caderno, meu intuito foi êste: — satisfazer aos pidões”. (MOTTA, 1948)

Esses “pidões” fazem alusão às pessoas que liam poesias e consequentemente compartilhavam as produções poéticas de Eulálio Motta em

Mundo Novo e o viam como poeta. Havia uma relação significativa do escritor com o público.

Na segunda edição revista não consta impressa a data de publicação, mas de acordo com anotação na própria obra supõe-se que tenha sido em 1983. O próprio poeta escreveu uma dedicatória datada para o Padre Nicanea, como consta na figura abaixo:

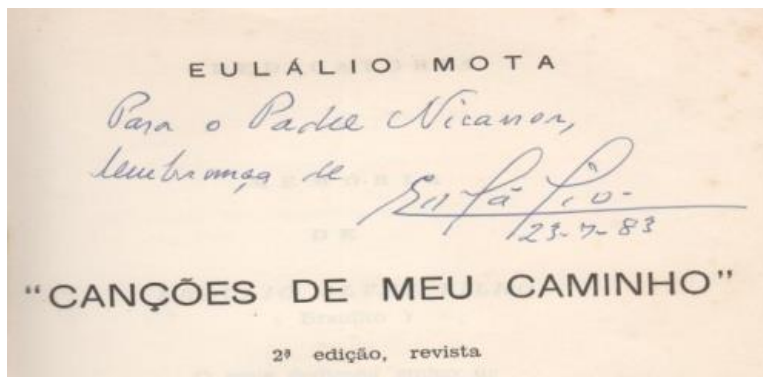


Fig. 1: Folha de rosto do livro *Canções de Meu Caminho* 2ª ed. Fonte: MOTTA, 1983.

O escritor dedica a sua obra à memória de Braulio Alves Filho (Braulito), visto por Eulálio Motta como “o mais dedicado amigo de poesia”. No acervo de Eulálio Motta existem diversas cartas dirigidas a Jorge Amado, revelando a amizade que existia entre os dois. Entre essas cartas, encontra-se uma em que Eulálio Motta sinaliza para Jorge Amado a respeito da segunda edição da obra *Canções de Meu Caminho*. Vejamos um trecho:

[...] Jorge Amigo: [...] P. S. – O livretinho não é “nova edição de *Canções de Meu Caminho*.” É apenas livretinho de propaganda da futura segunda edição de “*Canções*” que se compõe de 45 produções escolhidas: sonetos, poemas, cantigas. Segunda edição que sairá ou não, dependendo de minhas condições financeiras em janeiro de 1981, quando pretendo entregar os originais, que já estão datilografados, a alguma editora. (MOTTA, 1980)

Através desse trecho, Eulálio Motta apresenta a diversidade de tipos de poesias que compõe o livro *Canções de Meu Caminho*. Todas as edições são compostas por sonetos, poemas livres e cantigas, o que mostra todo o percurso poético do próprio escritor. Eulálio Motta também cita sobre os datiloscritos da segunda edição, os quais permanecem preservados em seu acervo e que serviram como fonte para elaborar a edição da

presente pesquisa.

A segunda edição, ao contrário da primeira e da terceira que veremos logo a seguir, é composta por 52 poesias e possui o índice dividido por capítulos. O primeiro capítulo é intitulado "ELA", o segundo capítulo: "ELAS", o terceiro capítulo: "Outras Poesias" e o quarto capítulo: "LUZES DO CREPÚSCULO". Esse último capítulo também é título de um caderno do escritor que se encontra em seu acervo e se trata de um projeto de livro que o autor intencionou publicar, reúne poesias escritas entre os anos de 1956 e 1968, possui índice e toda a estrutura de livro. Existem vários poemas de *Canções de Meu Caminho* presentes em *Luzes do Crepúsculo* e vice-versa.

Segundo consta no panfleto *Trovas Antológicas* de 1986, a segunda edição de *Canções do Meu Caminho*, esgotou-se em menos de 90 dias, como mostra a figura:

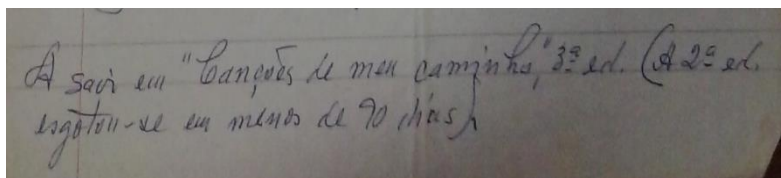


Fig. 2: Recorte do manuscrito *Trovas antológicas*.

Fonte: MOTTA, EH1.813.CL.04.007.

Assim, desde 1983 Eulálio Motta começou a trabalhar no projeto de uma nova edição, que por motivos maiores não chegou a concretizar. Eis que surge a terceira edição. *Canções de Meu Caminho* é um projeto de livro de poesias que dá continuidade às edições anteriores. O esboço de livro é composto por capa, folha de rosto, índice e diversos textos passados a limpo. Além disso, há no acervo manuscritos e datiloscritos avulsos com indicações do escritor expressando que tais textos seriam inseridos na terceira edição de *Canções de Meu Caminho*. Vejamos:

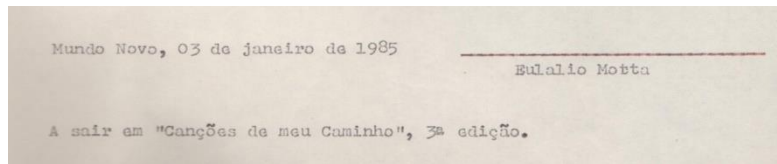


Fig. 3: Recorte do datiloscrito *A carta que não veio*.

Fonte: MOTTA, EC1.37.CV1.21.009.

As anotações nos datiloscritos e manuscritos avulsos e a própria

estrutura do caderno são indícios que refletem o desejo do escritor de publicar essa terceira edição. "A carta que não veio", por exemplo, é um poema escrito em 1985 e é um dos textos que não consta no caderno da terceira edição, mas a vontade do escritor era que esse poema fizesse parte dessa edição, de acordo com a nota. Outras poesias como: "Aquele rua", "Dia do namorado", "Doze trovas para ela", "Grupo de três", "Natal" e "Uma dúzia de trovas para meus dois pronomes: tu e você" e "Saudade... (2)" também foram sinalizados através de notas pelo escritor para serem inseridos na terceira edição de *Canções de Meu Caminho*. Dessa forma, foram identificados no total, oito textos que farão parte da terceira edição com o intuito de obedecer a vontade do escritor. Através das pesquisas supõe-se que a publicação da terceira edição estava prevista para o ano de 1988, pois consta no caderno poesia escrita até 20 de agosto de 1988. E um mês depois Eulálio Motta faleceu.

Para a ordenação dos textos, utilizou-se o critério cronológico. Eulálio Motta, em seus manuscritos e datiloscritos, geralmente, indicava a data em que escrevia seus textos. Dos 86 textos editados apenas 5 não foram datados pelo autor. Os textos não datados foram: "Trovas", "Nada", "Bom sucesso", "Doze trovas para ela" e "Emoção". Dessas cinco poesias apenas "Doze trovas para ela" não consta na terceira edição de *Canções de Meu Caminho*, no entanto, está sinalizada para a sua inserção nessa edição. Estamos falando, portanto, de textos inéditos, escritos supostamente entre os anos de 1986 a 1988, por isso, apesar de não estarem datados pode-se inferir que foram textos escritos nos últimos anos de vida do autor. A ordenação cronológica geral dos textos, podemos perceber através do quadro abaixo:

DATA	TÍTULO DO TEXTO
1928	AQUELA ÁRVORE
1928	O SÁBIO
26-1-1929	DONA FEIA
maio de 1929	VOLTA, ILUSÃO
1933	DEPOIS
1933	INVERNO
1933	MEU POEMA DE ESTUDANTE POBRE
1944	SAUDADE (1)
15-4-1945	ANIVERSÁRIO
Julho, 1947	SOU
1948	AUSÊNCIA
1948	BALADA DO CANTO
1948	BATINGAS
1948	BEIJOS
1948	BUCÓLICA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1948	CANTIGAS
1948	CASAMENTO
1948	CONVERSÃO
1948	DESENCONTRO
1948	EDIÇÃO ESGOTADA
1948	EUFORIA
1948	FATALISMO
1948	FAZENDA VACA PARIDA
1948	FELICIDADE
1948	JACOBINA
1948	NOTURNO
1948	ORAÇÃO
1948	PAISAGEM
1948	PENSAMENTOS DE CELIBATÁRIO
1948	PERDIÇÃO
1948	PRECE DE UM CÉTICO
1948	QUEM SERÁ?
1948	RETRATO
1948	ROMANCE
1948	SENTIMENTALISMO
1948	SAUDADE DIFERENTE
1948	SÓ
1948	SOFRIMENTO
1948	SÚPLICA
1948	TEIMOSA
1948	ÚLTIMO SONHO
1948	VIVOS
1956	ANIVERSÁRIO D'ELA
1958	NUNCA MAIS
15-6-1962	VOCE
2-3-1963	TAMARINDEIRO
1964	FAZ DE CONTA
18-5-1965	HINO DO GINÁSIO MUNDO NOVO
1966	CAIXA DE PAPELÃO
30-11-1976	SOZINHO
22-5-1977	IMPOSSÍVEL
25-1-1979	ÚLTIMO MOMENTO
Setembro, 18, 1979	CANÇÃO DE NINAR
1981	S. JOÃO
1982	CONJECTURAS
1982	RECORDAÇÃO DE MONTE ALEGRE
1982	VELHO TREM DE FERRO
1983	A CHUVA CHEGOU
1983	EPITÁFIO
1983	ESQUECE
1983	GOTAS FINAIS
1983	INSTANTÂNIO
1983	MEU ÚLTIMO POEMA... EMOÇÃO

1983	NO MUNDO DOS SONHOS
1983	OUTRAS CANTIGAS
1983	O NOME DAQUELA RUA
1983	PENÚLTIMO POEMA... QUADRILHAS
1983	SONHOS IDOS
1983	ÚLTIMA PÁGINA
18-7-1984	UMA DÚZIA DE TROVAS PARA MEUS DOIS PRONOMES: TU E VOCÊ
03 de janeiro de 1985	A CARTA QUE NÃO VEIO
14 de janeiro de 1985	AQUELA RUA
29-4-1986	TROVAS ANTOLOGICAS
13-5-1986	SAUDADE (2)
14-6-1986	DIA DO NAMORADO
21-7-1986	GRUPO DE TRÊS
2-1-1987	TEMPO DE BALANÇO
25-12-1987	NATAL
Junho, 1988	TROVAS
Junho, 1988	TROVAS
20-8-1988	A TROVA DO CIGARRO
s.d.	TROVAS
s.d.	NADA
s.d.	BOM SUCESSO
s.d.	DOZE TROVAS PARA ELA
s.d.	EMOÇÃO

Quadro 1: A ordenação cronológica dos textos.

4. Exemplo de edição

O tipo de edição empregado na referente pesquisa procura estabelecer o texto, considerando a pluralidade de testemunhos com suas inúmeras variantes e registrar o percurso traçado pelo autor na construção de cada texto. A título de ilustração apresentaremos um exemplo de edição do poema "Batingas..." Para a realização da edição, foram utilizados os critérios utilizados pela equipe de pesquisadores que editam as obras de Eulálio Motta (BARREIROS, 2007; 2012; 2015). Para o exemplo de edição que ora apresentamos, destacamos os seguintes critérios:

- a) Descreve-se todos os testemunhos;
- b) Para cada testemunho atribui-se um código para orientar a estrutura do aparato;
- c) Analisa-se as variantes;
- d) Justifica-se a escolha do texto de base;

- e) O texto crítico é apresentado da seguinte forma:
- (i) As linhas são numeradas de 5 em 5 à margem esquerda;
 - (ii) O aparato à margem esquerda corresponde a cada linha do texto, sendo sinalizadas as variantes, em negrito, de cada um dos testemunhos indicados por meio do código previamente estabelecido na descrição dos testemunhos;
 - (iii) O aparato apresenta as variantes em ordem cronológica;
 - (iv) Utilizou-se (s.r.) para indicar “sem retiscências”;
 - (v) Manteve-se o uso de maiúsculas e a pontuação;
 - (vi) Correções ortográficas foram sinalizadas no aparato.

4.1. Batingas...

O poema dispõe de cinco testemunhos: um impresso no LCMC1⁴⁰ (p. 79 a 84), dois datiloscritos: DCMC2(1)⁴¹ (f. 56r-57r) e DCMC2(2)⁴² (f. 56r-57r), um impresso no LCMC2⁴³ (p. 67-68) e um manuscrito no CCMC3⁴⁴ (f. 27r-27v).

4.1.1. Descrição dos testemunhos

BTL1

MOTTA, Eulálio. *Canções de meu caminho*. Serrinha: Tipografia d’O Serrinhense, 1948, p. 79 a 84.

Impresso em tinta preta. Página 79: 11 linhas, na linha 1 consta o título centralizado na altura da página em caixa alta; página 80: 8 linhas com versos; página 81: 8 linhas com versos; página 82: 6 linhas com versos; página 83: 4 linhas com versos e página 84: 4 linhas com versos.

⁴⁰ Livro: *Canções de meu caminho*, 1ª edição.

⁴¹ Datiloscrito: *Canções de meu caminho*, 2ª edição (1).

⁴² Datiloscrito: *Canções de meu caminho*, 2ª edição (2).

⁴³ Livro: *Canções de meu caminho*, 2ª edição.

⁴⁴ Caderno: *Canções de meu caminho*, 3ª edição.

BTD1

Datiloscrito em fita preta, papel amarelado pela ação do tempo, medindo 300 mm X 210 mm, mancha escrita com 150 mm X 110 mm. Fólio 56r: o título encontra-se centralizado na parte superior da folha, em caixa alta, grafado por dois traços paralelos. 25 linhas. No ângulo superior à direita, consta em tinta azul o número “101”. Na linha 7 há uma emenda do escritor em que ele acrescenta a letra “s” e um ponto de interrogação em tinta azul. Fólio 57r: na parte superior consta a palavra “continuação” centralizada e ao lado o número do número do fólio “2”. No ângulo superior à direita também consta em tinta azul o número “104”. 16 linhas.

BTD2

Datiloscrito em fita preta, papel amarelado pela ação do tempo, medindo 300 mm X 210 mm, mancha escrita com 150 mm X 110 mm. Fólio 56r: o título encontra-se centralizado na parte superior da folha, em caixa alta, grafado por dois traços paralelos. 25 linhas. Na linha 7 há uma emenda do escritor em que ele acrescenta a letra “s” e um ponto de interrogação em tinta azul. Fólio 57r: 16 linhas com versos.

BTL2

MOTTA, Eulálio. *Canções do meu caminho*. 2. ed. [s.l.]: [s.n.], [1983], p. 58.

Página 67: 23 linhas. À linha 1, consta o título em caixa alta, das linhas 2 a 23 os versos. Página 68: 18 linhas com versos.

BTM

Manuscrito em tinta azul. Fólio 27r: a mancha escrita ocupa as 26 linhas do papel, sem recuo na margem esquerda. O título encontra-se na margem superior. Na extremidade direita superior consta a numeração do papel, em tinta vermelha, com emenda em tinta azul. Fólio 27v: a mancha escrita ocupa 18 linhas das 23 linhas que compõem o papel. No ângulo superior à esquerda consta o número “50” em tinta vermelha. Na linha 18 há uma rasura na palavra “tenham”.

4.1.2. Análise das variantes

Todos os testemunhos apresentam variações na pontuação e na ortografia de algumas palavras. No entanto, o testemunho BTL1 por ter sido a primeira versão, expressa uma diferença maior referente à ortografia, comparado aos outros testemunhos. Por exemplo, no V. 17 temos a palavra “mâta”, V. 19: “saír”, V. 22: lóbishomens, V. 30: bôca, enquanto que nas outras versões tais palavras são escritas de acordo com as normas ortográficas atuais do português brasileiro. No V. 27 de todas as versões, exceto no texto de base, consta a expressão “um caminho diferente”, já no testemunho mais recente BTM a palavra “rumo” foi substituída pela palavra “caminho”. Talvez o vocábulo “caminho” simbolize melhor o que o autor queria transmitir naquele momento. A palavra “rumo” indica uma direção com destino certo, enquanto que a palavra “caminho” significa uma passagem que serve de ligação entre dois ou mais lugares, nesse caso, o destino não é tão certo, pode haver desvios no decorrer do caminho. E são justamente esses “desvios”, essas “canções” que Eulálio Motta refletiu através do eu lírico em seus versos.

4.1.3. Seleção do texto de base

Tomou-se como texto de base o texto BTM, por ser o último testemunho publicado em vida do poeta.

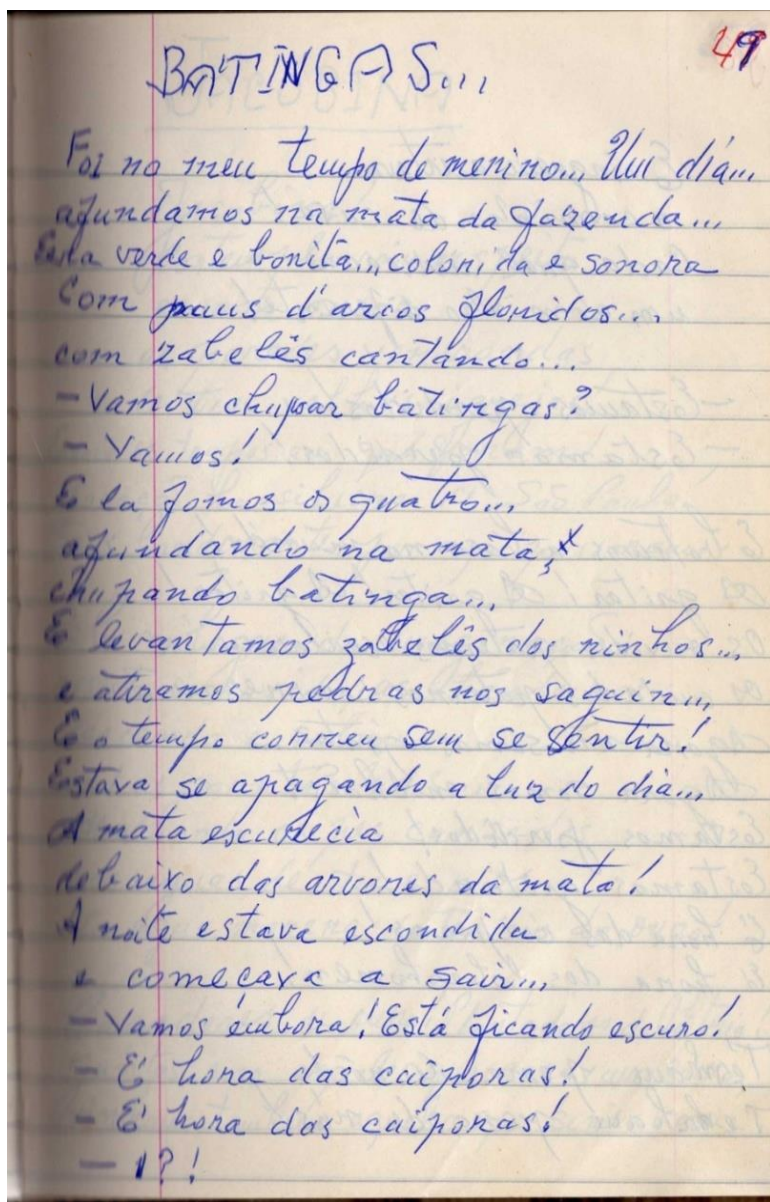


Fig. 4: Fac-símile do CCMC3 (f. 27r). Fonte: MOTTA, EA1.6.CV1.06.001.

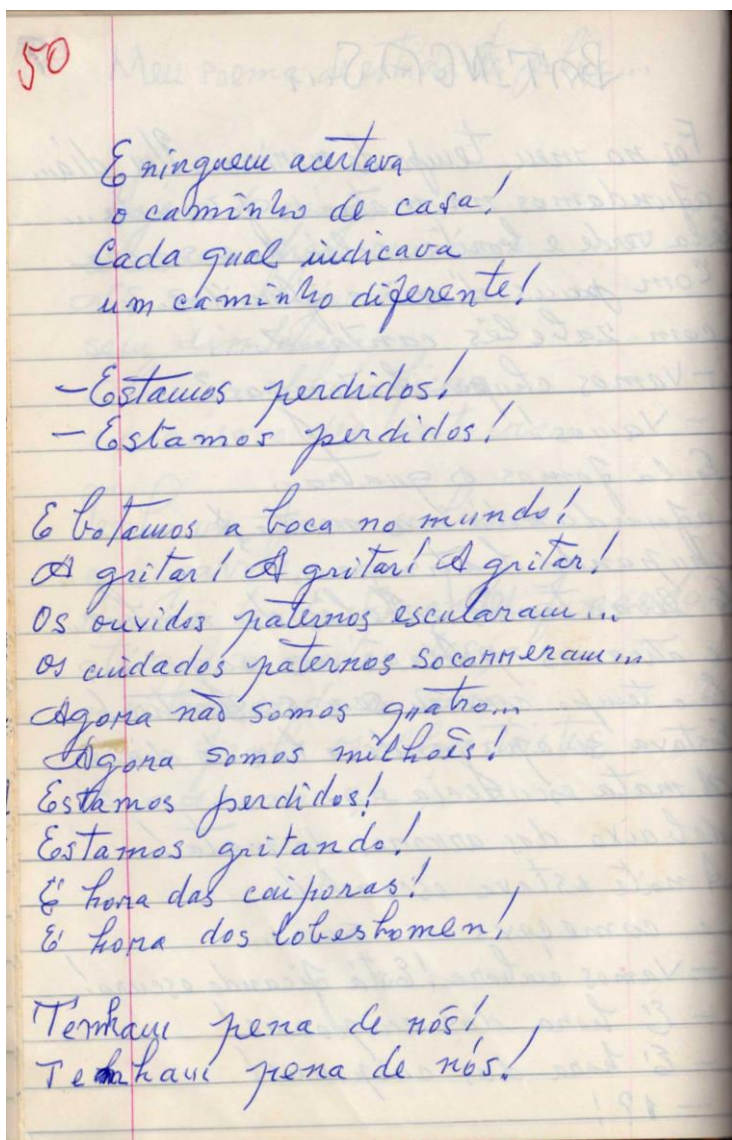


Fig. 5: Fac-símile do CCMC (f. 27v). Fonte: MOTTA, EA1.6.CV1.06.001.

4.1.4. Texto crítico com o aparato

BTM

	BATINGAS...	
	Foi no meu tempo de menino... Um dia...	BTL1 dia , BTD1 BTD2 BTL2 dia (s.r.)
	afundamos na mata da fazenda...	
	Era verde e bonita... colorida e sonora	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 bonita , colorida e sonora .
5	com paus d'arcos floridos...	BTL1 paus-darco BTD1 BTD2 BTL2 paus d'arco
	com zabelês cantando...	
	— Vamos chupar batingas?	
	— Vamos!	
	E lá fomos os quatro...	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 quatro (s.r.)
10	afundando na mata,	
	chupando batinga...	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 batingas...
	E levantamos zabelês dos ninhos...	BTL2 zabeles
	e atiramos pedras nos saguins...	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 saguins...
	E o tempo correu sem se sentir!	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 sentir .
15	Estava se apagando a luz do dia...	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 dia .
	A mata escurecia	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 escurecia .
	debaixo das árvores da mata!	BTM arvores BTL1 mâta . BTD1 BTD2 BTL2 mata .
	A noite estava escondida	
	e começava a sair...	BTL1 sair . BTD1 BTD2 começava sair . BTL2 sair .
20	— Vamos embora! Está ficando escuro!	
	— É hora das caiporas!	
	— É hora das caiporas!	BTL1 — É hora dos lôbishomens! BTD1 BTD2 — É hora dos lobishomens! BTL2 — É hora dos lobihomens!
	— ? !	
	E ninguém acertava	BTM ninguem
25	o caminho de casa!	
	cada qual indicava	
	um caminho diferente!	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 um rumo diferente!
	— Estamos perdidos!	
	— Estamos perdidos!	
30	E botamos a boca no mundo!	BTL1 bôca
	A gritar! A gritar! A gritar!	
	Os ouvidos paternos escutaram...	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 escutaram .
	os cuidados paternos socorre-	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 socorreram .

	ram...	
	Agora não somos quatro...	BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 quatro.
35	Agora somos milhões!	
	Estamos perdidos!	
	Estamos gritando!	
	É hora das caiporas!	
	É hora dos lobisomens!	BTL1 lôbishomens! BTD1 BTD2 BTL2 lobishomens! BTM lobeshomen!
		BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 Estamos perdidos!
		BTL1 BTD1 BTD2 BTL2 Estamos gritando!
40	Tenham pena de nós!	
	Tenham pena de nós!	

Quadro 2

5. Considerações finais

Como já foi suscitado anteriormente, o referente estudo é um recorte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no acervo de Eulálio Motta com vistas à edição do livro inédito *Canção de Meu Caminho*. A título de ilustração apresentou-se um exemplo de edição do poema *Batingas...* Texto poético que reflete com intensidade o caráter autobiográfico do escritor, estilo que permeia toda a sua obra.

A pesquisa, em caráter dissertativo, encontra-se em andamento. O *corpus* é composto por 86 textos em formato de rascunhos, manuscritos, datiloscritos e impressos que estão sendo editados seguindo a perspectiva da edição crítico-genética. Trata-se de mais um fruto oriundo do acervo de Eulálio Motta, especificamente, do grupo de pesquisa *Edição das Obras Inéditas de Eulálio Motta* e que está prestes a ser colhido para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS, Patrício Nunes. A oficina do escritor e os projetos editoriais de Eulálio de Miranda Motta. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFil, vol. XIII, n. 4, p. 1465-1480, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiiiicnlf/XIII_CNLF_04/tomo_2/a_oficina_d_o_escritor_e_os_projetos_editoriais_PATRICIO.pdf>.

_____. *Cantos tristes, no cemitério da ilusão: edição dos sonetos de*

Eulálio de Miranda Motta. 2007. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural). – Departamento de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

_____. *O pasquineiro da roça: a hiperedição dos panfletos de Eulálio Motta*. Feira de Santana: UEFS, 2015.

_____. *Sonetos de Eulálio Motta*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

BORDINI, Maria da Glória. Os acervos de escritores sulinos e a memória literária. *Patrimônio e Memória*, Assis, vol. 04, n. 02, p. 43-62, 2009.

GRÉSILLON, Almuth. Alguns Pontos sobre a história da crítica genética. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 5, n. 11, p. 7-18, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a02.pdf>>.

HAY, Louis. A literatura sai dos arquivos. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Orgs.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê, 2003.

MOTTA, Eulálio. *Canções de meu caminho*. Serrinha: Tipografia d'O Serrinhense, 1948.

_____. *Canções do meu caminho*. 2. ed. [s.l.]: [s.n.], 1983.

_____. *Opiniões. Panfleto*, 1980.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica/EDUSP, 1994.

WILLEMART, Philippe. Como se constitui a escritura literária? In: ZULLAR, Roberto (Org.). *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

**CEM ANOS DE HERANÇAS E RECEPÇÕES:
SAUSSURE, O TEXTO E O DISCURSO**

José Pereira da Silva (UERJ)
jpsilva@filologia.org.br



CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves. (Orgs.). *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. São Paulo: Parábola, 2016.

www.parabolaeditorial.com.br

MARCIO ALEXANDRE CRUZ vem pesquisando, em particular, a problemática das recepções do pensamento de Saussure; que CARLOS FÉLIX PIOVEZANI FILHO atua na área de teoria e análise linguística, com ênfase em análise do discurso e história das ideias linguísticas; PIERRE-YVES TESTENOIRE participou como autor e/ou organizador de quatro livros sobre Saussure: *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*; *Le discours et le texte: Saussure en héritage*; *Ferdinand de Saussure, anagrammes homériques*; e *Ferdinand de Saussure à la recherche des anagrammes*, e publicou mais de uma dezena artigos sobre Saussure, a maioria em francês e alguns em português.

O livro informará quais são as heranças deixadas pelo *Curso de Linguística Geral* que ainda permanecem, como o Saussure foi recebido ao longo do século XX e no início do século XXI, que ideias ou ensinamentos foram aceitos ou não pelas atuais ciências da linguagem e, principalmente, como essas heranças ainda estão presentes nas linguísticas do texto e do discurso.

Apesar da tentativa de manter uma ideia redutora da contribuição saussuriana, atribuindo-lhe a exclusão do sujeito falante, da sociedade, da história, dos sentidos e das noções texto e discurso nos estudos linguísticos, seu prestígio acadêmico vem crescendo rapidamente.

Hoje, graças aos esforços de reconhecidos filólogos do texto saussuriano e de não menos distintos historiadores das ideias linguísticas, está claro que não é esta a verdade absoluta.

A descoberta de novos manuscritos de Saussure, em 1996, e sua

publicação, em 2002, trouxeram novo ânimo aos estudos saussurianos, com o retorno a seus textos e novas interpretações de seu pensamento.

Os autores publicados aqui demonstram "que pode haver mais relações entre *Saussure, o texto e o discurso* do que poderiam supor algumas de nossas vãs introduções à linguística". (2ª orelha).

Como o nosso objetivo principal é divulgar os trabalhos excelentes aqui reunidos, relacionamos abaixo uma síntese da apresentação de seus organizadores, para que os interessados se animem a consultá-los na próxima oportunidade que tiverem, se ainda não o fizeram.

Em "O 'discurso', as heranças e os destinos de Saussure na França" (p. 13-18), Cristian Puech trata da história da recepção do autor no contexto francês, no início do século XX, tratando também de quatro projetos específicos da década de 1960, confrontados dois a dois: os programas enunciativos e discursivos de Jakobson e de Benveniste e os programas de Foucault e de Pêcheux acerca de uma "ordem do discurso".

Luiza Milano e Valdir do Nascimento Flores, em "O que ainda se pode dizer sobre uma herança? Saussure e Jakobson" (p. 39-60), reconsiderando o que *ainda* se pode dizer sobre a filiação de Jakobson a Saussure, analisando o par metáfora/metonímia, como foi concebido por Jakobson e inscrevendo-o numa reinterpretação dos conceitos saussurianos.

Marcio Alexandre Cruz, em "Pêcheux, leitor do *Curso de linguística geral*" (p. 61-80), reflete sobre a leitura do *Curso* feita por Pêcheux em *Análise Automática do Discurso* e em outros textos do período de emergência da disciplina.

Carlos Piovezani, em "Um *Curso* em discursos transatlânticos" (p. 81-104), dá continuidade a essa reflexão, examinando a ambivalência da referência a Saussure no percurso de Pêcheux e seu grupo, mas também em trabalhos de análise do discurso desenvolvidos atualmente no Brasil.

Sobre o papel de Saussure no desenvolvimento das teorias do discurso, em "O que as teorias do discurso devem a Saussure" (p. 105-124), Pierre-Yves Testenoire se inscreve numa perspectiva histórica e filológica, questionando o uso de seus manuscritos na reavaliação da dimensão discursiva do seu pensamento, exigindo a releitura de alguns deles.

Em "Os manuscritos saussurianos nas teorias contemporâneas do texto e do discurso" (p. 125-148), Driss Ablali adota um ponto de vista teórico, investigando sua contribuição em quatro perspectivas contempo-

râneas: a linguística textual (de Jean-Michel Adam), o interacionismo sociodiscursivo (de Jean-Paul Bronckart), a semiótica de *corpus* (de François Rastier) e a análise do discurso francesa.

Rossana de Angelis, em "Texto e textualidade na esteira das recepções do pensamento saussuriano" (p. 149-168), reconstitui uma genealogia saussuriana a partir dos pensamentos contemporâneos sobre texto e textualidade, mostrando como as concepções do texto de Hjelmslev, Coseriu e Rastier repousam na ideia saussuriana da definição relacional das entidades linguísticas.

Em "A semiótica saussuriana dos textos e a historicidade específica das ciências da cultura" (p. 169-188), François Rastier reflete sobre a textualidade, dedicando-se à visão do texto que os manuscritos de Saussure possibilitam, enfatizando o problema dos tipos de temporalidade semiótica e de sua implicação sobre historicidade das ciências da cultura.

Em "As pesquisas de Saussure sobre as lendas: em que sentido se pode falar de estudos textuais?" (p. 189-202), Clemilton Lopes Pinheiro trata do trabalho saussuriano relativo às lendas germânicas e escandinavas, questionando o quanto as análises dessas lendas poderiam ser concebidas como um "estudo do texto", no sentido de linguística textual concebido por Coseriu ou por Jean-Michel Adam.

Jean-Jacques Courtine, em "Saussure no centro espírita: a escuta do sujeito da enunciação na glossolalia" (p. 203-220), examina a cooperação interdisciplinar ocorrida nos últimos anos do século XIX, em torno das produções glossolíticas de Hélène Smith, encampadas por Saussure, remetendo ao lugar do sujeito da enunciação em sua teoria linguística. Segundo Courtine, o tratamento saussuriano dispensado ao sujeito falante é oscilante, diferente da tese estruturalista de sua absoluta exclusão.

Enfim, lendo esses trabalhos, é possível perceber um conjunto analítico, perspectivo e polifônico das relações entre o pensamento de Saussure e os estudos do texto e do discurso, esclarecendo muitos pontos essenciais do papel desempenhado pelo pensamento saussuriano nos recentes debates linguísticos sobre o *discurso* e sobre o *texto*.

**O CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL DE SAUSSURE
E SEUS EFEITOS, CEM ANOS DEPOIS**

José Pereira da Silva (UERJ)
jpsilva@filologia.org.br



FARACO, Carlos Alberto. (Org.). *O efeito Saussure: cem anos do Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Parábola, 2016.

<http://www.parabolaeditorial.com.br>

Carlos Alberto Faraco é professor titular (aposentado) de linguística e língua portuguesa da UFPR, mestre em linguística pela UNICAMP e doutor em linguística românica pela University of Salford (Inglaterra). Atualmente, é coordenador da comissão brasileira junto ao IILP da CPLP e publicou *Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*; *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*; e *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, entre vários outros.

Celebrando o centenário do *Curso de Linguística Geral*, organizou o livro *O Efeito Saussure, cem anos depois de sua publicação* – um marco fundamental do pensamento linguístico moderno.

O *Curso de Linguística Geral* tem grande repercussão em linguística, semiótica, teoria literária, antropologia e psicanálise, manifestando seu "efeito", muito mais e especialmente na epistemologia.

Esta obra reúne, sob múltiplas faces, os estudos saussurianos realizados por brasileiros, cobrindo vários temas, como os aspectos de sua gênese e as leituras realizadas por diversos autores, principalmente porque sua leitura já pode ser articulada com os manuscritos descobertos e publicados a partir do início deste século.

Marcio Alexandre Cruz discute se ainda é válido ler o *Curso de Linguística Geral* como primeiro meio de acesso ao pensamento de Saussure sobre a linguística geral depois da publicação de vários textos originais. Ele resenha a opinião de estudiosos que defendem o descarte dessa obra e a dos que acreditam que o que se encontra nos manuscritos não se opõe radicalmente ao daquela obra, principalmente porque os manus-

critos têm muitas lacunas, são fragmentados e têm sido publicados seguindo uma ordem estabelecida pelos editores, repetindo o erro ocorrido na organização do *Curso de Linguística Geral*.

Maria Fausta Pereira de Castro reconhece que o amplo trabalho filológico com os manuscritos de Saussure frente ao *Curso de Linguística Geral* e sua influência não são contraditórios, assumindo que defende a aproximação dos manuscritos com o *Curso*. Na prática, em busca dos fundamentos saussurianos sobre o problema do tempo na língua, ela faz a leitura conjunta do *Curso de Linguística Geral* e do manuscrito denominado *De l'Essence Double du Langage*, do "Arquivo Saussure 372/9", que aborda o tema do signo linguístico no eixo do tempo.

Argumentando que, em Saussure, o social é condição de existência da língua, Valdir do Nascimento Flores investiga o sentido do "social" em Ferdinand de Saussure, reagindo à interpretação corrente do *Curso de Linguística Geral* entre os estruturalistas, de que o objeto pensado por Saussure exclui o condicionamento social da língua.

Beth Brait apresenta um estudo sobre a presença de Saussure em escritos de Bakhtin, através de uma resenha do livro *La Septième Fonction du Langage*, de Laurent Binet, no qual o narrador invoca Saussure como criador da linguística moderna e mentor da semiologia. Investigando as leituras que Bakhtin fez de Saussure, Beth Brait mostra que ele o toma como contraponto epistemológico à constituição de seus próprios conceitos.

José Luiz Mercer faz uma detalhada apresentação da obra *Programme et Méthode de la Linguistique Théorique: Psychologie du Langage*, que Albert Sechehayé publicou em 1908, voltado a temas gerais de linguística – obra fundamental para esclarecer as fontes do *Curso de Linguística Geral* e retratar a atmosfera acadêmica em Genebra às vésperas do segundo curso de Saussure.

Luiza Milano discute o tratamento dado ao aspecto fônico da língua no *Curso de Linguística Geral*, investigando a posição que a condição fônica das línguas assume na reflexão de Saussure e articulando a leitura do *Curso* com passagens dos *Escritos de Linguística Geral* e com o manuscrito *Phonétique*, baseada nos princípios gerais do *Curso*.

Leci Borges Barbisan analisa a questão da ausência da semântica, apontada no prefácio do *Curso de Linguística Geral*, levantando a hipótese de que uma semântica estaria pressuposta no olhar de Saussure nos

três cursos oferecidos, visto que ali estão os conceitos basilares que se tornaram fundamentos de várias teorias semânticas como as que foram desenvolvidas por Ducrot.

José Luiz Fiorin faz uma ampla retrospectiva dos estudos da linguagem no Brasil, identificando as referências a Saussure desde a primeira citação em 1919, em texto de Said Ali, até os estudos contemporâneos de semiótica narrativa e discursiva e de linguística da enunciação.

Fiorin lembra que a criação dos cursos de letras no Brasil não deu à linguística *status* de matéria universitária, predominando os estudos filológicos, apesar da atuação de Matoso Câmara, que iniciou o ensino de linguística no Brasil e, com o seu estudo, o pensamento de inspiração saussuriana, já na década de 60 do século XX.

Nessa época, já se havia firmado o pensamento estruturalista europeu e estadunidense, a partir de Saussure, tornando significativa a herança saussuriana no Brasil, que Fiorin resume em três tópicos: a) descrições muito rigorosas do sistema do português e da discursivização das categorias da língua; b) conhecimento preciso dos sistemas de significação que engendram muitos discursos fundamentais da cultura brasileira; c) amplo programa de descrição das línguas indígenas do Brasil.

Por fim, Eliane Silveira investiga a relação das ideias de Saussure com a intelectualidade do Brasil nos primeiros cinquenta anos da criação dos cursos de letras, analisando cinco manuais de linguística publicados entre 1930 e 1980 e avaliando as referências que eles fazem ao *Curso de Linguística Geral*, principalmente em relação a aspectos epistemológicos do *Curso* e à conjuntura histórico-intelectual em que aqui chegou o pensamento saussuriano, mostrando que são reduzidas as referências explícitas a essa epistemologia, principalmente nas primeiras décadas.

Sem dúvida, não vale a pena deixar de ler esse livro, se o profissional ou estudante de letras quiser fazer uma retrospectiva dos estudos linguísticos no Brasil, as formas pelas quais Saussure foi recebido na comunidade acadêmica e conhecer melhor as discussões sobre os temas mais polêmicos e interessantes de seu *Curso de Linguística Geral*.